

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

BRENO BREY D'AURIA

**IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ACADEMIA E FUTEBOL EM UMA
INSTITUIÇÃO DE ENSINO**

Campo Grande, MS

2023

BRENO BREY D'AURIA

**IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ACADEMIA E FUTEBOL EM UMA
INSTITUIÇÃO DE ENSINO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Faculdade de Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de Pesquisa: História, Política e Educação. Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte, Lazer, Educação e Saúde (GPPELES).

Orientador: Prof. Dr. Dirceu Santos Silva.

Campo Grande, MS

2023

Breno Brey D'auria

**IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ACADEMIA E FUTEBOL EM UMA
INSTITUIÇÃO DE ENSINO**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul - Faculdade de Educação.

Área de concentração: Educação

Campo Grande, MS, 19 de janeiro de 2023

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Dirceu Santos Silva (Presidente)

Faculdade de Educação

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Carina Elisabeth Maciel (Membro titular)

Faculdade de Educação

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Pedro Fernando Avalone Athayde (Membro titular)

Faculdade de Educação Física

Universidade de Brasília

Profa. Dra. Solange Jarcem Fernandes (Membro suplente)

Faculdade de Educação

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Dedico este trabalho a todas as pessoas, as quais tenho o privilégio de conviver e
que fazem parte da minha história.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente, sem ELE nada disso seria possível.

Agradeço a minha família, em especial aos meus pais, Jesualdo D'auria e Jacqueline Rocha Brey D'auria e ao meu irmão, Matheus René Brey D'auria. É um privilégio poder compartilhar uma vida inteira com vocês.

Agradeço ao meu orientador, Dirceu Santos Silva por todos os momentos e ensinamentos compartilhados. A sua dedicação e empenho para com os seus orientandos é inspirador e buscarei levar essa postura sempre comigo.

Agradeço a todos os meus amigos e pesquisadores que compõem o Grupo de Pesquisa em Políticas de Esporte, Lazer, Educação e Saúde (GPPELES).

Agradeço a todos (Docentes, Discentes e Técnicos) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU-UFMS) pelos dois anos compartilhados.

Por fim, agradeço os professores que gentilmente compuseram a Banca Examinadora desta Dissertação, a Profa. Dra. Carina Elisabeth Maciel e o Prof. Dr. Pedro Fernando Avalone Athayde. As considerações feitas foram imprescindíveis para o enriquecimento do trabalho e para a minha formação como pesquisador.

“Ao ler mil livros, tornei-me mil homens sem deixar de ser eu mesmo.”

C.S. Lewis

RESUMO

A presente dissertação de mestrado está vinculada a Linha de Pesquisa: História, Política, Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O objetivo geral da pesquisa é analisar o Programa Academia e Futebol como uma política pública da Secretaria Especial de Esporte em parceria com a UFMS. Trata-se de uma pesquisa descritiva-exploratória, que considera a análise bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. O referencial teórico foi inspirado na proposta de investigação de políticas públicas desenvolvida por Boschetti (2009). O programa foi criado em 2019 e funciona a partir de três dimensões: fomento à prática do futebol, *beach soccer* e futsal, de crianças de 06 aos 17 anos e adultos entre 18 e 23 anos; implementação dos centros de pesquisa sobre futebol, futsal e direitos do torcedor; realização de cursos (presenciais e EaD) e eventos científicos relacionados à formação profissional. Os principais resultados apontaram que o programa em âmbito nacional possui amparo legal a partir do reconhecimento do esporte como direito, no entanto, sua constituição reforça a modalidade do futebol no país, com abrangência e previsão de atendimento de 9.000 beneficiários distribuídos em 60 convênios nos diferentes estados do Brasil. O critério de acesso e permanência foi a faixa etária de 6 a 25 anos, morarem próximos de Universidades e Institutos Federais conveniados, com previsão de articulação política entre a Secretaria Especial do Esporte e as Instituições Públicas de Ensino. No que diz respeito à implementação do convênio na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, o núcleo passou por reformulações devido à pandemia da Covid-19 em todas as suas dimensões, no entanto, as ações que foram desenvolvidas se mostraram significativas e com impacto em dois eixos, o primeiro diz respeito ao acesso à prática esportiva de escolares da rede pública de ensino, o segundo são os resultados que gerou na universidade, mas especificamente nos cursos de Educação Física devido à oferta de cursos de formação aos monitores, comunidade acadêmica e demais interessados, o desenvolvimento de pesquisas e a oferta de bolsas para alunos de graduação.

Palavras-Chave: Política Social. Projetos Sociais. Implementação. Esporte.

ABSTRACT

This master's thesis is linked to the Line of Research: History, Politics and Education of the Graduate Program in Education at Federal University of Mato Grosso do Sul. The general objective of the research is to analyze the Academia e Futebol Program as a public policy of the Special Secretariat for Sport in partnership with UFMS. This is a descriptive-exploratory research, which considers bibliographical and documental analysis, with a qualitative approach. The theoretical framework was inspired by the public policy research proposal developed by Boschetti. The PAF was created in 2019 and works based on three dimensions: promoting the practice of football, beach soccer and futsal, for children aged 6 to 17 and adults aged 18 to 23; implementation of research centers on soccer, futsal and fans' rights; conducting courses (on-site and EaD) and scientific events related to professional training. The main results showed that the PAF at the national level has legal support from the recognition of sport as a right, however, its constitution reinforces the football modality in the country, with coverage and forecast of serving 9,000 beneficiaries distributed in 60 agreements in the different states of Brazil. The criterion for access and permanence was the age group from 6 to 25 years old, living close to Universities and Federal Institutes with agreements, with a forecast of political articulation between the Special Secretariat for Sport and Public Education Institutions. With regard to the implementation of the agreements at Federal University of Mato Grosso do Sul, the core underwent reformulations due to the Covid-19 pandemic in all its dimensions, however, the actions that were developed proved to be significant and had an impact on two axes, the first says With regard to access to sports for students in the public school system, the second is the results it generated at the university, but specifically in Physical Education courses due to the offer of training courses to monitors, the academic community and other interested parties, the development of research and offering scholarships to undergraduate students.

KEYWORDS: Social Policy. Social Projects. Implementation. Sport.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Documentos utilizados para análise da configuração e abrangência do PAF.....	60
Quadro 2 - Comparativo entre o PAF e o Seleções do Futuro.....	62
Quadro 3 - Descrição das diretrizes do PAF.....	65
Quadro 4 - Documentos utilizados para análise da implantação do PAF na UFMS.	81
Quadro 5 - Composição das turmas do NVFF do PAF-UFMS com base no planejamento.....	86
Quadro 6 - Objetivos estabelecidos para o CEEFF.....	87
Quadro 7 - Objetivos estabelecidos para o evento de formação.....	87
Quadro 8 - Direcionamento do orçamento do PAF-UFMS.....	91
Quadro 9 - Descrição detalhada do orçamento destinado ao núcleo PAF-UFMS.....	92
Quadro 10 - Detalhamento dos valores investidos do PAF-UFMS.....	95
Quadro 11 - Palestras ministradas no I Seminário de Futebol/Futsal e Performance – UFMS.....	107
Quadro 12 - Composição das turmas do NVFF do PAF-UFMS com base no relatório parcial.....	109
Quadro 13 - Descrição dos produtos desenvolvidos pelo CEEFF.....	118

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sistema Esportivo Nacional de acordo com a DL 3.199/41.....	36
Figura 2 - Sistema Esportivo Nacional segundo a Lei Nº 6.251/75.....	38
Figura 3 - Modelo piramidal de Sistema Esportivo.....	39
Figura 4 - Sistema Esportivo Nacional (Lei Zico).....	43
Figura 5 - Políticas públicas do primeiro mandato do Governo FHC.....	44
Figura 6 - Sistema Esportivo Nacional (Lei Pelé).....	45
Figura 7 - Políticas públicas de esporte no segundo mandato do Governo FHC.....	47
Figura 8 - Sistema Esportivo Nacional a partir da criação do Ministério do Esporte em 2003.....	49
Figura 9 - Sistema Esportivo Nacional com as reformulações realizadas em 2011..	54
Figura 10 - Sistema Esportivo Nacional com as alterações realizadas em 2019.....	57
Figura 11 - Políticas públicas de esporte no Governo Bolsonaro.....	58
Figura 12 - Dimensões que compõem o PAF.....	63
Figura 13 - Programa Academia e Futebol e os agentes que compõem o programa.....	65
Figura 14. Organograma da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE).....	83
Figura 15 - Estádio Pedro Pedrossian (Moreirão).....	97
Figura 16 - Ginásio Moreninho.....	98
Figura 17 - Quadras abertas.....	98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de convênios estabelecidos do PAF (2019-2021).....	73
Gráfico 2 - Quantidade de convênios estabelecidos por região.....	75
Gráfico 3 - Distribuição do orçamento do PAF-UFMS.....	92
Gráfico 4 - Distribuição das turmas do NVFF.....	110
Gráfico 5 - Quantidade de inscrições realizadas por turma nos primeiros quatro meses de funcionamento.....	111
Gráfico 6. Quantidade de atendimentos realizados por turma.....	111
Gráfico 7 - Quantidade de beneficiários por modalidade.....	112
Gráfico 8 - Distribuição dos beneficiários de acordo com a faixa etária.....	113
Gráfico 9 - Relação entre beneficiários do sexo masculino e feminino.....	114
Gráfico 10 - Relação dos beneficiários pertencentes à Rede Pública e Privada de Educação.....	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APFUT - Autoridade Pública de Governança do Futebol
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CPB - Comitê Paraolímpico Brasileiro
CBD - Confederação Brasileira de Desporto
CBF - Confederação Brasileira de Futebol
CDDB - Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro
CEEFF - Centro de Excelência em Estudos do Futebol e Futsal
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos
CF 46 - Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946
CF 88 - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CND - Conselho Nacional de Desporto
COB - Comitê Olímpico Brasileiro
CRE - Comissão de Reformulação do Esporte
CSD - Conselho Superior de Desportos
DIESPORTE - Diagnóstico Nacional do Esporte
EDMF - Entidades Desportivas de Modalidade Futebol
Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FIFA - Federação Internacional de Futebol
GEPEFI - Grupo de Estudos, Pesquisa em Educação Física Inclusiva
GPDEF - Grupo de Pesquisa em Desempenho Esportivo e Físico
GPPELES - Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte, Lazer, Educação e Saúde
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC - Iniciação Científica
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INDESP - Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto
ME - Ministério do Esporte
MEC - Ministério da Educação

NVFF - Núcleos de Vivência do Futebol e/ou Futsal
ONGs - Organizações Não Governamentais
OSCIPs - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PAF - Programa Academia e Futebol
PBA- Programa Bolsa Atleta
PBM- Programa Brasil Medalha
PECIM - Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares
PELC - Programa Esporte e Lazer da Cidade
PET - Programa de Educação Tutorial
PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNED - Plano Nacional de Educação Física e Desporto
PPA - Planejamento Plurianual
PROECE - Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte
PROFUT - Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro
PST - Programa Segundo Tempo
Rede Cedes - Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer
REMIX - Observatório de mídias, tecnologias digitais e práticas corporais
SEDES - Secretaria de Desporto
SEE - Secretaria Especial de Esporte
SND - Sistema Nacional de Desporto
SNEAR - Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
SNDEL - Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer
SNEED - Secretaria Nacional de Esporte Educacional
SNELIS - Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social
SNFDT - Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor
TEA - Transtorno do Espectro Autista
TED - Termo de Execução Descentralizada
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE DO GOVERNO FEDERAL.....	27
1.1 As políticas sociais e o seu desenvolvimento no Brasil.....	27
1.2 Os antecedentes das políticas públicas de esporte do Estado Novo à Constituição de 1988 (1937-1988).....	34
1.3 Redemocratização e o período após a formulação da Constituição de 1988.....	41
1.4 O Sistema Esportivo Nacional no governo Fernando Collor de Mello e Itamar Franco por meio da Lei Zico.....	43
1.5 Governo FHC e as primeiras políticas públicas de esporte.....	44
1.6 Governo Lula e Dilma: a criação do Ministério do Esporte, políticas públicas e megaeventos esportivos.....	48
1.7 Período Temer/Bolsonaro: neoliberalismo e o impacto nas políticas públicas de esporte.....	56
2. A CONFIGURAÇÃO E ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA ACADEMIA E FUTEBOL	60
2.1 Natureza, tipo de direitos e benefícios previstos ou implementados.....	68
2.2 Abrangência da política.....	71
2.3 Critérios de acesso e permanência.....	76
2.4 Formas e mecanismos de articulação.....	77
2.5 Considerações a respeito do PAF a partir dos indicadores utilizados.....	79
3. A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ACADEMIA E FUTEBOL EM CONVÊNIO COM A UFMS.....	81
3.1 A UFMS e as Políticas Públicas de Esporte.....	83
3.2 O planejamento do PAF-UFMS.....	85
3.3 O papel das diferentes instituições.....	89
3.4 Orçamento.....	91

3.5 Estrutura institucional.....	97
3.6 Agentes/recursos humanos.....	100
3.7 Processo de implantação, desafios e as ações executadas.....	103
3.7.1 Cursos e eventos de formação.....	106
3.7.2 Núcleo de Vivência Futebol e Futsal (NVFF).....	108
3.7.3 Centro de Excelência em Estudos do Futebol e Futsal (CEEFF).....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS.....	125
ANEXO.....	135

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU/FACED), inserido na linha de pesquisa “História, Políticas, Educação”, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), *campus* de Campo Grande.

O interesse pela pesquisa é algo que foi despertado ainda na minha primeira graduação, como aluno do curso de Bacharelado em Educação Física pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em que tive a possibilidade de me inserir em laboratórios e ser bolsista de Iniciação Científica (IC). No entanto, o interesse em desenvolver uma dissertação de mestrado ocorreu no momento em que cursava a segunda graduação em Educação Física (Licenciatura) na UFMS. Novamente como bolsista de IC, pude realizar uma investigação preliminar naquilo que se manteria como meu objeto de estudo no mestrado (Programa Academia e Futebol), com o suporte do GPPELES (Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte, Lazer, Educação e Saúde). Além do GPPELES, pude participar de outros grupos de estudos e pesquisas na instituição como o Observatório de Mídias, Tecnologias Digitais e Práticas Corporais (REMIX), o Grupo de Estudos, Pesquisa em Educação Física Inclusiva (GEPEFI) e o Programa de Educação Tutorial (PET).

A participação nos grupos de pesquisa e o desenvolvimento de um estudo por meio da IC me proporcionaram inúmeras experiências no meio acadêmico (participação em eventos, publicação de estudos, aprofundamento teórico e metodológico), que contribuíram para que o meu envolvimento com a pesquisa continuasse em direção à Pós-Graduação *stricto sensu*. Dessa forma, após me inscrever no processo seletivo, deu-se meu ingresso no curso de Mestrado em Educação no ano de 2021, sob a orientação do Prof. Dr. Dirceu Santos Silva.

As investigações aqui realizadas estão inseridas no campo da Educação e tem como temática geral a análise de políticas públicas. As políticas públicas (*policies*) podem ser compreendidas como ações resultantes da atividade política (*politics*), com o intuito de atender as demandas que podem ser reivindicadas por parte da sociedade (*inputs*), como a saúde, educação, saneamento básico ou internamente do próprio sistema político (*withinputs*). Outro ponto importante que caracteriza as políticas públicas diz respeito a sua dimensão pública que não se dá pelo seu tamanho ou público ao qual é destinada, mas sim pelo seu caráter imperativo, no

sentido de todas as suas decisões serem revestidas da autoridade soberana do poder público (RUA, 1997). Ou seja, é a partir desse processo de demandas, reivindicações e disputas que surgem políticas, programas e projetos de caráter público no âmbito da educação e do esporte como objeto investigado nesta dissertação.

Nos estudos e investigações realizadas no campo das políticas públicas de esporte, bem como a observação de novas propostas que foram criadas na área, constatou-se uma das ações mais recentes em termos de políticas públicas vinculadas a Secretaria Especial de Esporte (SEE), que foi a criação do Programa Academia e Futebol (PAF), em 2019, vinculado à Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor (SNFDT), com o intuito de promover vivências do futebol, futsal e *beach soccer*, bem como desenvolver um centro de excelência em estudos e eventos sobre a temática (BRASIL, 2019a; BRASIL, 2020a).

O PAF foi planejado para funcionar de forma intersetorial, em parceria com Universidades Públicas e Institutos Federais, a partir de três dimensões interligadas: a) fomento à prática do futebol, futsal e *beach soccer*, como direito das crianças e adolescentes de 06 aos 17 anos, e adultos entre 18 e 25 anos; b) qualificação das políticas públicas na área do futebol, futsal e *beach soccer* por meio de subsídios, implementação e fortalecimento dos centros de pesquisa sobre futebol, futsal e direitos do torcedor; c) realização de cursos (presenciais e EaD) e eventos científicos relacionados à formação de professores. Dentre os documentos oficiais mencionados pela SNFDT que se constituem como marco legal que direcionam o programa, estão: 1) a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF 88); 2) a Lei Geral do Esporte; 3) o Plano Plurianual (2016-2019); 4) Estatuto da Criança e Adolescente; e 5) a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) (BRASIL, 2020a; D'AURIA; CARNEIRO; SILVA, 2022).

A partir do contexto de criação de um novo programa, a UFMS e a SEE, em 2020, firmaram um convênio para a implantação do PAF no município de Campo Grande a partir do Termo de Execução Descentralizada (TED) Nº 6/2020 (BRASIL, 2020b).

Como o PAF é uma iniciativa recente, em processo de estruturação, nunca antes pesquisada, a presente investigação é justificada e se configura como fundamental para a realização de análises que apresentem informações

estratégicas para gestores governamentais, com o intuito de atingir resultados positivos na elaboração e execução de políticas públicas.

O acompanhamento e avaliação da fase de implantação de convênios de programas sociais se constituem como ferramentas capazes de gerar informações que melhor auxiliam gestores e agentes que possuem papel fundamental na execução de políticas públicas, o que contribuiu para uma melhor tomada de decisão que resulta num aprimoramento das ações propostas bem como uma melhor aplicabilidade de recursos humanos, financeiros e de atendimento do direito da população (SERAPIONI, 2016).

A análise contribui também para uma maior participação da sociedade civil nas políticas públicas, uma vez que é possível o acompanhamento das ações desenvolvidas com base no andamento de seus resultados. Para além dos aspectos funcionais da política pública, a investigação da política social no campo esportivo, segundo Athayde e Passos (2018), tem o intuito de levar a superação da mistificação do esporte como instrumento de redenção das mazelas sociais para a emancipação política do esporte educacional, com ênfase no processo contraditório da ação política.

Diante do exposto, a pesquisa visa colaborar para o aumento do conhecimento científico produzido na área, com análise do processo contraditório da política social, desde a sua concepção até a lógica do seu funcionamento. Nesse ponto, a avaliação do PAF colabora para a discussão das políticas públicas e do esporte em sua dimensão educativa, além de contribuir para que as normas estabelecidas pela legislação em relação a garantia de acesso ao esporte como direito sejam efetivamente cumpridas.

Os efeitos do presente estudo têm um potencial de auxílio em futuros convênios de políticas públicas esportivas e educacionais implementados entre a SEE e a UFMS. O PAF tem a previsão de atender a tríade da universidade - ensino (cursos de formação de professores e profissionais que trabalham com futebol e futsal); extensão (atividades práticas de futebol e futsal de forma contínua para crianças e adolescentes); e pesquisa (ao prever o fortalecimento de produção científica sobre futebol e futsal). Pelo fato do PAF se constituir como uma política pública inédita e a UFMS ser uma das primeiras instituições a firmar convênio, a presente pesquisa possui um caráter inovador na medida que existe a possibilidade de se constituir como um dos primeiros estudos a investigar tal ação política.

Diante do contexto de criação de uma recente política pública e o estabelecimento de um núcleo por meio de convênio firmado com a UFMS, duas questões norteiam a pesquisa e aparecem como problemáticas a serem debatidas na dissertação: 1) Quais as características e o perfil do PAF como política pública?; 2) Como as diretrizes estabelecidas para o funcionamento do PAF se materializam no convênio firmado entre a SEE e a UFMS?

OBJETIVO GERAL

Investigar o Programa Academia e Futebol da Secretaria Especial de Esporte em parceria com a UFMS.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Analisar o desenvolvimento histórico das políticas públicas de esporte do Governo Federal; analisar a configuração e abrangência do Programa Academia e Futebol; discutir o processo de implantação do Programa Academia e Futebol na UFMS.

METODOLOGIA

MÉTODOS E ABORDAGEM DE PESQUISA

A operacionalização da proposta implicou na organização de três momentos - pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa descritiva-exploratória -, os quais se articulam, a partir da unidade em torno dos objetivos do estudo. Os resultados, as problematizações, debates e reflexões desenvolvidas ao longo da dissertação são produtos dos dados obtidos e das interpretações feitas a partir do referencial teórico, bem como das informações contidas nos documentos analisados.

A pesquisa bibliográfica teve a finalidade de conceder embasamento teórico sobre os principais elementos que permeiam as questões afetas à problemática de pesquisa e ao objeto de investigação. As fontes utilizadas se relacionam, de um lado, com o marco teórico conceitual; e por outro, contribuem no sentido de auxiliar no entendimento mais amplo do campo de investigação (políticas públicas, políticas sociais, esporte e esporte educacional) (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

O objetivo da pesquisa documental está relacionado à necessidade de apreender os modelos, as características, os objetivos e a operacionalização das políticas esportivas brasileiras (em caráter descritivo), especialmente do PAF (em caráter investigativo/avaliativo). Dessa forma, as fontes de consulta reuniram documentos oficiais (leis, decretos, diretrizes,) tanto em âmbito geral, quanto documentos específicos do núcleo da UFMS que estabelecem orientações organizacionais, administrativas e pedagógicas para o programa em avaliação (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

A pesquisa descritiva-exploratória serviu para a investigação e obtenção de dados empíricos a respeito do PAF. A utilização do método exploratório pode ser justificada pela maior familiarização e levantamento de informações sobre o objeto de estudo a ser pesquisado, bem como pelo ineditismo da ação política. Por fim, o método descritivo permite a identificação, registro, análise e interpretação da ação pública investigada (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Dessa forma, faz-se necessária a utilização de técnicas de pesquisa qualitativa, como a análise documental, entrevistas semiestruturadas, ao qual se pretende explorar e descrever detalhadamente os atores políticos pertencentes ao campo, bem como os fenômenos que nele ocorrem (BOGDAN; BIKLEN, 1994). A escolha pela abordagem qualitativa é justificada por privilegiar a dimensão processual do conhecimento, o que permite a transferibilidade e confirmabilidade dos dados bem como a possibilidade de realizar análises descritivas dos fenômenos observados e interpretar os eventos relativos ao objeto a ser investigado (GODOY, 2005; MINAYO, 1994).

O recorte temporal da pesquisa compreende os anos de 2019 a 2022 e pode ser justificado por demarcar o momento de criação do PAF em âmbito nacional e envolver o período de vigência do convênio com a UFMS.

PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi distribuída em três etapas. Em um primeiro momento, os documentos selecionados para a investigação da configuração e abrangência do PAF em âmbito nacional, foram as diretrizes que descrevem e norteiam as ações desenvolvidas no programa, o Quadro Orçamentário do PAF que detalha os convênios firmados e o valor destinado para cada convênio entre os anos de 2019 a 2021, o edital de seleção de convênios para o ano de 2021, que estabelece os

critérios para firmar novas parcerias, o edital com os resultados dos convênios que foram aprovados para o ano de 2021. Os documentos foram obtidos por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) (protocolo 71003.058584/2021-63) e pelo site da SEE.

Na segunda etapa, a coleta dos documentos do convênio do PAF com a UFMS ocorreu por meio de uma solicitação feita para o coordenador do programa. Os documentos selecionados foram o Projeto PAF-UFMS (submetido ao Ministério da Cidadania), o Projeto PAF de extensão cadastrado no SIGProj (primeira versão), a certificação orçamentária, o Plano de Trabalho, a solicitação de prorrogação do prazo de execução do programa, Projeto PAF de extensão cadastrado no SIGProj (segunda versão), Extrato do PAF e os relatórios parciais com as ações já executadas.

A terceira e última etapa é a realização de entrevistas semiestruturadas (BOGDAN; BIKLEN, 1994), com os coordenadores que atuam/atuaram no convênio para a descrição da fase de implantação do programa. Para a obtenção dos dados por meio das entrevistas semiestruturadas, a pesquisa possui a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFMS para assegurar o cumprimento de todos os requisitos éticos, com parecer de número 3.831.263.

ANÁLISE DOS DADOS

A técnica utilizada para a organização e sistematização dos dados coletados foi a análise de conteúdo. Para Bardin (2009), essa técnica permite a codificação e/ou recorte dos textos de acordo com a sua significância para posterior enumeração, classificação, agrupamento e categorização, baseado na inferência. As fases de análise de conteúdo se dividem em três etapas sequenciais: a) pré-análise, que tem como objetivo operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais, realização de leitura flutuante e seleção da documentação, transcrição da entrevista e diário de campo; b) exploração do material correspondente ao aprofundamento da leitura, criação da ficha de análise de conteúdo e análise inicial; c) tratamento dos resultados e inferência a partir das categorias de análise pré-estabelecidas com base nos objetivos traçados e com referência no método da Boschetti (2009), além daquelas categorias que emergiram do corpus textual e referencial teórico.

Vale ressaltar, que a análise de conteúdo tem sido utilizada por diferentes referenciais teóricos-metodológicos, com destaque para a perspectiva de pesquisa

dialética na educação, a partir da abordagem qualitativa, que tem apresentado um crescimento na utilização do método (SOUZA JUNIOR; MELO; SANTIAGO, 2010).

REFERENCIAL TEÓRICO E PROPOSTA DE ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA

A proposta metodológica que inspirou a análise da presente pesquisa foi desenvolvida por Boschetti (2009), como uma alternativa a abordagens com enfoque utilitaristas, restritos e unilaterais que muitas vezes centram suas atenções em aspectos como eficiência e eficácia. A adoção do seu método contribui com o intuito de avaliar as políticas sociais de diversos campos, analisar a política em sua totalidade, desvelar as contradições existentes entre determinações legais e a operacionalização da política, bem como compreender a articulação, as estruturas e as forças sociais que agem na formulação e execução da política pública.

Nessa perspectiva, três elementos são fundamentais para a análise de política social em um contexto histórico: 1) a natureza do capitalismo; 2) o papel do Estado, seu grau de autonomia na definição das modalidades e abrangência das políticas sociais; 3) o papel das classes sociais e movimentos sociais, com ênfase nas forças políticas que se organizam no âmbito da sociedade civil, identificando quais são seus interesses de classe e como se relacionam com o Estado (BOSCHETTI, 2009).

No modelo analítico, Boschetti (2009) institui três aspectos para a descrição do quadro institucional da política social avaliada. Esses aspectos são: 1) Configuração e abrangência dos direitos e benefícios; 2) Financiamento (fontes, gastos e montantes); 3) Gestão e controle social democrático. Cada um desses aspectos possui uma série de indicadores que se constituem como possíveis fontes empíricas para a análise de ações políticas. Essa proposta permite a avaliação de forma ampla de políticas sociais, no entanto, a interpretação dos indicadores e até mesmo a escolha pela utilização total ou parcial desses indicadores dependerá das referências teóricas que sustentarão a análise do avaliador.

Para a investigação da configuração e abrangência do PAF, a definição das categorias de análise ocorreu por meio da utilização dos seguintes indicadores: natureza e tipo dos direitos e benefícios previstos e/ou implementados; abrangência; critérios de acesso e permanência; formas e mecanismos de articulação com outras políticas sociais. Esses apontadores estão inseridos no primeiro aspecto de análise intitulado “configuração e abrangência dos direitos e benefícios”, com o objetivo de

compreender as características essenciais da política para que se delimite um quadro de benefícios e direitos que nela estejam previstos. Tais indicadores se constituem como elementos importantes para análise de uma política social de acordo com a proposta metodológica da Boschetti (2009).

A análise do núcleo do PAF na UFMS será realizada também com o referencial teórico da Boschetti (2009). O indicador utilizado para a investigação é denominado “relações entre as esferas governamentais” e está inserido no terceiro aspecto de análise de políticas públicas intitulado “Gestão e controle social”. Este aspecto tem o objetivo de demonstrar a forma como está estruturada a organização e gestão da política e/ou programa avaliado, tendo como parâmetro os princípios contemporâneos de gestão federada estabelecidos na CF 88. Com base neste referencial teórico, foram estabelecidas quatro categorias de análise que nortearam a investigação: o papel das diferentes instituições; orçamento; estrutura institucional e os agentes/recursos humanos.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Com o intuito de seguir uma lógica expositiva da trajetória desenvolvida ao longo da pesquisa, optou-se em estruturar a dissertação em três capítulos:

- 1) O desenvolvimento histórico das políticas públicas de esporte do Governo Federal;
- 2) A configuração e abrangência do Programa Academia e Futebol;
- 3) A implantação do Programa Academia e Futebol em convênio com a UFMS.

No primeiro capítulo, o objetivo é analisar o processo histórico da relação entre o Estado e as políticas públicas de esporte a partir da Era Vargas. Foram contextualizadas: as principais leis que regem a organização esportiva e que concederam sustentação para a organização institucional, o financiamento e a criação de políticas públicas; a organização ministerial e os princípios norteadores da agenda política dos governos que propuseram ações significativas no campo esportivo; por fim, foram descritos o processo de formulação, as características e os objetivos das principais políticas públicas de esportes desenvolvidas. A principal característica desse capítulo foi a descrição e contextualização das políticas sociais e políticas públicas de esporte. Nesse contexto, algumas obras foram fundamentais para o desenvolvimento desta parte inicial da dissertação. Ao abordar o desenvolvimento das políticas sociais em âmbito geral e também o seu

desenvolvimento no Brasil, o livro *Política Social: fundamentos e história* (BEHRING; BOSCHETTI, 2016), que apresenta um quadro ampliado sobre a temática e se constituiu como a principal referência no presente estudo. Com relação às políticas públicas de esporte, dissertações de mestrado e teses de doutorado escritas por autores que se dedicaram exclusivamente à investigação das ações públicas de esporte nos diversos recortes temporais foram as principais obras utilizadas. A escolha das teses e dissertações se deu pela proximidade do referencial teórico utilizado (BUENO, 2008; CARVALHO, 2013; GUIMARÃES, 2017; LINHALES, 1996; VERONEZ, 2005).

No segundo capítulo foram apresentados os dados obtidos com base na análise do aspecto “configuração e abrangência” do PAF como uma política pública implementada nas Instituições Públicas de Ensino em âmbito nacional. O intuito deste capítulo foi expor, contextualizar e analisar as principais características do programa, suas potencialidades e fragilidades se comparado com outras políticas de esporte educacional, participação, rendimento e de formação. Dessa forma, com a investigação, a pretensão foi de compreender em quais aspectos o PAF avança; quais as inovações do programa; quais os pontos deficitários; e o que o PAF não aproveitou de outras políticas já existentes. Outra discussão presente neste capítulo é a série de convênios que a SNFDT firmou em todo país com instituições públicas de ensino. Foi analisado o alcance desta política, sua distribuição nas diferentes regiões e o número de beneficiários atendidos.

No terceiro capítulo, o objetivo foi analisar o processo de implementação do PAF em convênio com a UFMS. Foram apresentados toda a lógica de funcionamento, a estruturação e a organização do programa no contexto da UFMS. Com base em documentos oficiais do convênio e de entrevistas com os coordenadores, foram analisados o planejamento, as ações executadas e/ou previstas a acontecerem, bem como o papel dos coordenadores e a percepção dos mesmos a respeito do programa. A estrutura deste capítulo é semelhante a do anterior, a diferença está no recorte estabelecido em ambos para a realização da análise. Se no segundo capítulo a investigação é mais abrangente, discute o PAF como política nacional como um todo e a contextualiza junto com outras políticas de esporte e da SNFDT, este centra as atenções na operacionalização da mesma, com o intuito de averiguar de maneira empírica o PAF e como as suas diretrizes se materializam no contexto da UFMS. O presente trabalho envolveu o processo de

planejamento e implementação, uma vez que o convênio aprovado em 2020, só pôde ser implementado de forma completa no ano de 2022, devido à pandemia da Covid-19, o que se constituiu como um dos limitadores da presente pesquisa.

1. HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE DO GOVERNO FEDERAL

O presente capítulo apresenta as características e o contexto histórico das políticas públicas de esporte desenvolvidas pelo Governo Federal brasileiro. O objetivo foi discutir a configuração das ações políticas, bem como dos agentes envolvidos na sua elaboração/execução. O capítulo discute as políticas sociais esportivas em diferentes governos, com base nas diretrizes e dados documentais. Tudo isso com o intuito de compreender o processo contraditório de formulação dessas ações. Esse processo de descrição histórica e de análise foi desenvolvido com base em uma revisão da literatura (artigos, dissertações, teses e livros) sobre a respectiva temática, da leitura realizada e interpretação feita a partir do referencial teórico.

1.1 As políticas sociais e o seu desenvolvimento no Brasil

As políticas sociais em sua gênese foram criadas como uma estratégia anticíclica para combater a crise do capitalismo e que resultou em ações voltadas à proteção social e de enfrentamento às desigualdades e aos problemas sociais resultantes da queda de produção e da bolsa de valores em 1929. Sua elaboração ocorreu com a participação do Estado e da sociedade civil, no atendimento das demandas específicas de determinados grupos sociais, especialmente da classe trabalhadora que fez pressão e uma série de exigências para a melhoria das condições de vida. Houve a superação do recurso da caridade, em troca do princípio da seguridade social, por meio de “caixinhas” voluntárias e posteriormente obrigatórias para cobrir perdas. O Estado enquanto gestor de medidas anticrises passa a implementar sistemas nacionais de seguridade social (BEHRING, 2002; BEHRING; BOSCHETTI, 2016).

O desenvolvimento das políticas sociais ao longo do tempo, passou por momentos de maior protagonismo com o Estado de bem-estar social (*Welfare State*), que se constituiu como modelo de desenvolvimento social após a crise de 1929 (em decorrência da queda da bolsa de valores de Nova York entre 1929 e 1932) e fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A partir da crise de 1929 (maior crise financeira da história dos Estados Unidos), houve um consenso no que diz respeito à necessidade de regulação estatal para combater os problemas

econômicos e sociais. Esse consenso ocorreu devido a três fatores: 1) promoção de políticas Keynesianas caracterizadas por uma maior participação do Estado na proteção social da população por meio de políticas voltadas ao pleno emprego e à prestação de serviços universais em áreas como educação, saúde e previdência social; 2) criação de instituições e serviços com o objetivo de gerar demanda e ampliar o consumo; e 3) um amplo acordo entre os partidos de direita e esquerda, capital e trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2016).

Na década de 1970, houve o declínio das políticas Keynesianas e do modelo de *Welfare State* no contexto europeu. Dessa forma, houve o fortalecimento de governos com características neoliberais, que criticavam o papel centralizador do Estado. Em uma perspectiva mais pautada em ideias neoliberais, as propostas para lidar com a seguridade social previam uma maior participação da iniciativa privada na prestação de serviços à sociedade e um equilíbrio fiscal por parte do Estado. As políticas neoliberais incentivaram a elaboração de políticas públicas residuais de perfil focalizado em grupos específicos (BEHRING, 2002; BEHRING; BOSCHETTI, 2016).

No contexto brasileiro, as políticas sociais começaram a ganhar destaque nos anos de 1930, com a criação do Ministério do Trabalho e da Carteira de Trabalho. No entanto, as características das ações sociais no país se apresentaram de maneira distinta às políticas sociais dos estados de capitalismo central. O caráter fragmentado, seletivo, corporativo e distante da universalização, caracterizaram o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. Não obstante, as ações desenvolvidas eram marcadas por um perfil de tutela e de clientelismo (BEHRING; BOSCHETTI, 2016).

No período que abrange a ditadura militar (1964-1985) até a redemocratização, o governo brasileiro implantou uma agenda de seguridade social que, diferentemente dos países do capitalismo central, contou com uma restrita distribuição dos ganhos, porém com uma ampliação do mercado interno. As políticas sociais foram implementadas de maneira conservadora e tecnocrata, num contexto de restrição de direitos civis e políticos (BEHRING; BOSCHETTI, 2016).

O início da década de 1980 foi caracterizado pelo declínio do regime militar e de dificuldades na formulação de políticas sociais devido ao contexto de crise econômica, que impactou os investimentos por parte do poder público. O momento também foi de retomada do Estado democrático de direito e de formulação de uma

nova constituição. O processo de disputas entre diferentes grupos para uma nova definição do “jogo político” foi marcada por mobilizações e contramobilizações de interesses distintos, no qual acabou na concretização do texto constitucional, que expôs avanços como os direitos políticos, humanos e a seguridade social. Por outro lado, não ocorreu o enfrentamento à militarização presente no poder e houve a manutenção de prerrogativas ao poder executivo, relacionadas à ordem econômica. No que diz respeito especificamente às políticas sociais, o destaque fica por conta da contemplação do artigo 6º da CF 88, que contemplou como direito à educação, saúde, lazer, alimentação, previdência social dentre outros. Destaca-se neste período, a retomada dos direitos civis e políticos (BEHRING; BOSCHETTI, 2016).

O panorama das políticas sociais após a redemocratização e mais especificamente na década de 1990 foi marcado por uma forte tensão entre a necessidade de se implementar a noção de seguridade social presente na recém elaborada CF 88 e uma agenda política profundamente caracterizada por ideias neoliberais. Nesse contexto de privatizações e ajuste fiscal promovido pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (Governo FHC) (1995-2002), a marca do período foi o desenvolvimento de políticas caracterizadas pela descentralização, seletividade e focalização em grupos em vulnerabilidade econômica e social, que acabaram por inibir a expansão de políticas sociais em direção à universalização, conforme foi proposto na CF 88 (BEHRING; BOSCHETTI, 2016).

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) (Governo Lula), foi adotado um modelo de desenvolvimento pautado em políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda. Nesse período, identificou-se o aumento do poder aquisitivo de parcela da população; a elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento da taxa de juro, subsidiada pelas grandes empresas nacionais; política de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais; política econômica anticíclica para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica (BOITO JR; BERRINGER, 2013).

Nesse contexto, o Governo Lula ampliou a participação da população com menor poder aquisitivo na economia do país, com maior poder de consumo e ampliação do acesso em alguns setores por meio de políticas públicas. No entanto, as ações não se efetivaram em uma ampla distribuição de renda, a focalização e a unificação das ações de distribuição de renda em Bolsa Família (Bolsa-Escola,

Bolsa-Alimentação, Cartão Alimentação e algumas iniciativas do Programa Fome Zero) continuaram como as principais características no campo das políticas sociais. Apesar dos esforços no sentido de distribuir renda à população que se encaixava num quadro mais severo de pobreza, o governo optou em restringir a ampliação de políticas sociais de natureza universalista (COSTA, 2009).

A sucessão dessas ações passou a ser conduzida por Dilma Vana Rousseff (Governo Dilma) (2011-2016), após sua vitória na eleição presidencial em 2010. No entanto, no segundo mandato do Governo Dilma, os investimentos na área de proteção social se mostraram desfavoráveis diante do contexto de crise econômica e endividamento público, a ponto de tornar inviável o aumento ou a manutenção dos gastos em políticas públicas. Isso resultou em uma diminuição do sistema de proteção social brasileiro. Apesar das tentativas de combate a crise política e econômica, os resultados esperados não ocorreram e criaram condições favoráveis para o processo de *impeachment* que ocorreu em 2016 (GENTIL, 2017).

Após o processo de *impeachment* que culminou com a posse de Michel Miguel Elias Temer Lulia (Governo Temer) (2016-2018), a condução da política de proteção social passou a ter um direcionamento reformista, o que a tornou ainda mais restrita devido ao argumento do ajuste fiscal por conta da instabilidade econômica que resultou na aprovação da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos (PEC Nº 55-241/2016), que determinou o congelamento dos investimentos do governo por 20 anos e estabeleceu um novo regime fiscal a ser seguido como alternativa à crise econômica (IPEA, 2016).

Arelado ao congelamento de gastos públicos, houve profundas reformas em políticas de diversas áreas. Com relação às ações desempenhadas nas políticas trabalhistas, houve destaque para a aprovação de duas legislações: a) Lei Nº. 13.467 de 13 de julho de 2017 (reforma trabalhista), que altera 201 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); b) Lei Nº. 13.429 de 31 de março de 2017 (Lei da terceirização), que liberaliza a terceirização e amplia o contrato temporário. O principal objetivo das duas propostas foi a de legalizar práticas que já ocorriam no mercado de trabalho e permitir a possibilidade de opções aos empregadores de estabelecer acordos contratuais alinhados com as suas necessidades (KREIN, 2018).

Dessa maneira, procurou-se ajustar o padrão de regulação do trabalho em consonância com as características do capitalismo contemporâneo, que fortalece a

autorregulação do mercado, em que o trabalhador passa a ter uma maior insegurança. Além disso, amplia a liberdade do empregador em determinar as condições de contratação. Nessa perspectiva, a reforma não se refere somente ao conteúdo da regulamentação em si, mas também às instituições públicas do trabalho na tentativa de interferir tanto na aplicação quanto na materialidade dos direitos. Ou seja, por um lado, indica uma descentralização do processo de definição das regras da relação de emprego, o que incentivou a individualização da negociação para segmentos com melhor remuneração. Por outro lado, há uma tentativa de esvaziamento da organização sindical dos trabalhadores, pois tende a predominar uma organização mais descentralizada e flexível (KREIN, 2018).

No mês de dezembro de 2016, foi apresentado pelo Governo Temer, e tramitou na Câmara dos Deputados, a reforma da previdência (PEC 287). Os principais pontos da proposta inicial foram: a) elevar o requisito etário para setenta anos de idade para obter acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC); b) aumento do tempo mínimo de contribuição para aposentadoria (sessenta e cinco anos de idade e vinte e cinco anos de contribuição, para ambos os sexos); c) alteração no valor da aposentadoria; d) alteração com relação ao segurado especial (produtor rural). De modo geral, a reforma da previdência estimulou a minimização da previdência pública e o incentivo a busca de meios próprios ou previdência privada. Desse modo, a Previdência Social ficou circunscrita ao movimento de expropriação financeira que se expressa no presente, articulado com alternativas individualistas e financeirizadas (SOUZA; SOARES, 2019).

No campo das políticas educacionais, houve a proposta de Reforma do Ensino Médio, por meio da Medida Provisória N^o.746 de 22 de setembro de 2016, que instituiu a política de fomento à educação integral, alterou a LDB e regulamentou o FUNDEB. A Reforma do Ensino Médio dedicou ênfase a uma parcela restrita de áreas do conhecimento ao tornar obrigatório o ensino de português e matemática. Em contrapartida, tornou facultativa as disciplinas de Artes, Sociologia, Filosofia e Educação Física. Dentre outras iniciativas, destacam-se a focalização na alfabetização (influenciada por diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE), a elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pautada na crítica, na liberdade de expressão e em cortes de recursos de diversos programas educacionais (MELO; SOUZA, 2017).

Sob o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (Governo Bolsonaro) (2019-2022), composto por uma articulação de práticas sociais e culturais, condutas políticas e ideias econômicas que mantêm referências ao neoliberalismo e ao conservadorismo, ganha força os argumentos que preconizam o ajuste fiscal, estimulam a participação da iniciativa privada e de agentes do Terceiro Setor para conceder respostas às demandas da sociedade civil para além das políticas públicas (CAVALCANTI; CHAGURI; NETTO, 2021). Diante desse contexto, o desenvolvimento das políticas sociais não foi o foco do governo, sobretudo com um cenário que vai em desencontro com os preceitos estabelecidos pela CF 88 (CARNEIRO, 2019).

Houve um desmonte e/ou diminuição de políticas de proteção social que já estavam em processo desde o Governo Temer. O Governo Bolsonaro no seu início de mandato conseguiu aprovar a reforma na previdência, proposta pelo Governo Temer. Por um lado, manteve o caráter essencialmente público da previdência, no entanto, aumentou as barreiras de idade e contribuição, além do estabelecimento de inúmeras regras de transição para diversas categorias. É importante ressaltar que as propostas mais criticadas foram: o sistema de capitalização individual, o fim do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos em vulnerabilidade e pessoas com deficiências, bem como as mudanças na aposentadoria rural, que estiveram sempre no radar do governo e foram deixadas de lado por pressão dos partidos de oposição e da sociedade civil (ALMEIDA, 2022).

Alterações de políticas no campo da educação que estavam em processo pelo Governo Temer, também ocorreram no Governo Bolsonaro. No entanto, diferentemente de seu antecessor, que dedicou atenção quase exclusiva à educação básica, o Governo Bolsonaro desenvolveu propostas tanto para a educação básica, como para o ensino superior (GARCIA, 2022).

Na educação básica, a principal proposta foi a de militarização das escolas públicas por meio do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), com a finalidade de promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio. Nesse caso, estabeleceu-se uma parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Defesa, que apresentou um conceito de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares (GARCIA, 2022).

A proposta de maior impacto direcionada ao ensino superior público foi o

programa Future-se, destinado a reestruturar o financiamento neste setor, bem como ampliar o acesso a recursos privados como estratégia de financiamento das universidades. O intuito é estimular a captação de recursos feita pelas próprias universidades, com a abertura para contratação de organizações sociais ou de fundações de apoio para a execução de atividades e a possibilidade de as universidades fecharem parcerias com a iniciativa privada. De acordo com a proposta, a adesão ao programa é voluntária e está estruturada em três eixos centrais segundo a proposta original: a) Gestão, Governança e Empreendedorismo; b) Pesquisa e Inovação; c) Internacionalização (SILVA; RIBEIRO; ANDRADE, 2022).

A principal crítica ao Futura-se reside na intencionalidade, de médio ou longo prazo, em desobrigar a alocação de recursos orçamentários obrigatórios para as universidades. As instituições de ensino deverão buscar suas próprias formas de se capitalizar, em um regime de autofinanciamento. O programa pode desestimular as pesquisas no campo das humanidades, uma vez que as pesquisas financiadas estariam atreladas aos interesses do mercado. Outra medida polêmica foi a proposta de fim dos concursos públicos e de precarização no plano de carreira docente, com previsão de contratação de profissionais com base no regime CLT, o que promove a descaracterização de Regime de Dedicação Exclusiva e do tripé ensino-pesquisa-extensão (SILVA; RIBEIRO; ANDRADE, 2022).

No campo da educação, a autonomia universitária foi desafiada pelo governo devido ao frequente ato de desconsiderar a nomeação do candidato a reitor mais votado nas listas tríplices encaminhadas pelas instituições federais ao Ministério da Educação. A medida contraria à prática que tem sido adotada pelos presidentes brasileiros desde 1985, com raras exceções (SILVA; RIBEIRO; ANDRADE, 2022).

Por fim, vale destacar que como estratégia de enxugamento do papel do Estado, houve a extinção de alguns ministérios como o Ministério do Esporte e o Ministério de Desenvolvimento Social, além do fato dos ministros nomeados em seu governo terem como responsabilidade tencionar com a respectiva área das políticas públicas, além de desfazer políticas estabelecidas em diversas outras áreas (CRUZ, 2022).

Vale ressaltar que as políticas sociais que se apresentam em um contexto neoliberal se caracterizam pela forte descentralização, privatização, focalização e ações emergenciais (DRAIBE, 1993; PAVÉGLIO; SANTOS, 2021). Pautado na crítica ao paternalismo das políticas keynesianas, o neoliberalismo apregoa um

papel diminuto por parte do Estado no que diz respeito à garantia de direitos e uma maior participação da sociedade civil e entidades do Terceiro Setor como as Organizações Não Governamentais (ONGs) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) na prestação de serviços à sociedade. Isso ocorre pelo fato do neoliberalismo se caracterizar por um conjunto de regras práticas de ação referidas a reformas do Estado e suas políticas no campo econômico e social. Dessa forma, o neoliberalismo projeta uma cultura política “despolitizada”, movida pela busca de soluções ágeis e eficientes para uma maior eficiência na prestação de serviço e sem contrariar a lógica de mercado (DRAIBE, 1993).

A descrição histórica das políticas sociais no Brasil contribui para a compreensão das políticas públicas de esporte, lazer e educação de uma forma ampla. Ao analisarmos o contexto das políticas públicas de esporte no Brasil, é importante destacar que essas políticas nunca estiveram deslocadas de todo o conjunto de políticas sociais das mais diversas áreas (saúde, educação, previdência social etc.). Dessa forma, a elaboração e execução de políticas públicas de esporte, acabam por reproduzir os valores e os interesses daqueles que estiveram no poder, bem como das relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade civil em cada governo. Diante desse contexto, a seguir será apresentado o histórico das políticas públicas de esporte a partir de suas primeiras ações na década de 1930.

1.2 Os antecedentes das políticas públicas de esporte do Estado Novo à Constituição de 1988 (1937-1988)

Com relação ao campo esportivo, a ação do setor público nessa área pode ter diversos objetivos e justificativas para a sua implementação. Segundo Linhaes (1996), o Estado pode atuar na promoção da prática esportiva com base nos seguintes argumentos: a) atividade meio ou complementar das políticas educacionais e de saúde; b) políticas de assistência à população em vulnerabilidade, infância e juventude; c) por finalidades externas ao próprio esporte. Nesse sentido, é possível observar o caráter ampliado do fenômeno esportivo e a possibilidade do desenvolvimento de políticas interdisciplinares e de relações com diversas áreas como educação, saúde e serviço social.

O Estado, ao regulamentar a questão do esporte, promove um reconhecimento na qual coloca o setor na agenda política e o torna conteúdo da ação pública. Como consequência, a temática do esporte e da Educação Física passa a fazer parte da

estrutura organizacional do poder executivo. Dessa forma, existe a criação e transformação de órgãos institucionais que, no nível federal de governo, configuraram-se de diversas formas e se mantêm atreladas às diferentes estruturas administrativas (Secretarias, Ministérios) no decurso da história (BUENO, 2008).

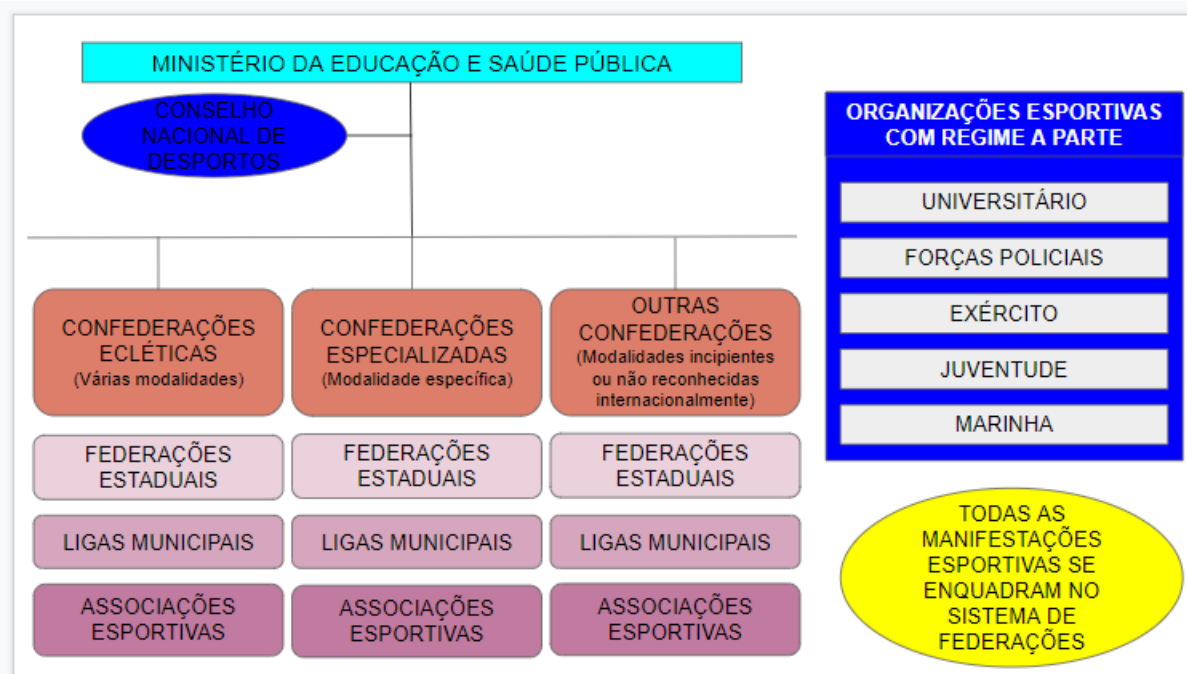
Essa estrutura institucional é construída com o intuito de suportar as disputas entre os agentes que participam do processo político e detêm interesses no setor esportivo, ao assumir a função de intermediá-las, regulá-las ou efetivamente atender as demandas que possam ser debatidas na configuração dos programas e nas ações efetivamente implementadas (VERONEZ, 2005). Ou seja, a inserção do esporte na estrutura organizacional de um governo concede a possibilidade de discussão, elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas da respectiva temática.

Diante desse contexto, as articulações das diferentes dimensões que compõem uma política, por ocasião da ação governamental no setor esportivo, ocorrem de modo diferenciado no decurso da história (VERONEZ, 2005). O desenvolvimento da estrutura institucional do esporte ocorreu por meio da intervenção de diferentes atores como presidentes de federações esportivas, dirigentes esportivos, acadêmicos, movimentos sociais, ex-atletas e militares. Esses grupos possuíam diferentes visões políticas que manifestaram as mais diversas concepções não apenas de Estado, mas também do próprio fenômeno esportivo. Diante desse contexto, é importante acompanharmos esse movimento para compreendermos como as ações públicas relacionadas com o esporte se desenvolveram ao longo do tempo, quais as características que assumiram, bem como o nível de importância que ocuparam na organização estatal.

Historicamente, as primeiras iniciativas do Estado brasileiro no campo esportivo se deram no final dos anos de 1930 e início da década de 1940. Neste período, as iniciativas reproduziram as mesmas características (centralização e hierarquização) de políticas públicas de outras áreas como saúde, educação e assistência social, discutidas na seção anterior. Estas ações ocorreram num contexto em que preponderava o esporte de rendimento, porém, com uma concepção amadora no que diz respeito a sua organização e gestão. O Estado atuou de maneira centralizadora e corporativista com o intuito de controle das entidades sociais, sua oficialização e a promoção da ideia de nação a partir do fenômeno esportivo (CARVALHO, 2013).

Existia uma tentativa de criar uma relação orgânica entre Estado e esporte, que se justificava por meio de algumas medidas tomadas na época, como a promulgação do Decreto-Lei Nº 3.199, de 14 de abril 1941 (DL 3.199/41), que se estabeleceu como uma tentativa inicial de organização esportiva no país de modo a garantir o acesso da população a prática esportiva. Houve a criação da Divisão de Educação Física vinculada ao Ministério da Educação e Saúde e a criação do Conselho Nacional de Desporto (CND), como a principal organização esportiva do Brasil (BUENO, 2008; ATHAYDE, 2014). A Figura 1 ilustra a organização do sistema esportivo a partir da DL 3.199/41.

Figura 1. Sistema Esportivo Nacional de acordo com a DL 3.199/41.



Fonte: Elaboração própria com base em (BUENO, 2008, p.119).

O período subsequente ao fim do Estado Novo, que se iniciou em 1945 e que perdurou até o ano de 1964, foi caracterizado por poucas mudanças, pois a estrutura administrativa e institucional criada no período anterior foi mantida com políticas públicas caracterizadas pelo clientelismo e o paternalismo, não apenas no campo esportivo, mas também em áreas como saúde e assistência social. O CND, vinculada ao Ministério da Educação e Saúde Pública, continuou como principal entidade esportiva e o foco se deu em ações voltadas para o esporte de alto rendimento e políticas públicas direcionadas à disseminação dos valores olímpicos (CARVALHO, 2013).

Na formulação da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946 (CF 46), não houve qualquer menção ao esporte, o que de certa forma ratifica a estrutura administrativa que a antecedia. Linhales (1996) argumenta que o não rompimento com a estrutura administrativa legada pelo Estado Novo se deu por dois motivos: a) organização estrutural, desenvolvida pelo Decreto-lei Nº. 3.199 sob a responsabilidade do CND, que acabou por conceder aos dirigentes de federações e confederações, principalmente à Confederação Brasileira de Desporto (CBD), grande poder para arbitrar os interesses do governo e das entidades esportivas segundo o modelo corporativista; b) dependência que as elites esportivas tinham em relação ao Estado brasileiro, o que reforçava as relações de exclusão que se manifestavam, visto que de um lado, pela supressão das demais modalidades devido, principalmente, ao foco dos investimentos no futebol e, de outro, pela seletividade do esporte de alto rendimento.

Essa relação com o futebol se fortaleceu devido à simbiose e o clientelismo que foi estabelecido entre os agentes da classe política que tinham interesses eleitorais e os dirigentes esportivos que buscavam interesses pessoais e a manutenção de seus cargos diretivos, sejam em federações ou em clubes esportivos. É oportuno também destacar, que ocorreu a articulação entre o CND e a CBD junto aos delegados vinculados à Federação Internacional de Futebol (FIFA), no final da década de 1940, que resultou na aprovação do Brasil como sede da Copa do Mundo de 1950. A organização e a construção de importantes estádios como o Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro, e o Pacaembú, em São Paulo, canalizaram os esforços governamentais de um grande projeto esportivo nacional (BUENO, 2008).

Apesar das poucas iniciativas com relação às políticas públicas de esporte na década de 1940, vale a menção ao Decreto-lei Nº. 9.912/1946, que estabeleceu a responsabilidade do Governo Federal para a construção de praças de esportes e nomeação de comissões para estudos e construção de propostas específicas para o assunto. Em síntese, a política esportiva presente neste período é caracterizada, pela manutenção das ações advindas de governos que o antecederam (BUENO, 2008).

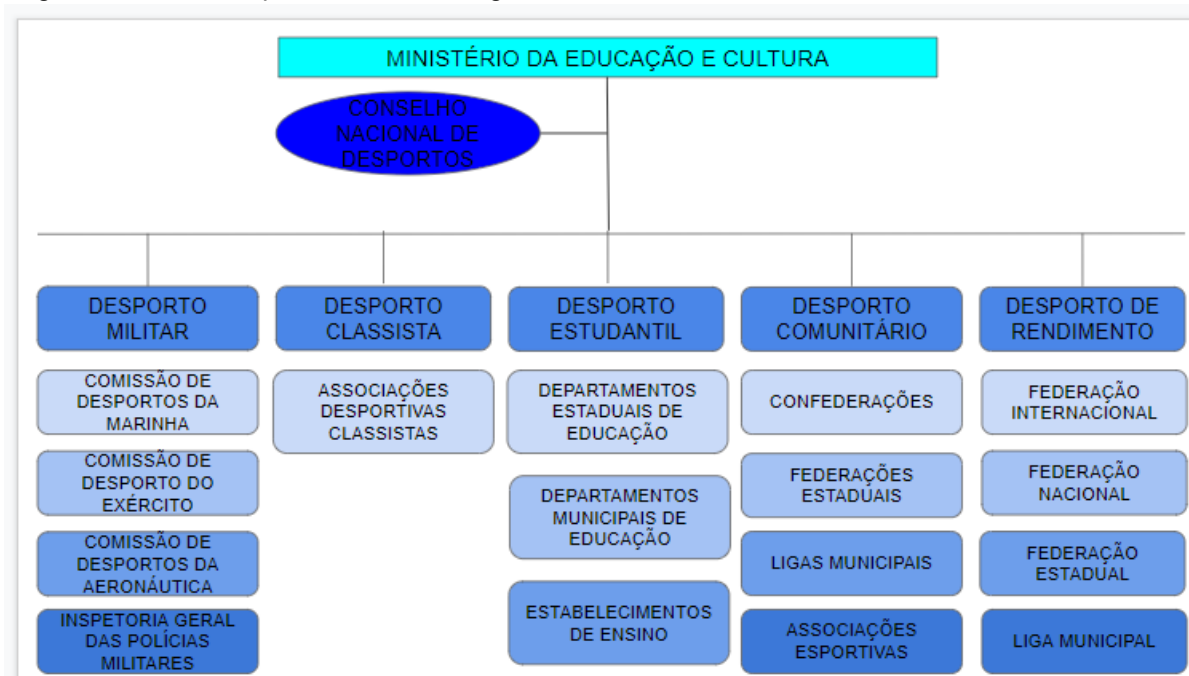
Durante o período que envolveu o regime de ditadura militar no Brasil (1964-1985), o esporte esteve fortemente vinculado à ideologia e aos interesses militares. Houve forte instrumentalização e aparelhamento das mais diversas

manifestações esportivas no intuito de legitimar um projeto de sociedade e de poder (VERONEZ, 2005). Os militares estruturaram o sistema esportivo de maneira tecnoburocrática e com o interesse no desenvolvimento do esporte de alto rendimento (CARVALHO, 2013).

Nesse processo de estruturação do sistema esportivo, a primeira iniciativa foi a realização de um diagnóstico social do esporte para a investigação da infraestrutura, recursos humanos, materiais e financeiros do setor esportivo. A partir dos resultados obtidos e de uma reconfiguração do sistema esportivo, houve a revogação da legislação anterior (Decreto-Lei Nº 3.199/41) e a aprovação da Lei Nº 6.251 de 8 de outubro de 1975 (Lei Nº 6.251/75) (CARVALHO, 2013).

A nova legislação estabeleceu ao Poder Executivo a responsabilidade pela definição do Plano Nacional de Educação Física e Desporto (PNED). Ao final do processo de formulação do PNED, foram instituídas quatro categorias relacionadas às manifestações esportivas (Desporto Comunitário, Desporto Estudantil, Desporto Militar e Desporto Classista) e manteve o CND como entidade esportiva máxima do país vinculada ao Ministério da Educação e da Cultura (CARVALHO, 2013).

Figura 2. Sistema Esportivo Nacional segundo a Lei Nº 6.251/75.



Fonte: Elaboração própria com base em (BUENO, 2008, p.149).

As quatro manifestações esportivas eram interligadas e permitiam a todos que se destacassem e apresentassem a oportunidade de "subir" a "pirâmide" na qual era

organizada o subsistema esportivo. Este modelo piramidal, pautado na concepção hegemônica de esporte de alto rendimento, valorizava o processo seletivo e o desempenho esportivo. Dessa maneira, a base da pirâmide (com abrangência do maior número de pessoas) era composta pelo Desporto Estudantil, seguido do Desporto Comunitário/Desporto Classista e na “ponta” da pirâmide, em lugar de destaque, o esporte de alto rendimento (VERONEZ, 2005).

Figura 3. Modelo piramidal de Sistema Esportivo.



Fonte: elaboração própria com base em (BUENO, 2008, p.142).

O argumento utilizado para defender a implantação do modelo baseado na pirâmide esportiva, buscava privilegiar os destaques esportivos da base (Desporto Estudantil), por meio de uma lógica de “detecção de talentos”. Dessa forma, aqueles que se destacavam, iam “avançando” na pirâmide por meio de incentivos financeiros e estruturais que permitiam o desenvolvimento do atleta e a sua participação em competições esportivas de alto nível para representar o país. No entanto, Linhales (1996) vai contrapor esse tipo de estruturação do sistema esportivo, que por um lado, buscou colocar o esporte estudantil e de participação nas bases da pirâmide, o que resultou de alguma maneira na ampliação do acesso da população à prática esportiva. Todavia, da maneira hierarquizada na qual foi organizada, isso apenas valorizou o esporte “em si” e não aquele que o pratica, pois o que ocorreu foi a

transposição e legalização dos princípios hierárquicos, seletivos e excludentes do esporte de alto rendimento para essa população que estava sendo priorizada.

A mesma legislação também institui normativas com relação ao financiamento de políticas de esporte. Com base no artigo 7º da mesma lei, foi instituído o apoio financeiro do Governo Federal ao setor esportivo, por meio da Loteria Esportiva e da definição de dotações orçamentárias destinadas aos programas e projetos esportivos. Vale destacar que a regulamentação da Loteria Federal ocorreu por meio da Lei Nº 66.118, de 26 de janeiro de 1970 (Lei Nº 66.118/70) e destinava 30% do total dos recursos para o CND (CARVALHO, 2013).

No que diz respeito ao reconhecimento da prática esportiva como direito, a Lei Nº 6.251/75 não estabeleceu garantias a esse respeito, as iniciativas para a massificação da prática esportiva ficavam a cargo de campanhas de popularização da prática esportiva como a Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo realizada em 1971 e a Campanha Esporte Para Todos no Brasil ocorrida em 1977 (CARVALHO, 2013).

Com base na descrição acima, é possível observar que as legislações que regulamentavam a relação do Estado brasileiro com o fenômeno esportivo num período anterior a CF 88 (Decreto-Lei Nº 3.199/41, Lei Nº 6.251/75), eram caracterizadas por valores corporativos e disciplinadores como princípios norteadores de políticas públicas. A valorização do esporte de alto rendimento e do desempenho esportivo também estavam presentes em todas as manifestações esportivas, inclusive no ambiente escolar (CARVALHO, 2013).

Com relação ao futebol, o regime militar procurou de várias formas associar a sua imagem com a seleção brasileira, especialmente em períodos de Copa do Mundo da FIFA. Essa associação se dava pela quantidade excessiva de militares que compunham a comissão técnica nos mais diferentes cargos (preparação física, comando técnico, coordenador da delegação), pelo excesso de ufanismo e pela tentativa de projetar no bom desempenho esportivo da equipe (especialmente com a conquista do título mundial em 1970) a imagem do regime e de toda a nação brasileira (BUENO, 2008).

Em 1972, o Estado brasileiro organizou um torneio internacional entre seleções convidadas, intitulado Taça Independência. Essa competição foi promovida em comemoração aos 150 anos da Independência e foi considerada uma versão reduzida da Copa do Mundo e que foi vencida pela seleção brasileira (BUENO,

2008).

Quanto aos clubes de futebol e as competições domésticas, a CBD (atual Confederação Brasileira de Futebol - CBF), a pedido do governo, ampliou no ano de 1970, o número de equipes que compunham o campeonato nacional, que passou a ter 20 times em cada uma das duas divisões. Em 1976, foi aprovada a Lei n.º 6.354, de 2 de setembro de 1976, que reconheceu a profissão de jogador de futebol e institucionalizou o “passe livre”. Nesse caso, os jogadores obtiveram o direito ao passe livre quando completassem 32 anos de idade, além do fato de que era necessário estarem vinculados contratualmente a pelo menos dez anos no mesmo clube. A legislação também reconheceu os órgãos da Justiça Desportiva como competentes para aplicar penalidades (BUENO, 2008).

1.3 Redemocratização e o período após a formulação da Constituição de 1988

Na década de 1980, com o esgotamento do regime militar e diante do contexto de redemocratização do Brasil, o país se viu em torno de debates e proposições que buscavam alternativas que superassem o sistema político vigente caracterizado pela hierarquização das ações, o corporativismo, o elitismo e a forte intervenção estatal que contrastavam com o contexto da época, em que se exigia mais flexibilização por parte do Estado. Diante disso, a educação, saúde, economia, liberdade de imprensa e eleições livres foram pautas que adquiriram relevância no debate público. O esporte esteve inserido, no entanto, as primeiras iniciativas para a democratização do sistema esportivo se associaram a imagem política direcionada a liberalização da tutela estatal e de autonomia de ação por parte das organizações esportivas, o que deixou em segundo plano o papel do Estado e das instituições para a promoção de políticas públicas (LINHALES, 1996).

Neste período, não apenas as estruturas administrativas tiveram que passar por um processo de reformulação, mas também o próprio conceito de esporte e o papel que passaria a exercer na sociedade foi reformulado. A partir do Decreto N.º 91.452, de 19 de julho de 1985, dentro do Ministério da Educação (MEC), foi instituída a Comissão de Reformulação do Esporte (CRE). A comissão serviu para redefinir responsabilidades coletivas das diferentes esferas do poder no que diz respeito ao esporte. O intuito foi atingir as seguintes metas: a) consolidar o novo conceito de esporte (educacional, participação e rendimento); b) constitucionalizar o esporte na CF 88 de forma a redefinir o seu papel no Estado e na sociedade; c)

desburocratizar e descentralizar as ações do CND; d) criar condições financeiras para os projetos de desenvolvimento científico, tecnológico e de formação de recursos humanos; e) rever práticas equivocadas no esporte-educação (BUENO, 2008).

Havia consenso na CRE sobre a presença de pelo menos um artigo que contemplasse o fenômeno esportivo na legislação que estava em processo de promulgação. Dessa forma, o esporte passou a constar em documentos oficiais como a CF 88, que o contemplou como direito de cada um, com o objetivo primordial de contribuir para o desenvolvimento integral do indivíduo. O artigo 217 da CF 88 é o principal dispositivo que regula o esporte e a sua composição se deu da seguinte forma:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social. (BRASIL, 1988, p.128).

No entanto, apesar do esporte estar presente na CF 88, as responsabilidades para promoção das ações e políticas não foram bem definidas entre os entes federados e os agentes da iniciativa privada, bem como a conceituação do esporte não estava em um estágio maduro, de modo a oferecer suporte para promoção de políticas públicas na área (BUENO, 2008).

Segundo Canan e Starepravo (2021, p. 3): “não se sabe ao certo qual é o dever, qual é o direito, quem tem o dever e quem tem o direito”. Os termos utilizados na CF 88 não tiveram uma sistematização e são pouco usuais como “dever do Estado”, que não especifica o encarregado, ou o termo “direito de cada um” que reduz o direito a nível individual. Ou seja, ao término da redação do artigo, questões como o dever do Estado e a democratização do acesso ao esporte ficaram em segundo plano frente às pautas como “justiça desportiva”, diferenciação entre

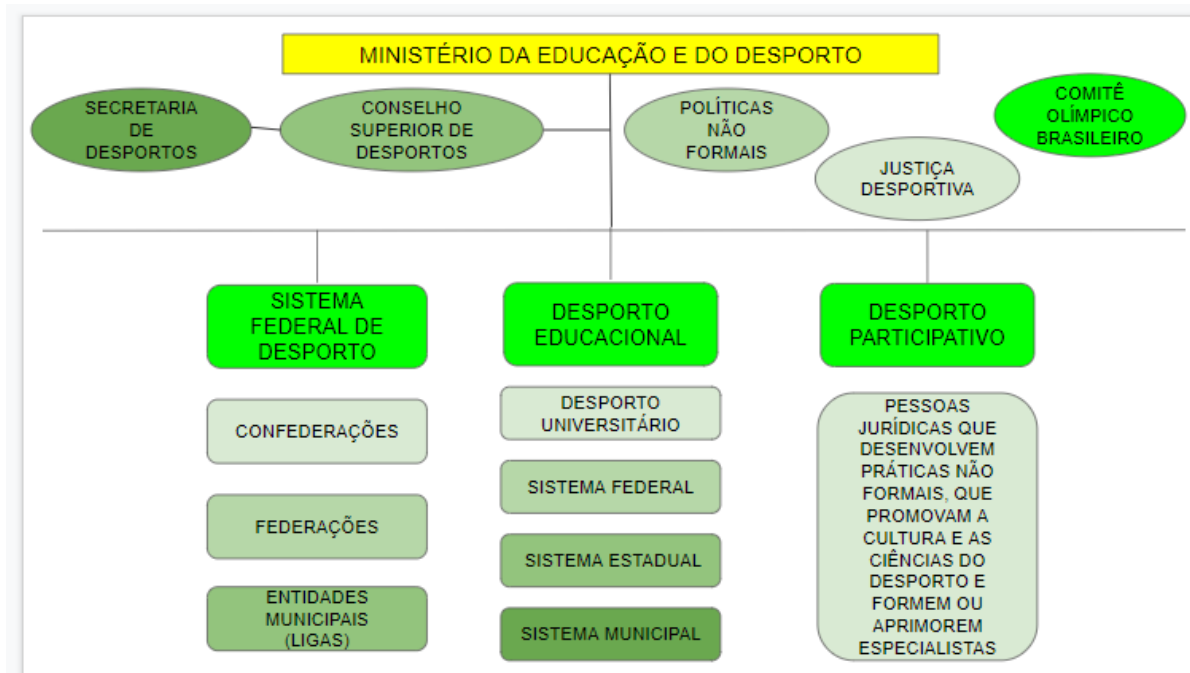
esporte profissional e não profissional, destinação de recursos ao esporte de alto rendimento e normas de eleição de dirigentes. No entanto, avanços também foram reconhecidos como o que consta no inciso II, que orienta a destinação de recursos de forma prioritária ao esporte educacional (CANAN; STAREPRAVO, 2021).

Por conta das críticas ao artigo 217 da CF 88, as manifestações esportivas foram definidas, na década de 1990, a partir de legislações infraconstitucionais. A primeira delas foi a Lei Nº 8.672, de 6 de julho de 1993 (Lei Zico), instituída pelo Governo de Itamar Franco, que substituiu Fernando Collor de Mello, após a sua renúncia em 29 de dezembro de 1992. A Lei Zico definiu novos conceitos para o esporte e estabeleceu três diferentes manifestações esportivas (participação, rendimento e educacional). A nova legislação também propôs uma reformulação institucional, ao criar a Secretaria de Desporto (SEDES), extinguir o CND e substituí-lo pelo Conselho Superior de Desportos (CSD) de caráter consultivo e normativo (BUENO, 2008).

1.4 O Sistema Esportivo Nacional no governo Fernando Collor de Mello e Itamar Franco por meio da Lei Zico

A Lei Zico instituiu um sistema esportivo mais descentralizado e menos hierárquico, com base nos princípios de soberania, autonomia e liberdade das organizações esportivas formais. É possível observar que essa legislação foi fortemente influenciada por grupos que defendiam a liberalização do esporte, especialmente no alto rendimento e a nível competitivo, como atletas profissionais, treinadores, dirigentes de clubes e de federações esportivas. Houve reivindicações atendidas com relação às questões trabalhistas no esporte profissional e subsídios fiscais (LINHALES, 1996; VERONEZ, 2005). Bueno (2008) ressalta que no processo de tramitação desta Lei, os grupos que conseguiram impor seus interesses e conduzir o processo de redação estavam ligados ao Esporte de Rendimento e aos dirigentes de clubes esportivos e de futebol, denominados “bancada da bola”.

Figura 4. Sistema Esportivo Nacional (Lei Zico).



Fonte: Elaboração própria com base em (BUENO, 2008, p.196).

1.5 Governo FHC e as primeiras políticas públicas de esporte

De forma paralela a promulgação da legislação esportiva, na década de 1990, o esporte ganhou destaque na estrutura do Governo Federal. Em 1995, no Governo FHC (1995-2002), foi criado o Ministério Extraordinário do Esporte, mas no mesmo ano foi substituído pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP). As políticas públicas instituídas no primeiro mandato do Governo FHC envolveram as três manifestações esportivas (VERONEZ, 2005).

Para o esporte de participação foram criadas as seguintes ações: Programa de Estudo e Fomento às atividades Desportivas com identidade cultural; Programa Fomento e Desenvolvimento do Desporto para pessoas “Portadoras de Deficiência”. O programa instituído para o esporte educacional foi: Programa do Desporto nas Escolas e nas Comunidades. Para a dimensão esportiva de alto rendimento foram criadas as seguintes ações: Programa de Desenvolvimento e Melhoria da Qualificação da Prática Esportiva; Programa de Fomento ao Desporto de Rendimento; Assistência ao Atleta Profissional e em Formação e o Fomento ao Desporto nos Estados e Distrito Federal (CARVALHO, 2013).

Figura 5. Políticas públicas do primeiro mandato do Governo FHC.



Fonte: elaboração própria com base em (CARVALHO, 2013).

Veronez (2005) aponta que esses programas foram caracterizados pela ineficiência da administração pública. Havia falta de funcionários e de recursos suficientes para atender as demandas estabelecidas pelos próprios programas.

Em 1998, no segundo mandato do governo FHC, foi criado o Ministério do Esporte e do Turismo. Essas mudanças foram realizadas com base na alteração da Lei Zico e na aprovação da Lei N° 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Geral do Esporte ou Lei Pelé). O artigo 4º estabeleceu o Sistema Brasileiro do Desporto (SBD) composto pelo Ministério Extraordinário do Desporto, que substituiu a SEDES pelo INDESP e o CSD pelo Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro (CDDDB) (BUENO, 2008). A estrutura governamental após a aprovação da Lei Geral do Esporte pode ser melhor compreendida com base na Figura 6.

Figura 6. Sistema Esportivo Nacional (Lei Pelé).



Fonte: Elaboração própria com base em (BUENO, 2008, p. 206).

O artigo 13º definiu o Sistema Nacional de Desporto (SND) composto pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), entidades nacionais de administração do esporte, entidades regionais de administração do esporte; ligas regionais e nacionais e “entidades de prática desportiva” filiadas (BUENO, 2008).

Além da regulamentação do sistema esportivo, outros artigos estavam atrelados a regulamentação específica para o futebol, como os artigos 27 e 28. O primeiro tratava da obrigatoriedade dos clubes se transformarem em uma das seguintes formas de “clube-empresa”: a) sociedades civis de fins econômicos; b) sociedades comerciais admitidas na legislação em vigor; c) entidades de prática desportiva que constituírem sociedades comerciais para administração das atividades de que trata o artigo 27. No entanto, desde o início da tramitação deste artigo, houve fortes críticas por parte da CBF e dos dirigentes dos principais clubes do país. Em decorrência da pressão dos dirigentes, houve a aprovação da Lei Nº 9.981, de 14 de julho de 2000, que tornou facultativa aos clubes a transformação em sociedade “com fins lucrativos”, dispositivo que era obrigatório no texto original da Lei Pelé. O artigo 28 pôs fim ao “passe”, ao estabelecer em seu parágrafo 2º, que o vínculo esportivo do atleta com a entidade contratante acaba com o término da vigência do contrato de trabalho (BUENO, 2008).

No aspecto geral, a Lei Pelé pouco se diferenciou da Lei Zico. As principais características foram nos avanços da descentralização e liberalização do SND. No entanto, tanto a Lei Zico como a Lei Pelé, concentraram-se em atender demandas advindas do futebol profissional, ao conceder pouco espaço para as demais modalidades, além de não discutirem a estrutura do esporte educacional e de participação (BUENO, 2008).

O futebol hegemonizou o conteúdo das legislações esportivas em detrimento de outras modalidades. O futebol masculino foi priorizado nas legislações, ao garantir a obrigatoriedade de transmissão de todos os jogos da seleção brasileira, em rede nacional de televisão aberta (incluído pela Lei n.º 9.981, de 14 de julho de 2000) (BRASIL 1998; ATHAYDE et al., 2016a; MATIAS; MASCARENHAS, 2017). No entanto, vale destacar que neste período, a Lei Geral do Esporte juntamente com a CF 88 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, apareceram de maneira mais consistentes como referências na consolidação de políticas públicas e na elaboração de propostas pedagógicas que sejam mais inclusivas para o esporte (BRASIL, 1998; NOGUEIRA, 2014).

No que diz respeito às políticas públicas de esporte durante o segundo mandato do Governo FHC, o discurso para embasar essas iniciativas teve como foco a dimensão social e educacional, com políticas especialmente voltadas para pessoas em vulnerabilidade social, pessoas com deficiência e atletas em geral. Os programas instituídos foram: Brasil Potência Esportiva; Esporte na Escola, Esporte Solidário e Gestão de Política de Esporte. O Esporte na Escola, cujo público-alvo eram crianças e adolescentes de escolas públicas, relacionada à manifestação do esporte educacional, que sucedeu uma política pública anterior denominada Esporte Direito de Todos (CARVALHO, 2013). Vale destacar que, durante o Governo FHC, foi realizado um empenho para a criação de pelo menos uma política pública de referência para cada uma das manifestações esportivas definidas em lei, conforme Figura 7.

Figura 7. Políticas públicas de esporte no segundo mandato do Governo FHC.



Fonte: elaboração própria com base em Carvalho (2013)

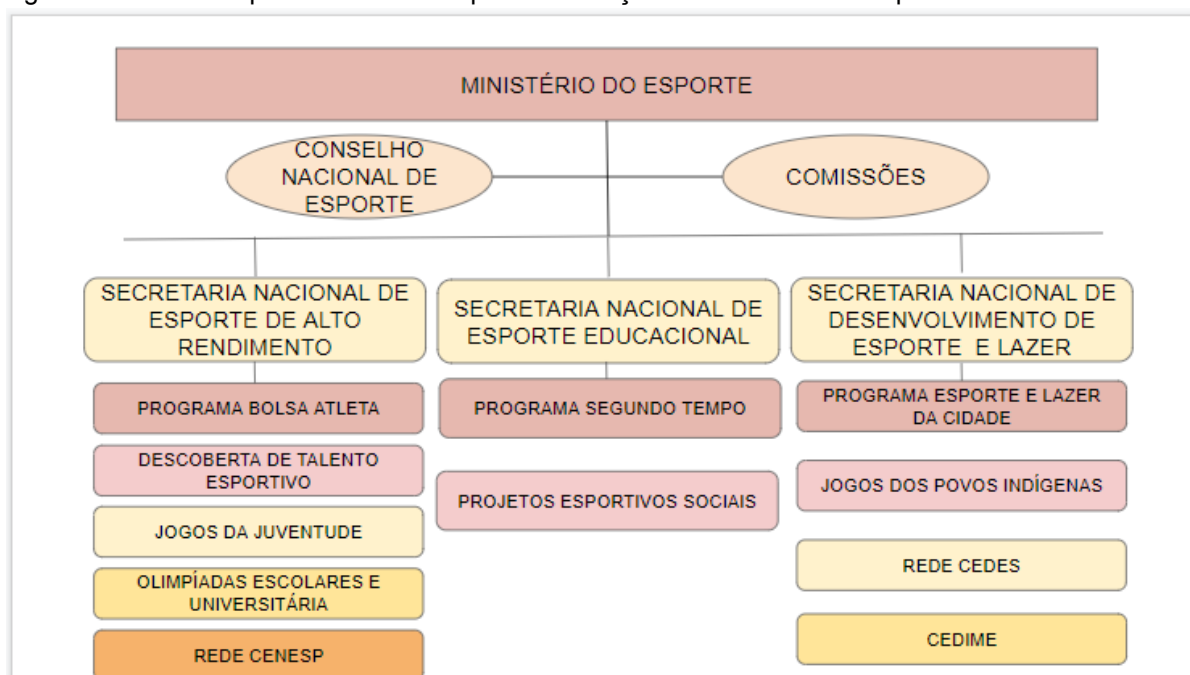
As políticas do segundo mandato de FHC foram caracterizadas pelo assistencialismo, descontinuidade por meio de ações emergenciais e pontuais (VERONEZ, 2005). Bueno (2008) ressalta que apesar do financiamento ter sido maior para o esporte educacional e de participação se comparado com o esporte de rendimento, as políticas de esporte educacional envolviam competições esportivas e atividades que privilegiavam ou davam suporte ao esporte de rendimento. De modo geral, apesar das tentativas de estruturação do esporte, ao fim da década de 1990 e início dos anos 2000, foi marcada pelas reformas administrativas com o viés gerencial, com mínimos avanços de programas sociais, motivado pelo contingenciamento e por atrasos na liberação do orçamento (SILVA; BORGES; AMARAL, 2015).

1.6 Governo Lula e Dilma: a criação do Ministério do Esporte, políticas públicas e Megaeventos esportivos

Nos anos 2000, durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva (Governo Lula) (2003-2010), ocorreu a separação das duas pastas criadas pelo Governo FHC (esporte e turismo) e houve a criação do Ministério do Esporte (ME) no ano de 2003. A organização do ME foi composta inicialmente por três secretarias finalísticas que englobaram as diferentes manifestações esportivas discutidas no Manifesto do

Esporte e definidas na Lei Geral do Esporte: a Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED), a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL). Uma das características da gestão do Governo Lula e do Governo Dilma no campo esportivo foi a elaboração de forma contínua de uma política de referência para cada secretaria (SILVA; BORGES; AMARAL, 2015).

Figura 8. Sistema Esportivo Nacional a partir da criação do Ministério do Esporte em 2003.



Fonte: Elaboração própria com base em (BUENO, 2008, p. 227).

Para a SNEAR, a principal iniciativa foi o Programa Bolsa-Atleta (PBA), que tem como objetivo dar suporte para que os atletas possam se dedicar exclusivamente aos treinamentos. O programa consiste em conceder patrocínio individual para atletas de alto rendimento esportivo, que se destacaram em competições nacionais e internacionais. As bolsas são classificadas de acordo com a faixa etária e nível de desempenho (atleta base, estudantil, nacional, internacional, olímpico, paralímpico, pódio) (CARVALHO, 2013; SILVA; SILVESTRE; SILVA, 2020; NEVES; SILVA; SALERNO, 2022).

Com base na Lei Nº 12.395, de 16 de março de 2011 (Lei do Plano Brasil Medalhas), institui a Bolsa-Atleta e cria duas categorias, a categoria base (vinculada a entidades esportivas como clubes) e a categoria pódio (atletas classificados de acordo com a Federação Internacional de sua respectiva modalidade esportiva entre

os vinte melhores). Nesse contexto, o Plano Brasil Medalhas (PBM) ampliou os objetivos do PBA ao possibilitar os investimentos em equipes multidisciplinares (contratação de treinadores, fisioterapeutas, médicos) na viabilização de sessões de treinamento no Brasil e no exterior, no fornecimento de equipamentos esportivos e no apoio financeiro ao atleta para participação em competições internacionais. Os atletas contemplados com a bolsa pódio recebiam um montante de até 15 mil reais com uma duração de um ano (SILVA; SILVESTRE; SILVA, 2020).

O PBA e o PBM se configuraram como políticas que desde a sua criação tiveram um alto volume de recursos destinados ao esporte. No entanto, o PBA sofre críticas por sua abrangência restrita, a centralidade dos investimentos direcionados para a ponta da pirâmide esportiva (92% das bolsas direcionadas para atletas olímpicos), especialmente após o país ser escolhido como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Houve a criação de uma nova categoria dentro do programa (Bolsa Pódio), voltada para os atletas brasileiros mais bem ranqueados no mundo em suas respectivas modalidades e com potencial real de medalha olímpica. Na categoria Bolsa Pódio, houve a ampliação do valor concedido aos atletas, bem como a possibilidade de contemplar atletas que já possuíam algum tipo de patrocínio ou salário (ARANTES; ALMADA, 2021).

Além da centralização de recursos, foi detectada a falta de fiscalização com casos de irregularidades e descontinuidade do auxílio para atletas, visto que são poucos os que conseguiram obter o benefício por mais de dois anos (TEIXEIRA *et al.*, 2017). Outros questionamentos aparecem com base nos resultados que ficaram abaixo do esperado, mesmo com um alto volume de recursos investidos. Silva, Silvestre e Silva (2020) argumentaram que o Brasil não conseguiu se transformar em uma potência olímpica e paralímpica no quadro de medalhas, conforme os objetivos estabelecidos em 2011.

O Programa Segundo Tempo (PST), foi a principal política pública vinculada à SNEED (atual SNEELIS). No momento de sua inauguração até o ano de 2011, o programa firmou parcerias com instituições do Terceiro Setor para a ampliação dos núcleos. No entanto, devido aos casos de corrupção e de desvio de dinheiro, atualmente o PST funciona por meio da implementação de centros de esportes educacionais que oferecem práticas esportivas no contraturno escolar por meio de convênios com instituições públicas (CARVALHO, 2013).

O PST ao longo do tempo sofreu várias adaptações e ampliou seu

funcionamento ao instituir além do PST padrão, o PST paradesporto e o PST universitário em atendimento ao direito do esporte educacional (GONÇALVES; SILVA; MARINS, 2019; SILVA et al., 2021). Apesar do PST ter se apresentado como uma política relevante de âmbito nacional, a principal crítica fica por conta da descontinuidade dos convênios e da centralidade dos recursos alocados nas regiões e cidades do país com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito alto e alto. No entanto, muitos estados e municípios, especialmente das regiões norte e nordeste do país foram minimamente assistidas pelo programa (MATIAS, 2013; NETO; SANTOS; STAREPRAVO, 2015).

Para a SNDEL (atual SNELIS) foi instituído o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), que segue preceitos de democratização e universalização da atividade física relativos ao lazer. O PELC é o programa mais abrangente ao propor atividades esportivas, recreativas, artísticas e de lazer para todas as faixas etárias. O PELC foi um programa que avançou no que diz respeito à formação de agentes sociais e monitores (CARVALHO, 2013; SILVA; BORGES; ROELDES, 2014). Dentre as maiores dificuldades encontradas no desenvolvimento do programa está o baixo orçamento destinado para o mesmo, as dificuldades que os gestores tinham de compreender a proposta de gerenciamento determinada nas diretrizes do programa e o desafio de articular a troca de experiência entre as diferentes gerações (TEIXEIRA et al., 2014). Em uma revisão sistemática que investigou a produção científica sobre o programa, André et al., (2022), também mencionaram a dificuldade de intersetorialidade, a descontinuidade dos convênios e a concentração de núcleos em municípios e estados com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A criação de um Ministério do Esporte, para além das políticas públicas de modo geral, também permitiu a expansão das políticas públicas de futebol, com destaque para a sanção da Lei Nº 11.345, de 14 de setembro de 2006 (Lei da Timemania), que objetivou injetar recursos nas Entidades Desportivas de Modalidade Futebol (EDMF). A ideia central da legislação foi pagar e refinar as dívidas dos clubes sociais com o próprio governo. Do total arrecadado na Loteria Timemania, 22% são destinados para as EDMF, devido ao uso do direito de arena e das suas marcas, emblemas, hinos e símbolos de divulgação (SILVA; SILVESTRE; AMARAL, 2020).

O Governo Lula aprovou duas leis que tramitaram no período final do Governo

FHC. A primeira foi a Lei Nº 10.671, de 15 de maio de 2003 (Estatuto do Torcedor), inspirada no Código do Consumidor. Essa legislação trata da relação torcedor, clube e organizador do evento, pois define o papel que cada um desses agentes possui durante a realização de um evento esportivo. Assim sendo, em seu Artigo 2º diz que o torcedor é toda pessoa que aprecie, apóie ou se associe a qualquer entidade de prática esportiva do País e acompanhe a prática de determinada modalidade esportiva. Com relação ao agente que oferece o serviço (clubes e federações), o Artigo 3º estabelece a entidade responsável pela organização da competição, bem como a “entidade de prática desportiva” detentora do mando de jogo (BRASIL, 2003; BUENO, 2008).

O Estatuto do Torcedor sofreu uma alteração por meio da aprovação da Lei Nº 12.299, de 27 de julho de 2010. Nesta mudança, foram acrescentadas à legislação anterior (Lei Nº 10.67), dois artigos (39-A e 39-B) que no intuito de coibir a violência nos estádios de futebol, responsabilizam e criminalizam as Torcidas Organizadas (REIS, 2016).

O artigo 39-A dispõem sobre atos cometidos por torcedores organizados que quando praticados são passíveis de investigação e punição por parte da justiça como:

A torcida organizada que, em evento esportivo, promover tumulto; praticar ou incitar a violência; ou invadir local restrito aos competidores, árbitros, fiscais, dirigentes, organizadores ou jornalistas será impedida, assim como seus associados ou membros, de comparecer a eventos esportivos pelo prazo de até 3 (três) anos (BRASIL, 2010).

Enquanto que o artigo 39-B trata da possibilidade de as Torcidas Organizadas responderem civilmente por esses atos:

A torcida organizada responde civilmente, de forma objetiva e solidária, pelos danos causados por qualquer dos seus associados ou membros no local do evento esportivo, em suas imediações ou no trajeto de ida e volta para o evento (BRASIL, 2010).

O Estatuto do Torcedor se constituiu como um passo importante no intuito de conferir normas, atribuições e responsabilidades específicas para a organização de eventos específicos. Apesar da importância destacada, é importante mencionar a necessidade do aprimoramento do documento, em decorrência de algumas responsabilidades estarem estabelecidas de forma difusa, fator esse que dificulta a aplicação do estatuto durante os eventos esportivos e a fiscalização por parte da justiça em caso de incidentes ocorridos (REIS, 2010; REIS, 2016).

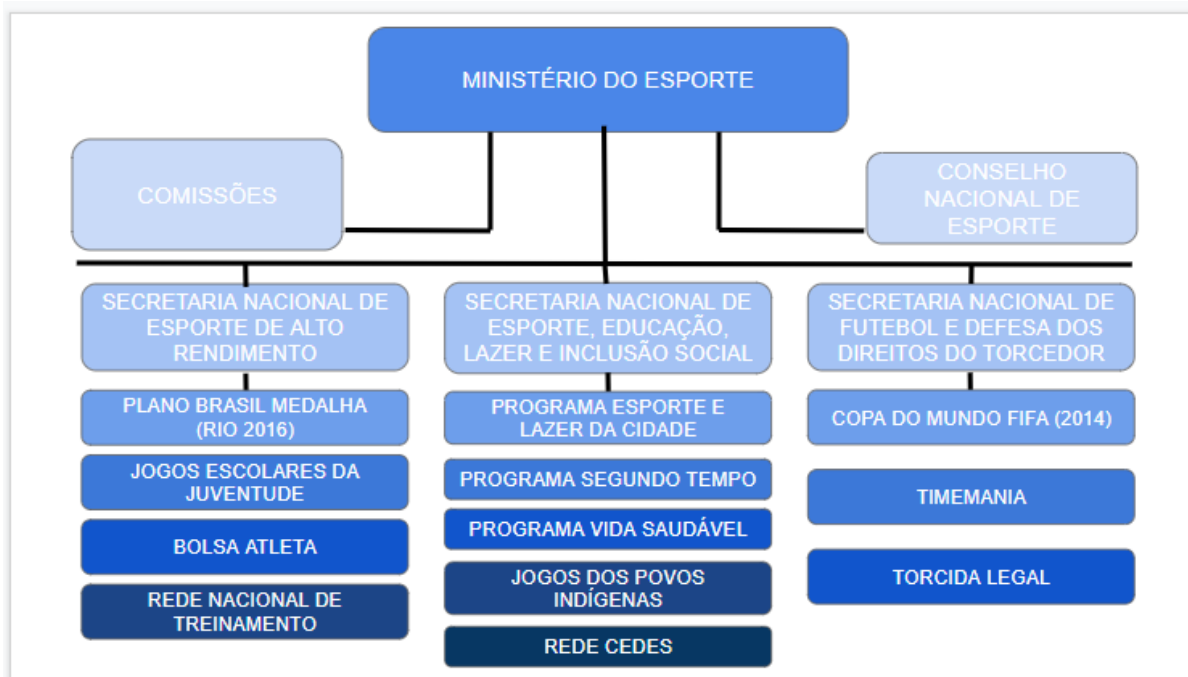
A segunda legislação, a Lei Nº 10.672, de 15 de maio de 2003, (Lei de Moralização dos Clubes) tem por objetivo determinar que entidades de práticas esportivas sejam regidas pelo Código Civil, o que impõem à estrutura do esporte formal regras mais transparentes e a obrigatoriedade da publicação de balanços patrimoniais para que as contas possam ser auditadas por auditores independentes. A Lei ainda determina a responsabilização dos dirigentes em caso de má administração dos clubes além de induzir os clubes de futebol a se constituírem como empresas para poder fazer frente às novas exigências legais (BUENO, 2008).

Em 2011, no governo de Dilma Rousseff (2011-2016), o ME passou por uma reestruturação administrativa e o futebol ganhou mais destaque, a SNEED e a SNDEL foram mescladas em Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS), com a manutenção da SNEAR e a criação da SNFDT. A criação de uma secretaria específica para o futebol, marca a mudança de agenda política, influenciada pela organização dos megaeventos esportivos no Brasil, sobretudo a Copa do Mundo da FIFA de 2014. Vale destacar que esta secretaria acabou por adquirir um perfil distinto se comparado com as outras que compunham o ME à época. Por um lado, as secretarias que foram criadas junto com o ME, em 2003, no primeiro mandato do Governo Lula, foram definidas com base nas manifestações esportivas previstas em lei e desenvolveram principalmente ações finalísticas que tiveram o intuito de contemplar não só diversas modalidades esportivas, mas também diferentes conteúdos que compõem a cultura corporal do movimento. A SNFDT se caracteriza por desenvolver ações voltadas para uma modalidade esportiva (futebol) e não desenvolve apenas ações finalísticas (SILVA; BORGES; AMARAL, 2015; CARNEIRO; ATHAYDE; MASCARENHAS, 2019; SILVA et al., 2020).

Essa mudança teve como base o Plano Decenal do Esporte “Por um time chamado Brasil”, para colocar o país entre os 10 mais no quadro de medalhas dos Jogos Olímpicos de Tóquio e entre os 5 mais nos Jogos Paralímpicos de Tóquio. Essa reestruturação foi criticada por acadêmicos da área de políticas públicas de esporte, por priorizar e incentivar políticas públicas exclusivamente no futebol, uma prática esportiva já massificada no Brasil (SILVA; BORGES; AMARAL, 2015; CARNEIRO; ATHAYDE; MASCARENHAS, 2019). Vale ressaltar que no período do Plano Decenal foi proposto o Plano Brasil Medalhas com objetivos semelhantes, de colocar o Brasil entre os 10 primeiros colocados nos Jogos Olímpicos e entre os 5

mais nos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro, o que comprova que a reestruturação e o financiamento do setor priorizaram a agenda dos megaeventos esportivos (CARNEIRO et al., 2021).

Figura 9. Sistema Esportivo Nacional com as reformulações realizadas em 2011.



Fonte: elaboração própria com base no decreto Nº 7.529, de 21 de junho de 2011 (BRASIL, 2011).

A mudança de agenda política, reestruturação administrativa e a realização dos megaeventos esportivos demarcaram uma nova tendência das políticas públicas de esporte no Brasil, com a retomada da prioridade para o futebol e para o esporte de rendimento, em detrimento do esporte de participação e do esporte educacional. Diante desse contexto, o Governo Lula e Dilma investiram fortemente na organização e realização de grandes eventos esportivos internacionais no país como os Jogos Pan-Americanos (2007), Jogos Mundiais Militares (2011), Jogos Mundiais dos Trabalhadores (2013), Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo de futebol (2014) e Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016) (GUIMARÃES, 2017).

Destaca-se no ano de 2015, a criação do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT), instituído por meio da Lei n.º 13.155, de 4 de agosto de 2015. O PROFUT busca estabelecer gestão transparente, práticas e princípios de responsabilidade fiscal e financeira das EDMF, além de parcelar as dívidas das entidades de administração do futebol com a

União. A legislação criou ainda a Autoridade Pública de Governança do Futebol (APFUT). O PROFUT, apresenta uma tendência liberal da organização do futebol brasileiro, já que a lei visa estruturar os clubes e o mercado nacional da modalidade. As entidades de administração do futebol foram as maiores beneficiárias da lei, com refinanciamento das dívidas, criação de uma nova fonte de receita (Lotex) (MATIAS; MASCARENHAS, 2018).

Outro aspecto importante da Lei n.º 13.155, foi a inclusão de uma quarta manifestação esportiva. Trata-se do esporte de formação e que a partir de 2015, se junta às outras três manifestações esportivas anteriormente existentes (educacional, rendimento e de participação). O desporto de formação ficou conceituado com base no art.38, inciso IV da seguinte maneira:

Desporto de formação, caracterizado pelo fomento e aquisição inicial dos conhecimentos desportivos que garantam competência técnica na intervenção desportiva, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição (BRASIL, 2015a).

Apesar da contemplação, o esporte de formação não impactou em uma nova reestruturação de secretarias no Governo Federal.

O balanço final das ações promovidas pelo Governo Lula e Governo Dilma, no campo esportivo, foram marcadas pela institucionalização de um ministério exclusivo para o esporte, pelo incentivo à espetacularização dos esportes de rendimento e pela organização de megaeventos esportivos para o Brasil. Os programas de esportes, predominantemente, eram voltados para a descoberta de talentos esportivos. Com relação aos investimentos, houve uma distribuição desproporcional de recursos públicos e de representação no órgão de aconselhamento nacional do esporte, com prioridades ao esporte de rendimento. No entanto, é importante ressaltar a formulação de políticas significativas nas dimensões de esporte educacional como o PST e esporte de participação como o PELC (GUIMARÃES, 2017).

No Governo Dilma, para além do cumprimento do último ano do Planejamento Plurianual (PPA) “Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade”, a orientação explícita para os megaeventos esportivos balizou as políticas no campo esportivo. O Governo Dilma, deu continuidade a maior parte das ações resultantes do planejamento que havia sido feito durante o governo Lula, além de deslocar ainda mais o eixo dos investimentos para a manifestação do esporte de rendimento.

Suas propostas por meio do PPA Plano Mais Brasil são majoritariamente focadas na realização dos megaeventos esportivos. Fora da manifestação do esporte de rendimento, o PST foi uma política pública que teve destaque (GUIMARÃES, 2017).

1.7 Período Temer/Bolsonaro: neoliberalismo e o impacto nas políticas públicas de esporte

Após o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, com consequente entrada do seu vice, Michel Temer, em 31 de agosto de 2016, seu governo promoveu uma série de mudanças na maneira de enxergar o papel do Estado e das políticas sociais. O Governo Temer foi marcado pelas contra reformas, com avanço do setor privado e retrocessos na garantia dos direitos sociais fundamentais, a partir de um viés neoliberal. O Governo Temer rompeu com o “pacto social” estabelecido desde a CF 88 e intensificou o processo de desmonte dos direitos sociais (SOUZA; SOARES, 2019). A reestruturação do esporte no Brasil sofreu um impacto significativo nas políticas sociais relativas a este campo.

O cenário das políticas esportivas no Governo Temer, ocorreu na atenção para políticas esportivas e sociais, de alto rendimento e de infraestrutura, devido ao fim do período dos megaeventos esportivos. Houve a manutenção do ME e de toda a sua estrutura administrativa. No entanto, com as políticas de ajustes fiscal implementadas pelo próprio presidente, o orçamento destinado para o esporte teve drástica redução, especialmente a partir de 2017 (MATIAS, 2021). Outro fator que contribuiu para a queda dos investimentos no esporte ocorreu, em 2018, a partir da publicação da Medida Provisória N° 841, de 11 de junho de 2018. Houve a determinação para que parte dos recursos oriundos de concursos de prognósticos e de loterias que eram assegurados ao fomento do esporte fossem revogados e transferidos para o Fundo Nacional de Segurança Pública. A Medida recebeu fortes críticas por parte da comunidade esportiva e impôs mudanças significativas no financiamento do esporte, especialmente em ações vinculadas ao esporte de rendimento. Os principais críticos à Medida Provisória foram o Comitê Brasileiro de Clubes (CBC), o COB e o CPB (CASTRO; MEZZADRI, 2019).

Com relação às ações finalísticas, houve a manutenção de políticas já existentes (PST, PELC, PBA) e a criação de uma política implementada em 2017, trata-se de uma nova política pública para o futebol, o Programa Seleções do

Futuro, de responsabilidade da SNFDT, com o objetivo de “Incentivar, desenvolver e democratizar o acesso à formação esportiva na modalidade futebol para crianças e adolescentes, buscando garantir com qualidade o direito constitucional ao esporte” (BRASIL, 2017, p. 2).

As ações voltadas para o esporte durante o Governo Temer, se caracterizaram pela manutenção da estrutura administrativa e das políticas já existentes, fim do ciclo dos megaeventos esportivos e criação de uma política pública voltada ao futebol. Quanto ao financiamento, ao analisar a destinação de recursos por parte do Governo Federal para a pasta do esporte entre os anos de 2016 a 2018, Matias (2021) destaca que os gastos da fonte orçamentária priorizaram a gestão e infraestrutura em detrimento das atividades finalísticas e destaca que não houve um incremento na destinação de recursos via orçamento da União para a vivência do esporte educacional, participação e rendimento.

No ano de 2019, o ME foi extinto, durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), e o setor foi reestruturado em Secretaria Especial do Esporte, vinculado ao Ministério da Cidadania. A nova reestruturação manteve as três secretarias da reestruturação de 2011, vinculada à SEE e não mais ao ME. Ou seja, essa organização institucional mais recente do setor esportivo sofreu uma diminuição do nível de importância que o esporte tinha nos últimos anos. Dessa forma, a perda do status de ministério aponta para um cenário que reflete um Estado neoliberal, de mercantilização e não mais de um direito legalmente reconhecido do acesso à prática esportiva (MACHADO *et al.*, 2017; TAFFAREL; SANTOS JÚNIOR, 2019).

Figura 10. Sistema Esportivo Nacional com as alterações realizadas em 2019.



Fonte: elaboração própria com base em (BRASIL, 2022).

Figura 11. Políticas públicas de esporte no Governo Bolsonaro.



Fonte: elaboração própria com base em (BRASIL, 2022).

A SEE, criada em 2019, tem como objetivo desenvolver ações de inclusão social por meio do esporte, bem como garantir à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2019a). Ao analisar o perfil das secretarias vinculadas a SEE, é possível observar a inclusão da Secretaria Nacional de Paradesporto e a consequente elaboração e

implementação de ações inéditas como o programa TEAtivo que oferece a prática de atividades esportivas e de lazer para crianças e adolescentes diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), e o programa Avança Paradesporto do Brasil, que tem por objetivo a formação de atletas de alto rendimento no paradesporto. Com relação às secretarias já existentes, houve a manutenção das ações relativas a SNEAR e da Autoridade Pública de Controle de Dopagem. No entanto, o Governo Bolsonaro promoveu alterações significativas na SNELIS. Políticas importantes e de longa data vinculadas a SNELIS como o PELC e o PST não aparecem mais pertencentes a secretaria. Em contrapartida, foram desenvolvidas políticas para a substituição das anteriores, como é o caso dos programas Vem Ser, Meu Melhor, Plenitude, Brincando com Esporte, Projeto Delas e Auxílio Brasil Esporte Escolar. Dessa forma, apesar da organização esportiva ter perdido o *status* de Ministério, contraditoriamente houve um “inchaço” com o acréscimo de novas secretarias e políticas se comparado com a estrutura organizacional do ME.

Com relação a SNFDT, esta passou a ser vinculada à SEE, com o objetivo de atingir a meta do Ministério da Cidadania de “criar e ampliar projetos que incentivem a prática de futebol amador em regiões de maior vulnerabilidade social” (BRASIL, 2021b, p. 1). Nesse contexto de criação de políticas públicas para o futebol, foi criado o Programa Academia e Futebol (PAF) em 2019, vinculado a SNFDT, com o objetivo de “garantir aos brasileiros o acesso a prática do futebol, futsal e *beach soccer*, bem como a fomentar a produção e difusão de conhecimentos sobre estas modalidades” (BRASIL, 2020a, p. 1). Dessa forma, no próximo capítulo foram contextualizadas as políticas vinculadas a SNFDT e analisadas as características, a configuração e a abrangência do PAF com base nas suas diretrizes e demais documentos oficiais.

2. A CONFIGURAÇÃO E ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA ACADEMIA E FUTEBOL¹

Neste capítulo, serão apresentados os dados e a análise realizada do PAF. O objetivo é destacar o perfil e as características do programa, especialmente a partir das diretrizes, dos documentos oficiais que o embasam e do referencial teórico-metodológico que é a “lente” utilizada para analisar o programa. Tudo isso com o intuito de compreender o processo contraditório de formulação dessas ações. Os documentos que compuseram o escopo de análise foram: diretrizes do PAF 2020; o quadro orçamentário do PAF correspondente aos anos de 2019 a 2021; o edital de seleção de convênios para o ano de 2021; Portaria N° 4, de 16 de dezembro de 2020 com resultado final das seleções das propostas do PAF; o relatório de gestão da SNFDT. Os documentos foram obtidos por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR), protocolo 71003.058584/2021-63 e website da SEE.

Quadro 1. Documentos utilizados para análise da configuração e abrangência do PAF.

ANO	DOCUMENTO	REFERÊNCIA
2020	Diretrizes do PAF	Dispõe de normativas a respeito do funcionamento do PAF
2020	Edital de seleção de convênios para o ano de 2021	Seleção para apoio a estruturação e ao funcionamento do PAF
2020	Portaria N° 4, de 16 de dezembro de 2020	Publica o resultado final da seleção das propostas do edital 01/2020/SNFDT/SEESP/MC
2021	Quadro orçamentário do PAF correspondente aos anos de 2019 a 2021	Detalha a destinação de recursos de forma específica para cada convênio firmado do PAF
2021	Relatório de gestão da SNFDT	Dispõem de informações a respeito das ações desenvolvidas pela SNFDT

Fonte: elaboração própria.

O referencial teórico-metodológico utilizado para analisar o PAF como uma política esportiva, teve como inspiração a proposta desenvolvida por Boschetti (2009), com base em três aspectos de análise - 1) configuração e abrangência dos

¹ Parte desse capítulo já foi publicado no formato de artigo na revista Retos. Ver: Dauria, Carneiro e Silva (2022).

direitos e benefícios; 2) configuração do financiamento e gasto; 3) gestão e controle social democrático, que se desdobram em indicadores com o intuito de avaliar as políticas sociais. Como os convênios do PAF se encontram em estágio de implementação, optou-se por utilizar apenas o aspecto “configuração e abrangência dos direitos e benefícios”, uma vez que seus indicadores possibilitam auxiliar na compreensão de um primeiro olhar para o programa. O referido aspecto busca delinear um quadro de direitos e benefícios previstos a partir dos seguintes indicadores de análise: natureza e tipo dos direitos e benefícios previstos e/ou implementados; abrangência; critérios de acesso e permanência; formas e mecanismos de articulação com outras políticas sociais (BOSCHETTI, 2009). Ou seja, essas foram as categorias de análise utilizadas neste capítulo para a referida investigação do PAF.

Antes de iniciarmos a análise do PAF, é importante contextualizar o programa e destacar o seu papel como política pública vinculado a SNFDT. Como já foi mencionado anteriormente, a secretaria foi criada no segundo mandato do Governo Dilma num contexto em que o país se preparava para sediar a Copa do Mundo FIFA de Futebol Masculino em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016.

A SNFDT concentra as políticas esportivas voltadas para o futebol e tem como objetivo: “criar e ampliar projetos que incentivem a prática de futebol amador em regiões de maior vulnerabilidade social” (BRASIL, 2021a, p. 2). As ações desenvolvidas por essa secretaria se destinam a um público amplo e que buscam aumentar o acesso da população ao futebol. Athayde, Araújo e Pereira Filho (2021), vão assinalar que na SNFDT da SEE havia quatro políticas públicas voltadas ao futebol: o Programa Seleções do Futuro; o APFUT; o Projeto Integra e o PAF. Destas, apenas a última foi criada no Governo Bolsonaro.

O programa Seleções do Futuro, caracteriza-se por ofertar a possibilidade de prática de futebol por meio de núcleos com período de vigência de 15 meses para o atendimento de 200 beneficiários (BRASIL, 2017). O APFUT tem como objetivo fiscalizar, regular e disciplinar as condições para manutenção das entidades esportivas no Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT) (BRASIL, 2015a). O Projeto Integra busca promover ações a respeito da prevenção à violência nos estádios, durante os jogos de futebol e enfrentar violações de direitos humanos (BRASIL, 2022).

Ao analisarmos as políticas finalísticas vinculadas a SNFDT, o PAF e o

Programa Seleções do Futuro apresentam propostas semelhantes em alguns aspectos, no entanto, é o PAF que corresponde a principal política finalística da SNFDT, conforme dados a seguir. Ambos possuem características semelhantes ao analisarmos suas diretrizes (número de beneficiários, faixa etária, orientações pedagógicas e modelo de organização das atividades). No entanto, o Programa Seleções do Futuro possui uma proposta mais restrita em suas diretrizes com a oferta de prática do futebol. Em contrapartida, o PAF se diferencia e avança ao contemplar em seu desenho, uma proposta mais ampla com ações de ensino, pesquisa e extensão em torno da temática do futebol e características que aliam a oferta de prática esportiva, com a formação profissional por meio da elaboração e disponibilidade de cursos, além do desenvolvimento de pesquisas científicas. Isso só é possível de ser realizado por meio de uma estreita aproximação do programa com as Instituições públicas de Ensino Superior e os pesquisadores da área (BRASIL, 2017; BRASIL, 2020a).

Quando comparamos a quantidade de convênios firmados, o número estimado de beneficiários e dos recursos investidos de acordo com o relatório de gestão da SNFDT com dados dos convênios em funcionamento até o ano de 2021, é possível constatar a maior amplitude e alcance do PAF, com números mais expressivos como pode ser visualizado no Quadro 2.

Quadro 2. Comparativo entre o PAF e o Seleções do Futuro.

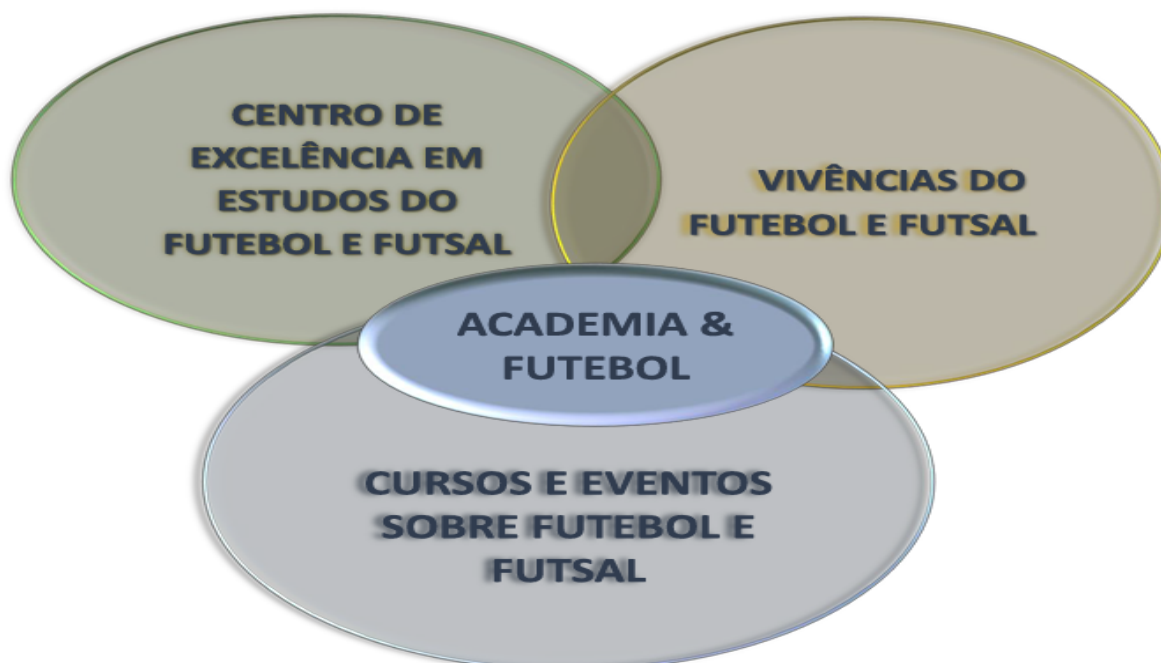
PAF	SELEÇÕES DO FUTURO
Número de convênios	
60	33
Previsão de atendimento	
9.000	6.600
Recursos investidos	
R\$ 7.130.422,35	R\$ 6.600.000

Fonte: Elaboração própria com base em (BRASIL, 2021b).

O PAF se constitui como a política mais recente da SNFDT, foi criado em 2019 com objetivo de “garantir aos brasileiros o acesso à prática do futebol, futsal e *beach soccer*, bem como a fomentar a produção e difusão de conhecimentos sobre estas modalidades” (BRASIL, 2020a, p. 1). Esta política inova ao ser delineada para ser

implementada em parceria com Universidades Públicas e Institutos Federais, a partir de três dimensões que atuam de forma interligadas: 1. Fomento à prática do futebol, *beach soccer* e futsal, de crianças de 06 aos 17 anos das escolas públicas, e adultos entre 18 e 23 anos da base de clubes esportivos ou universitários; 2. Qualificação das políticas públicas na área do futebol, *beach soccer* e futsal por meio da implementação dos centros de pesquisa sobre futebol, futsal e direitos do torcedor; 3. Realização de cursos (presenciais e EaD) e eventos científicos relacionados à formação de profissionais (BRASIL, 2020a; BRASIL, 2021a).

Figura 12. Dimensões que compõem o PAF.



Fonte: (BRASIL, 2019b).

Essas dimensões que caracterizam o PAF são fundamentais para a compreensão do funcionamento do programa e de seu desenvolvimento. Cada uma dessas dimensões tem relação direta com o tripé universitário (Ensino, Pesquisa e Extensão) que orientam as ações acadêmicas. Dessa forma, podemos caracterizar a oferta de cursos como sendo ações de Ensino, o fomento a prática esportiva como ações de Extensão e as pesquisas desenvolvidas como ações de pesquisa. A seguir será feita uma descrição de cada uma dessas dimensões.

A prática esportiva do futebol e futsal ocorrem por meio dos Núcleos de Vivências do Futebol e/ou Futsal (NVFF), que devem atender até 150 beneficiários, divididos em quatro turmas (cada beneficiário tem direito a participar de atividades 3

vezes na semana, com no mínimo de 90 minutos diários e em dias alternados). A carga horária total por semana é de 20 horas. As atividades ocorrem sob a orientação de um coordenador, um professor de Educação Física e esporte e de dois monitores esportivos (acadêmico de Educação Física ou esportes) (BRASIL, 2020a).

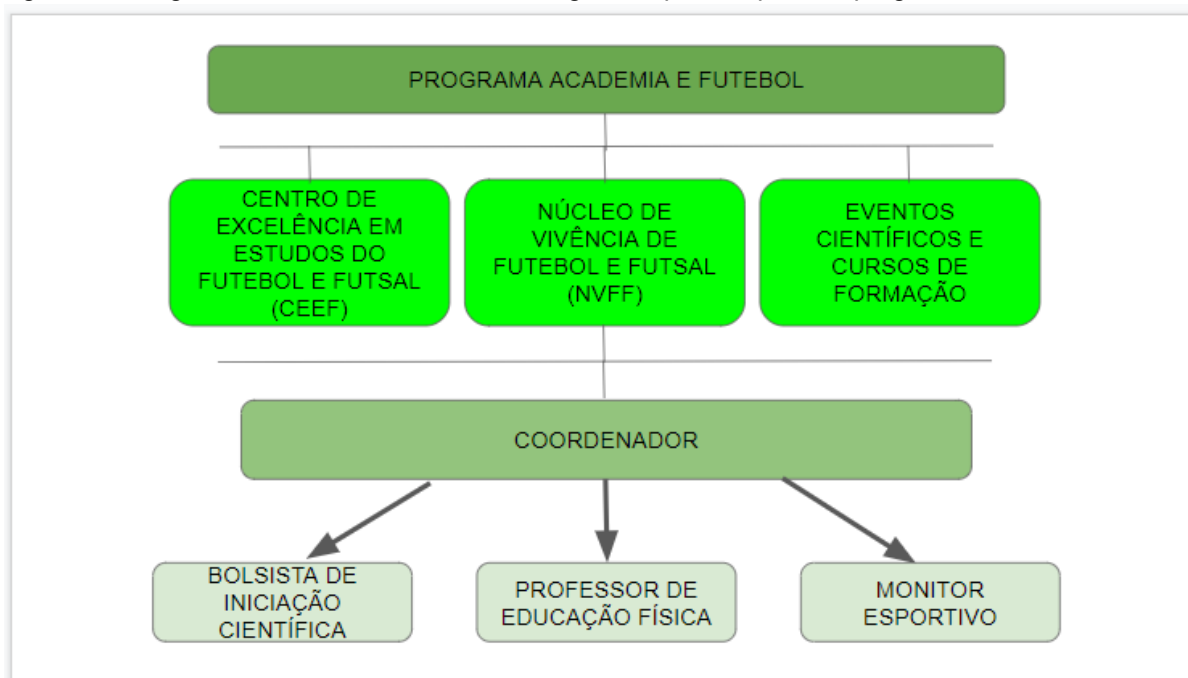
O PAF, dentro de uma perspectiva pedagógica e de acordo com as suas diretrizes, não deixa claro a manifestação de esporte que a política está vinculada. As orientações a respeito, destacam que as atividades devem envolver aspectos procedimentais, conceituais e atitudinais, alicerçados na ligação entre ensino, pesquisa e formação continuada para os atores envolvidos no programa (BRASIL, 2020a). Essa característica em sua proposta pedagógica é distinta se comparado às outras políticas de esporte, que deixam bem claro a manifestação esportiva associada, como o próprio Programa Seleções do Futuro (Esporte de Formação), PST (Esporte Educacional), PELC (Esporte de Participação) e o Bolsa Atleta (Esporte de Rendimento). A opção dos idealizadores do PAF por não definirem a manifestação esportiva em seus preceitos pedagógicos, permite aos coordenadores de cada convênio a elaboração de diferentes propostas em relação ao NVFF, o CEEFF e os cursos de formação, que pode direcionar as ações para diferentes manifestações esportivas como o lazer, educação, formação esportiva, ou até mesmo para o rendimento esportivo com a formação de atletas e treinadores.

Os Centro de Excelência em Estudos do Futebol e Futsal (CEEFF) concentram as ações para o desenvolvimento de estudos e a difusão do conhecimento sobre futebol, futsal e direitos do torcedor. Os centros operam por meio da interlocução com grupos de pesquisa vinculados às Instituições Públicas de Ensino Superior e não há distinção a respeito da área do conhecimento (BRASIL, 2020a).

A última dimensão que compõem o PAF é a promoção de eventos científicos e cursos de formação com o intuito de qualificar os professores e profissionais do PAF, além de outros profissionais e pesquisadores envolvidos com o universo do futebol e futsal. Nesse sentido, os projetos promovem além dos cursos de formação dos agentes dos núcleos, também visam apoiar a realização de congressos, simpósios e seminários. Dessa forma, essas ações em conjunto contribuem para a ampliação do acesso ao futebol e futsal, a produção e difusão do conhecimento e a formação continuada de profissionais e pesquisadores desse segmento (BRASIL, 2020a). Os agentes que compõem a equipe responsável pelo funcionamento do

PAF podem ser visualizados com base na Figura 13.

Figura 13. Programa Academia e Futebol e os agentes que compõem o programa.



Fonte: Elaboração própria com base em (BRASIL, 2020a).

É importante frisar o fato do PAF ainda está em fase de estruturação. O programa passou por alterações ao longo desse processo, foi identificado a elaboração de quatro diretrizes que norteiam as suas ações, uma formulada em 2019, duas em 2020 e uma em 2022. Foi constatado poucas alterações entre esses documentos e a estrutura do programa se mantém basicamente a mesma desde a primeira diretriz. Dentre as principais alterações estão: 1) ampliação da possibilidade de mais manifestações esportivas para além do futebol e futsal (*beach soccer*/futebol e suas derivações); 2) ampliação para o estabelecimento de convênios não apenas com Instituições Federais, mas com Instituições Públicas de Ensino Superior (Municipal, Estadual e Federal); 3) alteração do valor da bolsa do coordenador; 4) exigência de formação em Educação Física para o coordenador; 5) alteração do valor do bolsa dos monitores dos NVFF e dos CEEF (BRASIL, 2020a). No entanto, para a investigação e descrição do programa, foi utilizado o documento com data de publicação mais recente. O resumo das quatro versões das diretrizes pode ser visualizado no Quadro 3.

Quadro 3. Descrição das diretrizes do PAF.

FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA (NVFF)			
2019	2020/Fevereiro	2020/Julho	2022/Julho
Cada núcleo deverá ser composto por no máximo 150 beneficiados.	Cada núcleo deverá ser composto por no máximo 150 beneficiados.	Cada núcleo deverá ser composto por no máximo 150 beneficiados.	Cada núcleo deverá ser composto por no máximo 150 beneficiados.
FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA (CEEFF)			
2019	2020/Fevereiro	2020/Julho	2022/Julho
Os Centros serão implantados nas instituições federais de ensino como ação para o desenvolvimento de estudos e a difusão do conhecimento sobre futebol, futsal e direitos do torcedor. Eles estão interligados com os núcleos de vivência do futebol e futsal e com os cursos/eventos científicos sobre estas modalidades.	Os Centros serão implantados nas instituições federais de ensino, desenvolvimento de estudos e a difusão do conhecimento sobre futebol, como ação para o futsal e direitos do torcedor. Eles estão interligados com os núcleos de vivência do futebol e futsal e com os cursos/eventos científicos sobre estas modalidades.	Os Centros serão implantados nas instituições públicas de ensino como ação para o desenvolvimento de estudos e a difusão do conhecimento sobre futebol, futsal e direitos do torcedor. Eles estão interligados com os núcleos de vivência do futebol e futsal e com os cursos/eventos científicos sobre estas modalidades.	Os Centros serão implantados nas instituições públicas de ensino como ação para o desenvolvimento de estudos e a difusão do conhecimento sobre futebol, futsal e direitos do torcedor. Eles estão interligados com os núcleos de vivência do futebol e futsal e com os cursos/eventos científicos sobre estas modalidades.
FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA (CURSOS E EVENTOS CIENTÍFICOS)			
2019	2020/Fevereiro	2020/Julho	2022/Julho
Os projetos a serem financiados além dos cursos de formação permanente dos agentes dos núcleos deste programa também visam apoiar a realização de congressos, simpósios e seminários sobre futebol, futsal e direitos do torcedor.	Os projetos a serem financiados além dos cursos de formação permanente dos agentes dos núcleos deste programa também visam apoiar a realização de congressos, simpósios e seminários sobre futebol, futsal e direitos do torcedor.	Os projetos a serem financiados além dos cursos de formação permanente dos agentes dos núcleos deste programa também visam apoiar a realização de congressos, simpósios e seminários sobre futebol, futsal e direitos do torcedor.	Os projetos a serem financiados além dos cursos de formação permanente dos agentes dos núcleos deste programa também visam apoiar a realização de congressos, simpósios e seminários sobre futebol, suas derivações e direitos do torcedor.
APORTE FINANCEIRO (ASPECTOS GERAIS)			
2019	2020/Fevereiro	2020/Julho	2022/Julho
Coordenador Geral* (R\$ 2.200,00 - 24 meses) *Preferencialmente professor da instituição de ensino.	Coordenador Geral* (R\$ 2.000,00 - 24 meses) *preferencialmente professor da instituição de ensino, com formação em Educação Física.	Coordenador Geral* (R\$ 2.000,00 - 24 meses) *preferencialmente professor da instituição de ensino, com formação em Educação Física.	Coordenador Geral* (R\$ 2.000,00 - 24 meses) *preferencialmente professor da instituição de ensino, com formação em Educação Física.

APORTE FINANCEIRO (NVFF)			
2019	2020/Fevereiro	2020/Julho	2022/Julho
Professor de Educação Física (21 meses - R\$ 1.500,00)	Professor de Educação Física (21 meses - R\$ 1.500,00)	Professor de Educação Física (21 meses - R\$ 1.500,00)	Professor de Educação Física (21 meses - R\$ 1.500,00)
Monitor Esportivo (21 meses - R\$ 800,00)	Monitor Esportivo (21 meses - R\$ 400,00)	Monitor Esportivo (21 meses - R\$ 400,00)	Monitor Esportivo (21 meses - R\$ 400,00)
APORTE FINANCEIRO (CEEFF)			
2019	2020/Fevereiro	2020/Julho	2022/Julho
Bolsista de Iniciação Científica (21 meses R\$ 800,00)	Bolsista de Iniciação Científica (21 meses R\$ 400,00)	Bolsista de Iniciação Científica (21 meses R\$ 400,00)	Bolsista de Iniciação Científica (21 meses R\$ 400,00)

Fonte: Elaboração própria com base em (BRASIL, 2019b; BRASIL, 2020a; BRASIL, 2020f; BRASIL 2022e).

Por mais que o PAF tenha buscando aperfeiçoar as suas diretrizes entre 2019 e 2022 para garantir maior clareza e consistência para um melhor funcionamento do programa, foi identificada a ausência de uma descrição mais detalhada dos recursos humanos que compõem os núcleos, bem como as suas respectivas funções. A diminuição de 50% do valor da bolsa dos monitores pode ser compreendida pelo fato das diretrizes de 2019 serem de convênios piloto, porém, essa diminuição do valor não veio acompanhada da diminuição de atribuições e objetivos que se mantiveram basicamente as mesmas em todas as diretrizes.

Outro aspecto que aponta para o fato do PAF se encontrar em um estágio ainda incipiente é a ausência de alguns parâmetros de funcionamento. Por exemplo, com relação a formação continuada dos agentes e demais interessados, não há menção de como deverá ser realizada, quem a realizará, a frequência/periodicidade dessa avaliação e nem orientações a respeito do conteúdo programático. A única orientação diz respeito ao formato (presencial ou EAD). Dessa forma, o PAF não aproveitou os parâmetros para a formação continuada que já existiam em outros programas como o PELC e o PST, que estabeleciam parcerias com universidades para montar equipes colaboradoras ou equipes de formadores que iam aos núcleos de diversas regiões do país para fazer a formação dos recursos humanos que compunham o programa. Além do mais, nesses cursos havia material didático e conteúdo programático que proporcionavam uma maior compreensão da política

pública, bem como a garantia de maior alinhamentos nas ações promovidas nos diferentes núcleos (KRAVCHYCHYN; OLIVEIRA, 2016; RIBEIRO; COUTO, 2019). O PAF avança ao propor um tipo de formação que amplia o público-alvo para além dos agentes do programa e que também permite maior flexibilidade na elaboração da proposta, com conteúdos mais próximos da realidade dos beneficiários, bem como a inclusão de temáticas que o coordenador considera importante de serem debatidos.

O PAF, como foi descrito, apresenta-se como um programa inédito e em desenvolvimento dentro da SNFDT. Ao propor o fomento à prática esportiva, o desenvolvimento de pesquisas científicas e cursos de formação, o programa se constitui como a primeira política pública de esporte com destaque após a série de políticas formuladas pelo Governo Lula e mantidas pelo Governo Dilma. O PAF também se apresenta relevante dentro do contexto da SNFDT, que até 2019, apresenta mais ações políticas de regulamentação do futebol, do que de programas e projetos de futebol na perspectiva do direito ao esporte.

Por fim, ao analisar o PPA 2020-2023, do Ministério da Cidadania, foi possível observar a previsão de ampliação de políticas públicas e núcleos de formação em futebol vinculadas à SNFDT, inserido no Programa 5026 - Esporte. Verificou-se que existe uma previsão de apoio ao desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino, inseridos no Programa 3035 (BRASIL, 2021a), o que ressalta a importância de investigar o PAF.

Diante desse contexto, três questões foram realizadas e guiaram o presente capítulo: Qual é a natureza e tipo dos direitos e benefícios previstos e/ou implementados no PAF? Qual é a abrangência e quais são os critérios de acesso e permanência do PAF? Quais são as formas e mecanismos de articulação do PAF com outras políticas sociais? Assim, este capítulo tem por objetivo analisar a configuração e abrangência do PAF como uma política pública implementada nas Instituições Públicas de Ensino.

A partir do aspecto “configuração e abrangência dos direitos e benefícios” proposto por Boschetti (2009), temos as análises a partir de quatro indicadores.

2.1 Natureza, tipo de direitos e benefícios previstos ou implementados

O indicador “natureza, tipo de direitos e benefícios previstos ou implementados”, tem como objetivo descrever a natureza da política, de modo a

apontar a sua tendência e possibilidade de resposta a uma determinada situação social (BOSCHETTI, 2009).

Como já mencionado anteriormente, a partir do Decreto Nº 10.357, de 20 de maio de 2020, houve reestruturação do Ministério da Cidadania. A SNFDT passou a ter como função: a) planejar, desenvolver, acompanhar e monitorar as ações governamentais no âmbito do futebol profissional e amador; b) articular-se com outros órgãos públicos com vistas à implementação de ações que fortaleçam o futebol; c) planejar, coordenar, supervisionar e elaborar estudos sobre o desenvolvimento do futebol; d) promover e efetuar estudos e reuniões sobre o PROFUT; e) promover eventos para o desenvolvimento do futebol (BRASIL, 2020c).

Grande parte daquilo que é apresentado acima como função da SNFDT se materializou na implementação do PAF, a partir das suas três dimensões: NVFF, voltado à promoção da prática esportiva; CEEFF, que está articulado a destinação de recursos para a aquisição de materiais e concessão de bolsa de Iniciação Científica IC para o desenvolvimento de pesquisas e publicações científicas na área do futebol; Cursos e Eventos Científicos, com o intuito de qualificar os agentes que atuam nos convênios, bem como outros profissionais que trabalham com o futebol nas mais diversas esferas da sociedade (BRASIL, 2020a).

De acordo com o Edital Nº 1, de 3 de agosto de 2020, que se constitui como a principal chamada da SNFDT para o estabelecimento de convênios, as propostas do PAF deveriam envolver três eixos:

“I- Processos educativos relacionados ao futebol e suas derivações para crianças, adolescentes e adultos até 25 anos, sendo que pelo menos 70% dos beneficiados devem ter entre 06 a 17 anos; II- Apoio ao desenvolvimento de pesquisas e a difusão do conhecimento sobre futebol, futsal, beach soccer e defesa dos direitos do torcedor; III- Suporte ao desenvolvimento de cursos de formação continuada para profissionais que atuam com o futebol, futsal e beach soccer” (BRASIL, 2020d, p. 27).

O edital do PAF detalha ainda que o principal objetivo é criar os “Centros de Desenvolvimento do Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor” que terão sede nas universidades públicas (federais, estaduais e municipais) e institutos federais (BRASIL, 2020d, p. 4). Dessa forma, o programa busca o desenvolvimento de ações acadêmico-científicas em níveis local, estadual e nacional, com o “objetivo de garantir processos educativos, a produção e difusão de conhecimentos, inclusive o material didático, e a formação continuada de profissionais relacionados ao futebol e

suas derivações” (BRASIL, 2020d, p. 5). Dentre as ações do PAF, destaca-se o NVFF, ao buscar o atendimento de cerca de 150 beneficiários por convênio, sendo preferencialmente alunos oriundos de escolas públicas, divididos em quatro turmas, com três aulas semanais compostas por 90 minutos cada durante o período de vigência do programa (BRASIL, 2020a).

O PAF avança ao se constituir de fato como um programa, uma vez que atua em diferentes frentes de maneira articulada, isto é, na vivência esportiva, no desenvolvimento, difusão científica e na formação continuada dos profissionais da modalidade futebol. O modo como o referido programa é concebido se aproxima daquilo que foi realizado pelo PELC - programa social esportivo criado no Governo Lula, que articula elementos de formação e construção de infraestrutura esportiva (TEIXEIRA et al., 2014).

O PAF se ampara em marcos legais como a CF 88 (art. 217.), Lei Pelé, Plano Plurianual (2016-2019), Estatuto da Criança e Adolescente e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que embasam essa concepção ampliada de acesso à prática esportiva (BRASIL, 2020a). Além disso, aponta que esse programa busca responder a demanda de reconhecimento do “esporte como direito de cidadania de todos os brasileiros e, deste modo, cabe ao Estado promover políticas públicas” (BRASIL, 2020a, p. 4). Com relação a natureza e o tipo de direitos, a partir das diretrizes do programa, observamos que a política possui reconhecimento legal, implementada sob a ótica do direito e materializada como uma política de bens e serviços que não está atrelada a algum tipo de contribuição prévia por parte dos beneficiários.

No entanto, o foco do PAF envolve apenas uma modalidade esportiva, com a valorização do futebol em detrimento de outras modalidades. Segundo Diagnóstico Nacional do Esporte (DIESPORTE), 42,7% dos brasileiros que praticam algum esporte, mencionaram o futebol como primeira modalidade (BRASIL, 2015). De acordo com Athayde et al. (2016b), o futebol é a modalidade hegemônica nas leis esportivas. Diante desse contexto, a criação do PAF pode ser entendida como reflexo dessa influência do futebol e da estreita relação que possui com o Estado brasileiro.

A ação única no futebol é justificada nas Diretrizes e condizente com as características da SNFDT. Neste caso, foi feita uma opção em realizar investimentos e dar destaque ao PAF como política do Governo Bolsonaro. No entanto, fica uma

crítica pela ausência de esforços para que políticas como PELC e PST com atenção no atendimento das diferentes modalidades esportivas, de fato se materializem e se fortaleçam. Ou seja, o PAF se constitui como uma iniciativa importante no âmbito do futebol e que concede maior protagonismo a SNFDT, no entanto, o programa foi concebido para ser implementado a partir do modelo de convênio (com prazo de início e fim) com as Instituições de Ensino Superior e Institutos Federais. Historicamente, no campo das políticas públicas de esporte o modelo de convênio está ligado a um ciclo provisório, que gera a descontinuidade de atendimento a médio e longo prazo (SILVA; BORGES; AMARAL, 2015).

O PAF apresenta uma ótica do direito, de caráter seletivo, a partir da implementação de práticas esportivas de futebol, sem uma perspectiva de expansão para universalização de acesso e sem a garantia de continuidade das ações, conforme discutido por Boschetti (2009).

A focalização em localidades que tenham Universidades públicas e Institutos Federais, apresenta uma ambiguidade ao PAF. Por um lado, Instituições Públicas de Ensino Superior geralmente estão concentradas numa parcela pequena das principais cidades dos estados brasileiros, fato esse que impede a universalização das ações, o que limita o alcance da política. Vale ressaltar que desde a promulgação da CF 88, o caráter focalizado e a descontinuidade das iniciativas são comuns nas políticas públicas de esporte, até mesmo naquelas de maior destaque como o Programa Segundo Tempo (PST) e o PELC (SILVA et al., 2015; SILVA et al., 2022). Por outro lado, as parcerias com essas instituições possibilitam uma qualidade maior dos agentes do programa. Ou seja, o PAF avança ao estabelecer em suas diretrizes a criação de centros de pesquisa e prever financiamento para a promoção de cursos e eventos científicos. Dessa forma, é fundamental a aproximação com pesquisadores e instituições reconhecidamente comprometidas com o desenvolvimento e difusão do conhecimento científico produzido.

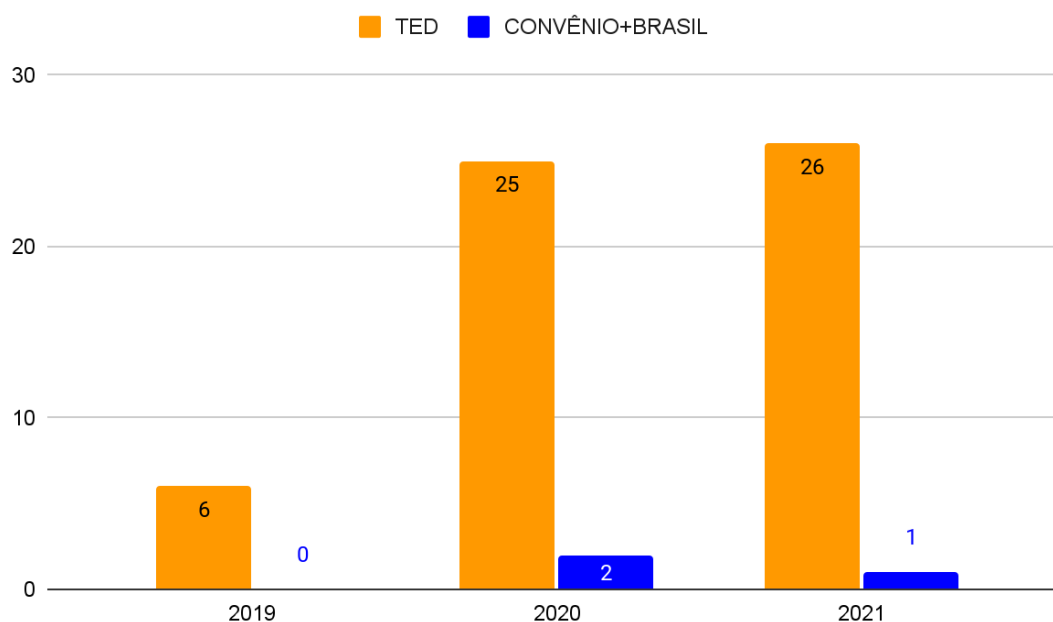
2.2 Abrangência da política

A investigação da abrangência tem como objetivo principal averiguar o alcance da política analisada, isto é, quem é atendido por ela (BOSCHETTI, 2009). De acordo com o Quadro Orçamentário do PAF, estabeleceram-se 60 convênios entre os anos de 2019 e 2021. Essas parcerias foram realizadas de duas maneiras: TED e de convênios via plataforma +Brasil. Foram no total 57 convênios realizados por

meio do TED, que envolveram a transferência de crédito de órgão ou entidade da Administração Pública Federal para outro órgão federal da mesma natureza ou autarquia, fundação pública ou empresa estatal dependente. Foram no total 3 convênios firmados via plataforma +Brasil, por meio da ferramenta integrada e centralizada, com dados abertos, destinada à informatização e à operacionalização das transferências de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União a órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital, municipal, direta ou indireta. Todos os convênios firmados por meio da plataforma +Brasil foram realizados com universidades estaduais, sem nenhum convênio firmado com universidades municipais até o final do ano de 2021 (BRASIL, 2020e).

Os convênios do PAF possuem duração de dois anos de funcionamento e devem ser distribuídos preferencialmente um em cada estado da federação (BRASIL, 2020e; BRASIL, 2021a). A opção de estabelecer um convênio do programa em cada estado, busca atender o princípio da descentralização política em todo o território nacional, contudo, de acordo com Carneiro e Catellani Filho (2021) as diferentes regiões e estados brasileiros contam com realidade bastante desiguais sob o ponto de vista econômico, populacional, de acesso às políticas esportivas.

No Gráfico 1, pode-se observar a quantidade de convênios que foram firmados ao longo de três anos, conforme dados a seguir.

Gráfico 1- Quantidade de convênios estabelecidos do PAF (2019-2021).

Fonte: Elaboração própria com base no edital dos convênios contemplados para 2021 e o Quadro orçamentário do PAF (BRASIL, 2020e; BRASIL, 2021a).

Ao somar o número de convênios ($n=60$) e a meta de atendimento (150 beneficiários por convênio), o PAF teria atendido 9.000 beneficiários de forma direta pelos convênios firmados nos três primeiros anos nos NVFF (BRASIL, 2020e). De acordo com as diretrizes (BRASIL, 2020a), cada convênio tem duração de dois anos.

Para Boschetti (2009), o principal dado que representa o indicador de abrangência é o número de beneficiários. Dessa forma, o acesso aos NVFF tem abrangência restrita, pois de acordo com Dados do Censo Escolar de 2021 desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (BRASIL, 2021c), foram registradas 36.401.378 matrículas na educação básica pública e o PAF tem um potencial de alcance de cerca de 0,025% desta população, ou seja, longe da universalização de acesso. Dessa forma, apesar do PAF estender o atendimento para beneficiários entre 6 e 25 anos, o que se constitui como um ponto positivo nas diretrizes. O programa inicialmente vai atender uma faixa etária mais reduzida que outras ações como o PELC (todas as idades) e o PST (que expandiu para um público universitário).

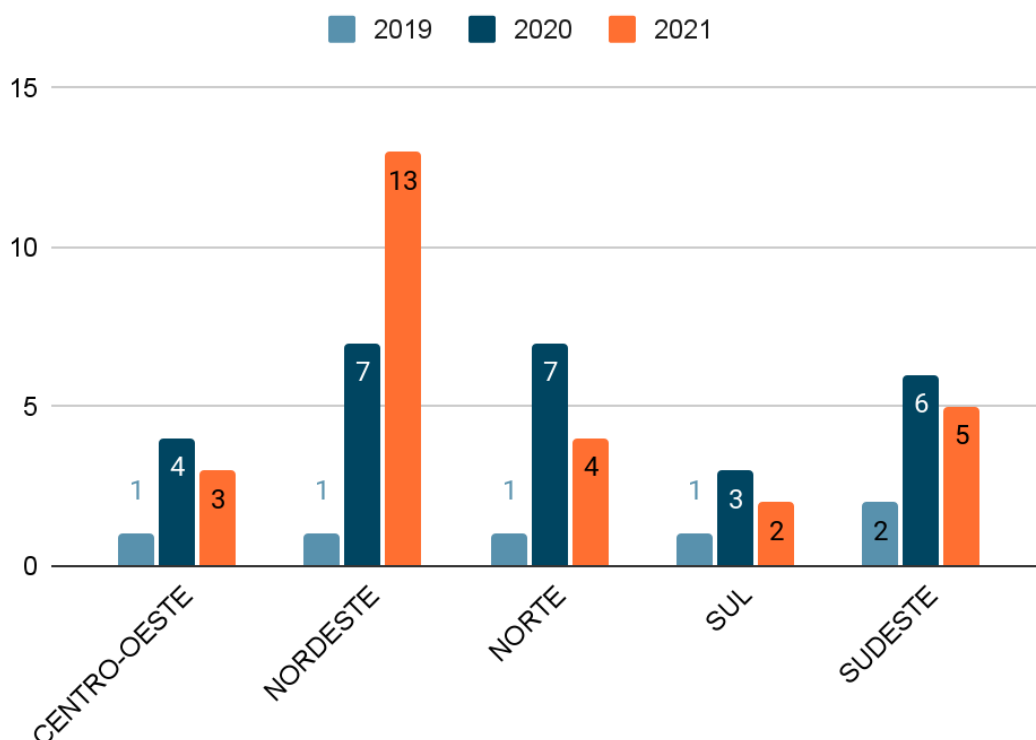
Os dados mostram ainda que o programa inicialmente atenderá apenas cidades com universidades públicas e Institutos Federais conveniados, longe da

constituição de uma política universal como direito de toda a população. A escolha única nas Universidades públicas e Institutos Federais indica a baixa capilaridade do programa. Diferentemente de outros programas sociais esportivos como o PELC, que apresenta uma maior capilaridade por meio dos convênios com universidades, estados e municípios (TEIXEIRA et al., 2014; UNGHERI; ISAYAMA, 2021).

Vale destacar que esse número mencionado diz respeito exclusivamente aos NVFF. Para os Cursos e Eventos Científicos, a meta é a formação continuada de professores, alunos e profissionais vinculados ao futebol, com carga horária mínima de 20 horas cada, com contemplação de pelo menos quatro diferentes regiões do estado em que o programa está inserido (BRASIL, 2020d). Para os CEEFF, fica a cargo da instituição que firmou o convênio a elaboração de um projeto científico com o estabelecimento de metas qualitativas e quantitativas no período de dois anos (BRASIL, 2020e). Em relação a esta duas dimensões do PAF, observamos que não existe um número estimado de beneficiários a serem atendidas a longo prazo, no entanto, haverá uma estimativa indireta de pessoas alcançadas por meio do acesso às publicações acadêmicas desenvolvidas e da participação nos eventos de formação que deverão ser organizados.

Segundo relatório de gestão da SNFDT, até 2020, realizou-se 11 webinários, 16 eventos em parcerias com Universidades e Institutos Federais e a publicação de 3 livros relacionados ao PAF (BRASIL, 2021a). Esses dados demonstram que a SNFDT tem realizado uma articulação que ultrapassa a transferência de recursos, o que tem contribuído para a formação de profissionais para atuarem com o futebol, além da aproximação com instituições científicas para a confecção de material pedagógico a ser utilizado nos programas de futebol e por profissionais inseridos na área.

Quanto à distribuição geográfica dos convênios, constatou-se que a região Nordeste do país foi a que mais estabeleceu parceria de convênios com a SEE para a implantação do PAF (n=21), enquanto que a região Sul foi a que teve menos convênios firmados (n=6), conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2- Quantidade de convênios estabelecidos por região.

Fonte: Elaboração própria com base no edital dos convênios contemplados para 2021 e o Quadro orçamentário do PAF (BRASIL, 2020e; BRASIL, 2021a).

Houve um equilíbrio entre a distribuição de convênios, no Brasil, visto que as regiões que concentraram a maior quantidade de núcleos do PAF (Nordeste, Sudeste e Norte), são as que possuem o maior número de estados da federação. Essa distribuição está relacionada à proposta dos últimos editais, de garantir um convênio por estado. Caso algum estado não tenha propostas aprovadas no edital, existe a possibilidade de contemplação de mais um convênio, de acordo com a pontuação das propostas (BRASIL, 2020e). Esses dados apresentaram uma forma de descentralização da política pública mais equitativa e equilibrada dos convênios se comparada com outras políticas como o PELC e o PST. Nesses programas, os convênios foram firmados entre o Governo Federal com estados e municípios. Dessa forma, a quantidade de núcleos estabelecidos e a descentralização da política, estavam atreladas à capacidade de gestão técnica e do IDH desses estados e municípios. Esses fatores acabaram por gerar uma distorção e distribuição desigual das políticas esportivas (UNGHERI; ISAYAMA, 2019).

Os dados da presente pesquisa são distintos aos encontrados por pesquisadores que analisaram a distribuição regional de convênios do PST firmados

entre municípios de todo o país e o ME entre os anos de 2003 a 2013, quando foi constatado um maior número de convênios nas regiões Sudeste e Sul (SANTOS; ANDRADE; SANTOS, 2014; REVERDITO et al., 2016). No caso do PAF, o protagonismo do número de convênios, encontra-se na região Nordeste (n=21), Sudeste (n=13) e Norte (n=12). Esses dados obtidos através de pesquisas de outros programas esportivos no Brasil, apontam que o modelo de convênio tem apresentado uma tendência de centralização em locais com maior capacidade técnica de gestão, como reportado no PST (REVERDITO et al., 2016).

2.3 Critérios de acesso e permanência

O indicador “critérios de acesso e permanência” busca revelar a intencionalidade e a capacidade de inclusão ou exclusão de acesso à política. Quanto mais restritivo os critérios de acesso, mais focalizada é o desenho do programa e os direitos previstos. Dessa forma, se os critérios de acesso se mostram mais abrangentes, mais universal é a política (BOSCHETTI, 2009).

Em relação aos critérios de acesso e permanência, trata-se de um programa que estabeleceu critérios relacionados à faixa etária (crianças, adolescentes e jovens entre 6 e 23/25 anos, nas diretrizes o limite de idade foi estabelecido em 23 e o edital ampliou para 25 anos) para ser beneficiário do programa nos NVFF (BRASIL, 2020e). Essa divergência entre as diretrizes e o edital pode ser justificada pelo fato do programa se encontrar em fase de implementação de seus primeiros convênios. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2019c), 28,8% da população brasileira se enquadra nessa faixa etária a ser atendida. Dessarte, parcela considerável da população brasileira não tem a possibilidade de acessar a política pública em análise, haja vista sua focalização em crianças, adolescentes e jovens que moram nas proximidades de instituições parceiras.

Para além da idade, destaca-se que o critério de acesso indireto está relacionado ao beneficiário que mora próximo dos convênios, o que exclui a população brasileira de localidades que não tem instituições parceiras. Segundo as Diretrizes do PAF, os núcleos são preferencialmente para beneficiários que “não demandem transporte para o deslocamento” até o local das atividades (BRASIL, 2021a, p. 5). No site do PAF, o público-alvo destacado foi: “estudantes do ensino fundamental e médio” como beneficiários, além dos “pesquisadores do campo do

futebol e suas derivações” e “profissionais interessados em atuar com futebol e suas derivações” (BRASIL, 2021a, p. 4).

Não foram encontrados outros critérios como estrato social, composição familiar ou condição física/cognitiva. O PAF não apresenta um desenho universal, pois concede atendimento restrito às populações que moram nas proximidades de instituições conveniadas. Em relação aos critérios de permanência, por ser um programa em fase de estruturação e pelo fato de nenhum convênio até o momento ter passado pelo processo de renovação, não foram identificados requisitos ou condicionantes de forma detalhada nas quais os beneficiários precisam desenvolver para se manter no programa. De acordo com Boschetti (2009), o indicador mais comum, são participantes de programas sociais do governo, o que não é o caso do PAF.

Quando relacionamos a quantidade de convênios (n=60), ao número previsto de beneficiários em todos os convênios (9.000) e os critérios de acesso (crianças, adolescentes e jovens entre 6 e 25 anos nos NVFF) é perceptível que a política atenderá de forma seletiva um número pequeno de beneficiários. Dessa maneira, não é possível afirmar que o PAF se destina especificamente a universalizar e garantir o acesso à prática esportiva de forma ampla conforme justificado nas diretrizes do programa e contemplado como direito na CF 88. Apesar de seletivo e não universal, as diretrizes do programa não realizam a focalização das ações em comunidades e pessoas em vulnerabilidade social.

Para Athayde et al. (2020), a focalização das políticas públicas é uma tendência neoliberal, direcionada por uma lógica de redução de gastos sociais, que preconiza o ajuste fiscal, a eficiência do Estado e estabelece inúmeras críticas à eficiência e efetividade de políticas universais. Dessa forma, é necessário a existência de mais dados para afirmar que o programa se caracteriza como neoliberal, uma vez que tende a atender de forma seletiva os estudantes brasileiros.

2.4 Formas e mecanismos de articulação

O indicador “formas e mecanismos de articulação” possibilita um olhar mais ampliado para a política investigada. Apesar de cada política se destinar a uma área específica (saúde, lazer, educação, transporte etc.), investigar os mecanismos de articulação são importantes para observar possíveis parcerias e complementaridade que possa existir entre a política analisada e as demais (BOSCHETTI, 2009).

O último indicador a ser destacado diz respeito à forma de articulação do programa, caracterizado por estabelecer parceria com Universidades Públicas (Federais, Estaduais e Municipais) e Institutos Federais. Essa articulação foi justificada no edital de seleção dos convênios:

A opção de implantação dos Centros em Instituições de Ensino Superior públicas justifica-se pelos seguintes motivos: I. A agilidade na efetivação de parcerias entre o Ministério da Cidadania e instituições públicas (federais, estaduais e municipais) considerando os trâmites burocráticos de acordo com as exigências legais vigentes (BRASIL, 2020e, p.1).

Tonietti e Athayde (2020), ao analisarem os convênios do Ministério do Esporte, destacaram a focalização e o clientelismo no estabelecimento de convênios, com concentração de programas em estados específicos da federação, o que fere o princípio da descentralização. Esse contexto, evidencia a importância da formulação de políticas que independente do seu desenho metodológico (focalizada ou universal), se proponham a cumprir as demandas constitucionais de acesso ao esporte à população. Além disso, Kerstenetzky (2006) destaca a possibilidade de conciliar ações pautadas tanto pela focalização e universalização na implementação da justiça social, ao levar em consideração uma combinação eficiente dos dois métodos.

Para além da agilidade na efetivação das parcerias, as Universidades e Institutos Federais se constituem como instituições fundamentais para a viabilidade das ações do PAF devido aos objetivos intrínsecos do programa como o desenvolvimento de pesquisa e dos cursos de desenvolvimento profissional. Dessa forma, busca-se a aproximação com os docentes e com a comunidade acadêmica na efetivação da política pública.

O PAF faz uma previsão de parceria interministerial, além da possibilidade de orçamento extra por meio de emendas parlamentares, mas não detalha como seriam essas articulações (BRASIL, 2021a). Nas diretrizes nacionais e no edital do PAF, existem previsões de intersetorialidade das ações, com articulações entre clubes, secretarias municipais de educação, ligas federações e instituições da sociedade civil, no entanto, o documento não detalha como funcionaria (BRASIL, 2020a).

As articulações políticas em esporte e lazer têm sido pesquisadas a partir da intersetorialidade das ações, que envolve as articulações horizontais entre as diferentes esferas de governo, as articulações verticais entre as secretarias ou

instituições de um mesmo ente federativo e as articulações com a sociedade civil. Vale destacar que a intersetorialidade tem se constituído como uma estratégia de gestão esportiva no Brasil (RIBEIRO; AMARAL; SILVA, 2014; SILVA; BORGES, 2020).

No caso do PAF, não foi possível afirmar que se trata de uma política intersetorial, uma vez que apresenta articulação política horizontal de instituições do Governo Federal, entre o Ministério da Cidadania e as instituições de ensino. De forma pontual, realizou três convênios ou articulações verticais com universidades estaduais.

2.5 Considerações a respeito do PAF a partir dos indicadores utilizados

Neste capítulo a investigação a respeito do PAF se deu de forma a tentar compreender a sua proposta e como ela se insere no conjunto de políticas públicas relativas ao esporte e mais especificamente as políticas ligadas a SNFDT. A análise ocorreu a partir dos documentos oficiais, as diretrizes e os convênios já firmados com o objetivo de mapear o alcance da política em território nacional, bem como as suas principais características e a sua lógica de funcionamento.

O PAF corresponde a uma política pública de acesso ao esporte, com aproximação com as políticas educacionais, ao prever a formação de profissionais para atuarem com futebol, com articulações políticas entre o Governo Federal e as Universidades públicas Federais, Estaduais, Municipais e Institutos Federais. O público-alvo nos NVFF, encontra-se situado na escola, mas o local de atividade será nas Universidades e Institutos Federais. Para além dos NVFF, o PAF busca constituir os CEEFF e promover cursos e eventos científicos para os profissionais interessados no futebol.

O programa em análise embora apresente a perspectiva de promover o direito de acesso ao esporte, limitou-se à materialização de apenas uma modalidade esportiva, o futebol, reforçando sua monocultura. Ou seja, apesar do reconhecimento do futebol como importante modalidade esportiva em nosso país e de sua importância em aspectos culturais e de composição da identidade brasileira, o PAF reforça a hegemonia que esta modalidade possui na cultura esportiva do Brasil. Além disso, a abrangência proposta pela PAF é limitada, visto que o funcionamento dos 60 convênios teria o acesso de 9.000 beneficiários aos NVFF, de sorte não há um desenho universal.

Além disso, os critérios de acesso e permanência aos NVFF são: beneficiários com faixa etária entre 6 e 25 anos, que moram nas proximidades dos locais de convênio. Os mecanismos de articulações políticas apresentam indícios mínimos de intersetorialidade. Apesar da previsão de articulações verticais e horizontais com Universidades Federais, Estaduais e Municipais e Institutos Federais no repasse de recursos financeiros, não existe um detalhamento da função de cada instituição.

O PAF se caracteriza como uma das principais ações políticas da SNFDT, mas o desenho do programa encontra-se em processo de estruturação. A perspectiva é a oferta de atividades como direito, mas as diretrizes não apresentam uma previsão de continuidade do programa nas instituições conveniadas, uma vez que os convênios são de dois anos.

Com o intuito de ampliar a investigação a respeito do PAF e não se limitar apenas na compreensão das suas características mais gerais e pautadas em documentos oficiais, o próximo capítulo trata da análise realizada do processo de implantação de um núcleo do PAF em parceria com a UFMS.

3. A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ACADEMIA E FUTEBOL EM CONVÊNIO COM A UFMS

Neste capítulo foram apresentados os dados obtidos a partir da investigação realizada no núcleo do PAF em convênio com a UFMS, com o objetivo de analisar as características do processo de implantação/implementação do PAF na universidade e averiguar de maneira empírica o programa e como as suas diretrizes se materializaram no contexto da UFMS. Os documentos que compuseram o escopo de análise foram: o Projeto PAF-UFMS (submetido ao Ministério da Cidadania), o Projeto PAF de extensão cadastrado no SIGProj (primeira versão), a certificação orçamentária, o Plano de Trabalho, a solicitação de prorrogação do prazo de execução do programa, Projeto PAF de extensão cadastrado no SIGProj (segunda versão), Extrato do PAF e os relatórios parciais com as ações já executadas. Os documentos foram obtidos por meio de uma solicitação realizada ao coordenador do programa e foram disponibilizadas via Google Drive.

Quadro 4. Documentos utilizados para análise da implantação do PAF na UFMS.

ANO	DOCUMENTO	REFERÊNCIA
2020	Projeto PAF-UFMS	Descreve as características e o funcionamento do PAF-UFMS
2020	Projeto PAF de extensão cadastrado no SIGProj (primeira versão)	Descreve as ações de extensão do PAF-UFMS
2020	Certificação orçamentária	Detalha o valor destinado ao PAF-UFMS
2022	Plano de trabalho	Detalha o valor investido em recursos humanos, materiais permanentes e de consumo
2022	Solicitação de prorrogação do prazo de execução do programa	Pedido de prorrogação do prazo de execução do PAF-UFMS
2022	Projeto PAF de extensão cadastrado no SIGProj (segunda versão)	Descreve as características e o funcionamento do PAF-UFMS
2022	Relatório parcial com as ações já executadas no período de janeiro de 2021 a maio de 2022	Descreve as ações executadas e com previsão de acontecer

2022	Relatório parcial com as ações já executadas no período de maio a setembro de 2022	Descreve as ações executadas e com previsão de acontecer
2022	Relatório parcial com as ações já executadas no período de setembro a novembro de 2022	Descreve as ações executadas e com previsão de acontecer
2022	Extrato do PAF	Detalha os valores investidos pelo convênio

Fonte: elaboração própria.

As categorias de análise utilizadas para a investigação foram: o papel das diferentes instituições; orçamento; a estrutura institucional e os agentes/recursos humanos. Essas categorias foram elaboradas previamente com base no indicador elaborado por Boschetti (2009), denominado “relações entre as esferas governamentais” que está inserido no terceiro aspecto de análise de políticas públicas intitulado “Gestão e controle social”. Este aspecto tem o objetivo de demonstrar a forma como foi estruturada a organização e gestão da política e/ou programa avaliado, a partir dos princípios contemporâneos de gestão federada estabelecidos na CF 88.

Para além dos documentos oficiais, o presente capítulo conta com os dados obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com os três coordenadores do convênio PAF-UFMS. Eles concederam informações importantes a respeito da proposta de trabalho inicialmente feita, os desafios encontrados durante o processo de implantação, o funcionamento do programa e a relação entre a universidade e a SEE. Por questões éticas de pesquisa com seres humanos, será preservada a identidade dos entrevistados ao longo da apresentação dos dados. Dessa forma, ao utilizar as informações e falas feitas durante as entrevistas, serão identificados em notas de rodapé pelos seguintes pseudônimos: “Coordenador A”, “Coordenador B” e “Coordenador C”.

É importante para uma melhor compreensão dos comentários feitos pelos entrevistados, a realização de uma breve contextualização do momento em que cada um dos três coordenadores esteve envolvido com o PAF-UFMS. O Coordenador A foi o primeiro a comandar as atividades e o principal responsável pelo planejamento inicial do programa antes da pandemia da Covid-19 e abdicou da função para ocupar um cargo público em outra instituição. O Coordenador B, inicialmente era o vice-coordenador do convênio (função não presente nas

diretrizes, mas como o núcleo da UFMS é um piloto, foi aceito pela SEE). Ele também esteve envolvido desde o início do planejamento e o substituiu até o momento em que também teve que abdicar da função para coordenar o outro convênio do PAF na mesma instituição. Por fim, o Coordenador C é o atual responsável pelas atividades do programa após o segundo coordenador assumir a coordenação de outro convênio do PAF na UFMS, que o mesmo tinha solicitado anteriormente.

3.1 A UFMS e as Políticas Públicas de Esporte

A UFMS possui em sua estrutura administrativa a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE), que tem como missão promover a extensão universitária e fortalecer a prática esportiva e artístico-cultural. As principais ações da PROECE ocorrem por meio do fomento e incentivo de ações de extensão por meio de editais e/ou políticas próprias (UFMS, 2019). Essas iniciativas ocorrem por meio de três diretorias de acordo com a Figura 14.

Figura 14. Organograma da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE)



Fonte: Elaboração própria com base em (UFMS, 2019).

Dentro dessa estrutura, a PROECE possui uma Diretoria de Cultura e Esporte, que engloba a Secretaria de Gestão de Espaços Físicos e a Secretaria de Projetos e Eventos Esportivos, que são responsáveis de maneira específica pelo

desenvolvimento de ações, gestão e a manutenção dos espaços esportivos da instituição (UFMS, 2019).

Dentre as políticas desenvolvidas na própria instituição, estão a “Semana Mais Esporte” com quatro edições já realizadas e destaque para a promoção de ações de ensino, extensão e palestras que tematizam o esporte em suas mais diversas manifestações. A “Volta da UFMS” é outro evento que é realizado anualmente por meio de uma corrida de rua, que atende a comunidade interna e externa. Por fim, existe também o Programa Bolsa Atleta UFMS, que concede bolsa para discentes com notável destaque esportivo e com potencial de representar a universidade em competições de esporte universitário em âmbito estadual e nacional. Para além dessas políticas mencionadas, a PROECE disponibiliza editais que incentivam projetos esportivos dos docentes e também concede apoio às Associações Atléticas responsáveis pelo esporte universitário (UFMS, 2019).

Além das já mencionadas políticas esportivas próprias da universidade sob a responsabilidade da PROECE, os cursos de Educação Física da UFMS possuem um histórico recente de elaborar planos de trabalho que visem a possibilidade de implementação de núcleos de políticas públicas de esporte e educação em parceria de convênios com o Governo Federal. Dessa forma, o PAF não corresponde a primeira experiência de implantação de um convênio na instituição. Os cursos de Educação Física da instituição já tiveram um convênio com o PST Universitário (2017-2020), um convênio com o Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (Rede Cedex)² (2016-2020) e dois núcleos do PELC em parceria com o convênio da Prefeitura Municipal de Campo (2017-2018). Ao analisarmos as políticas mais amplas do campo da educação, já foram implementadas ou estão em processo de implementação o Programa de Educação Tutorial (PET)³ (em funcionamento), Residência Pedagógica⁴ (em funcionamento) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)⁵ (em funcionamento). Dessa forma, o núcleo do PAF a ser implementado na instituição se insere num contexto em que a universidade desenvolve, implementa e incentiva ações próprias, bem

² Redes Cedex implantadas como ação programática do antigo Ministério do Esporte em 2003.

³O PET é um programa do Governo Federal brasileiro de estímulo a atividades de pesquisa, ensino e extensão universitárias, no nível de graduação.

⁴Política vinculada ao Programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que tem por finalidade fomentar projetos institucionais implementados por Instituições de Ensino Superior.

⁵Programa vinculado à CAPES que concede bolsas voltadas à iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais de Licenciatura que se dediquem ao estágio nas escolas públicas.

como os docentes dos cursos de Educação Física já implementam uma série de outras políticas públicas (D'AURIA; SILVA; SILVA, 2023; ESCRIVANO et al., 2020; SILVA et al., 2022).

3.2 O planejamento do PAF-UFMS

A UFMS estabeleceu uma parceria com a SNFDT para implementação do PAF no final de 2019, com data de início em 2020. Este convênio se estabeleceu como um dos primeiros, caracterizados como “pilotos” firmados pelo Ministério da Cidadania e as Instituições de Ensino Superior. Nesse processo, integrantes da SNFDT convidaram alguns professores para o estabelecimento de alguns convênios, dentre eles o da UFMS:

Não tinha o edital, eles chamaram alguns professores de algumas universidades e aí entraram em contato com o objetivo de averiguar como funcionaria e tudo mais. A ideia do programa era um pouco, desse piloto, era tentar fazer a implementação do programa de uma maneira mais simples, ainda tem muita questão burocrática para implementar com a universidade, porque aí entram outras instâncias que pertencem à universidade, aí já ficou um pouco mais burocrático.⁶

O projeto foi firmado via TED para a descentralização de recursos com o intuito de implementar no município de Campo Grande-MS no *campus* da cidade universitária. Como justificativa para a elaboração do projeto está o desenvolvimento do futebol no estado de Mato Grosso do Sul por meio das três dimensões do PAF (NVFF, CEEFF e o evento de formação) e o desenvolvimento integral dos beneficiários. O núcleo possui tempo de vigência de 24 meses, três meses para a estruturação e 21 meses para o atendimento aos beneficiários (UFMS, 2020a). Foi destacado que “o principal ponto foi prover 21 meses de ação com o objetivo de atender até 150 crianças, a meta era essa”.⁷ Nesse processo de planejamento, vale mencionar também as principais dificuldades encontradas:

Entre as maiores dificuldades, estava a justificativa, o que faríamos e como iria ser o projeto, e daí como envolve uma verba pública, você tem que ter uma justificativa para essa verba vir e para você poder utilizá-la [...] Depois disso, veio a dificuldade maior, a execução. O planejamento foi tranquilo, agora a execução foi complexa, até para mim, que nunca tinha feito, coordenado um projeto dessa verba e com esse tamanho⁸.

⁶ Entrevista com o coordenador A.

⁷ Entrevista com o coordenador B.

⁸ Entrevista com o coordenador A.

O Plano de Trabalho foi estruturado com foco nas três dimensões do programa, que se configuram como os principais eixos de atuação e onde se concentram as principais ações do convênio. A seguir será apresentado a forma como cada uma dessas dimensões do programa foram planejadas.

Com relação ao NVFF, optou-se em atender crianças e adolescentes de 6 até 17 anos. Vale lembrar que as diretrizes nacionais do PAF desenvolvidas após a submissão da proposta da UFMS, possibilitam a criação de turmas com beneficiários de até 25 anos (BRASIL, 2020a). Ou seja, percebe-se que foi feita uma opção em atender o público escolar. A justificativa para a escolha pode estar relacionada com o fato da UFMS já dispor de um órgão (PROECE) que promove ações relativas ao esporte e cultura dentro da universidade para discentes e comunidade externa, bem como o fato de tradicionalmente, a comunidade discente optar pelo envolvimento com as associações atléticas de seus respectivos cursos e conseqüentemente ter acesso a prática esportiva (UFMS, 2019). Dessa forma, entende-se que a faixa etária entre os 18 e 25 anos que poderia ser atendida pelo núcleo já esteja contemplada por outras iniciativas dentro da universidade.

Outro aspecto a se observar diz respeito às modalidades. O PAF em suas diretrizes, possibilita a oferta de modalidades como futebol, futsal e *beach soccer*, mas o núcleo da UFMS submeteu a proposta apenas para o futebol e futsal. Vale ressaltar que a menção ao *beach soccer* e a possibilidade de oferta dessa modalidade só apareceu a partir da segunda versão das diretrizes e o envio da proposta da UFMS é anterior. As turmas foram estruturadas conforme o Quadro 5.

Quadro 5. Composição das turmas do NVFF do PAF-UFMS com base no planejamento.

TURMA	MODALIDADE	FAIXA ETÁRIA	COMPOSIÇÃO
T1	Futsal	7-9	Mista
T2	Futsal	7-9	Mista
T3	Futsal	10-13	Mista
T4	Futsal	10-13	Mista
T5	Futebol	14-17	Feminina
T6	Futebol	14-17	Masculina

Fonte: Elaboração própria com base em (UFMS, 2020b).

As diretrizes do PAF não determinam a quantidade de turmas para atender os 150 beneficiários. A versão mais atual das diretrizes sugere que as turmas devem ser organizadas com aproximadamente 37 alunos, com no mínimo 4 turmas por núcleo. No entanto, as orientações a respeito da carga horária, determinam o atendimento de 20 horas semanais com a presença do professor de Educação Física e do monitor esportivo distribuído em até 04 turmas (BRASIL, 2020a).

Em relação ao CEEFF e ao evento de formação, a proposta não detalha como será estruturado e nem a lógica de funcionamento. O que se observa foi o estabelecimento de uma série de metas e objetivos traçados a respeito dessas duas dimensões e que estão especificadas nos Quadros 6 e 7.

Quadro 6. Objetivos estabelecidos para o CEEFF.

CEEFF
Orientar e aperfeiçoar o conhecimento de dois acadêmicos de Iniciação Científica.
Avaliar e monitorar o processo de formação e desenvolvimento das crianças e adolescentes participantes do núcleo de vivência esportiva.
Produzir materiais que auxiliem profissionais nas dimensões físico, técnico e/ou tático do Futebol e Futsal.
Desenvolver uma dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação de Ciências do Movimento - PPGCMOV/UFMS) em conjunto com o Centro de Pesquisa.
Desenvolver pelo menos 4 resumos com os alunos de iniciação científica, para publicação em eventos nacionais e/ou internacionais.
Publicar pelo menos 2 artigos científicos em periódicos internacionais com fator de impacto.

Fonte: Elaboração própria com base em (UFMS, 2020a).

Observa-se no Quadro 6, metas atreladas à orientação de alunos a nível de Graduação e Pós-Graduação, a criação de materiais didáticos, a avaliação dos beneficiários, a produção de trabalhos acadêmicos e a participação em eventos científicos.

Quadro 7. Objetivos estabelecidos para o evento de formação.

EVENTO DE FORMAÇÃO
Auxiliar na formação de acadêmicos de Educação Física, Fisioterapia, Medicina, entre outros cursos, para que possam desenvolver trabalhos com equipes de Futebol e Futsal desde a iniciação até o alto rendimento esportivo.
Oportunizar aos profissionais do Estado de Mato Grosso do Sul um curso de formação científica sobre Futebol e Futsal.

Discutir temas específicos sobre Futebol e Futsal, de várias áreas de conhecimento (Educação Física, Fisioterapia, Medicina, entre outros).

Atender com os cursos e eventos científicos 50 acadêmicos da UFMS e 50 profissionais da cidade de Campo Grande, MS.

Fonte: Elaboração própria com base em (UFMS, 2020a).

No Quadro 7, percebe-se através dos objetivos traçados para o curso de formação, uma tentativa de promover discussões a respeito do futebol de maneira interdisciplinar de modo a envolver temáticas, acadêmicos e profissionais das mais diversas áreas do conhecimento.

Apesar de não haver detalhes no Plano de Trabalho com relação ao funcionamento dos cursos de formação, houve a possibilidade de obter mais informações com base nas entrevistas:

A ideia era fazer cursos presenciais em que se abriria para alunos e para profissionais da área, seria aberto para o público.[...] Haveria uma formação a cada dois meses, eu tinha planejado assim. Uma no início do ano, uma no meio e outra no final do ano e traria os professores.[...] A ideia na formação presencial era trazer ele (professor) para ele ficar aqui uma tarde numa programação tipo sexta de manhã, de tarde, sábado de manhã, sabe? Um curso bem elaborado mesmo. O pessoal iria trabalhar bem com aquele tema e fazer a parte prática, Essa era a minha ideia.[...] A ideia era atender de 100 a 150 pessoas para assistir esses cursos utilizando um auditório, fazer parte prática aqui no campo também. Eu pensei em vários profissionais até mais na parte tática, enfim. Eu pensei bem nessa galera. Principalmente, eu ia trazer primeiro o pessoal da formação mais pedagógica, de ensino, aí depois eu ia começar a trazer mais o pessoal das questões técnico-táticas e por último, o pessoal mais da análises físicas, fisiológicas, porque eu ia trabalhar com os equipamentos. Eu faria isso. Aí o que aconteceu? Vem a pandemia e a gente não conseguiu e precisávamos seguir com o projeto e a gente juntou tudo num seminário só. Ah, vamos fazer online? Aquela coisa assim, não sei qual é o futuro disso aqui, vamos pelo menos já matar um dos objetivos.[...] Aí aproveitei cada um dos professores que inicialmente estavam confirmados para a formação no modelo presencial.⁹

O monitoramento e controle das ações será realizado internamente pelo próprio coordenador do PAF-UFMS sem menção de participação ao longo do processo de implementação e execução por parte da SNFDT. O planejamento prevê reuniões quinzenais com duração de 3 horas, organizadas por docentes e discentes, para discutir textos científicos e livros que sustentem a relação teoria e prática do Futebol e Futsal e administrativas (plano de atividades, avaliação e monitoramento) do projeto, com o objetivo de planejar as atividades desenvolvidas, o monitoramento e a avaliação periódica dos participantes do NVFF. Haverá o

⁹ Entrevista com o coordenador A.

controle da frequência dos monitores e professores envolvidos com o convênio. Além disso, um plano/relatório trimestral deverá ser elaborado, com intuito de registrar as metas atingidas relacionadas ao desenvolvimento das atividades no NVFF, monitoramento e avaliação dos participantes do Programa, bem como o andamento da pesquisa atrelada ao núcleo (UFMS, 2020a).

Para além da avaliação e acompanhamento interno dos monitores e do professor do PAF, está previsto o monitoramento dos beneficiários em seus aspectos fisiológicos e para prestação de contas com a SEE:

A quantidade daqueles que ingressaram e a frequência. Então essa seria a nossa ideia inicial.[...] Nós sabemos de toda a dificuldade para eles e por isso estávamos pensando o quantitativo de crianças e adolescentes, de pessoas atingidas e a permanência delas. Dentro dos aspectos que já estão em conversas com a secretaria é que devemos olhar a quantidade, sexos diferentes é outro fator e a quantidade daqueles oriundos de escola pública.[...] Nós temos também os aspectos clássicos envolvendo o exercício físico de maneira geral, aspecto social, psicológico, saúde física. Todos esses pontos a gente espera que seja algo que podemos buscar monitoramentos para ver se realmente acontece, mas é algo esperado dentro do objetivo proposto. Esses são os pontos primários dos beneficiários, além do desenvolvimento do esporte em si. Já que é voltado para um esporte específico que eles evoluam também a entender o esporte como que é, como se faz para ganhar diante de um esporte coletivo e todas essas ações coletivas de modo a extrapolar para esse campo e entender as ações coletivas¹⁰

A gente fala em avaliação, e pensamos na evolução física, técnica, tática, que era um dos objetivos do ensino ali do futebol dentro do contexto que eles aprenderam e tal. Então, do aprendizado daquela modalidade, isso era uma avaliação dos participantes, com relação ao programa. A gente ia montar um questionário, alguma coisa para passar para eles, e eles responderem falando o que eles achavam, tudo como eles viam o programa, se eles achavam que foi satisfatório, a gente teria uma avaliação de quem participou.¹¹

3.3 O papel das diferentes instituições

No contexto do PAF, a SNFDT e as instituições públicas de ensino superior e Institutos Federais possuem a incumbência pela elaboração, desenvolvimento e implementação do programa. A SNFDT vinculada ao Ministério da Cidadania é a responsável por descentralizar os recursos a serem utilizados para a implementação do PAF e formular as diretrizes que determinam as características, os objetivos e a lógica de funcionamento do programa. As diretrizes do PAF não mencionam mais nenhuma responsabilidade por parte da SNFDT como formação inicial dos agentes, acompanhamento ao longo do processo de implementação e avaliação durante e

¹⁰ Entrevista com o coordenador B.

¹¹ Entrevista com o coordenador A.

depois da execução da política (BRASIL, 2020a). Essas ações até podem vir a acontecer, visto que o PAF é muito recente, no entanto, a forma como poderão ser realizadas não estão estabelecidas.

Ao compararmos o PAF com o PST Universitário (política pública semelhante e também implementada em universidades), reportamos que a atuação do Governo Federal no caso do PAF é menor. Para o PST Universitário, três eram as funções sob a responsabilidade do governo: (1) acompanhar o projeto a partir do quantitativo de beneficiários; (2) avaliar o programa; (3) formação inicial de monitores e professores (BRASIL, 2018). Dessa forma, percebe-se que no caso do PAF, o Estado ocupa apenas o papel de idealizador e financiador da proposta. As consequências negativas dessa operacionalização estão na oferta de uma política formulada sem levar em consideração especificidades dos implementadores, falta de entendimento claro dos agentes no momento de execução da proposta e dificuldade de coletar informações e avaliar a política para subsequente aprimoramento e manutenção. Dados semelhantes foram encontrados em Silva et al. (2022) ao pesquisarem o PST Universitário.

Nesta questão do financiamento, foi relatada a dificuldade inicial de acessar os recursos devido às questões burocráticas e a alta quantidade de agências envolvidas com a gestão e o repasse dessa verba:

[...] A Secretaria [SEE] iria passar a verba para a Universidade. Só que daí que acontece, como são muitas instâncias, nós temos a fiscalização e quem passa a verba é a Secretaria, só que eles pedem para a gente fazer por meio de uma fundação, a gente teve que falar com a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Pesquisa [FAPEC], a agência, a Aginova, que é a agência que vai mediar essa relação com a FAPEC, então a responsabilidade da Aginova [Agência de Internacionalização e de Inovação] era mediar com a FAPEC esse contrato. E a gente teve a aprovação da reitoria, tem que ter aprovação da reitoria, da Faculdade de Educação para a gente poder executar. Então, em resumo, a FAPEC administra o dinheiro, a Aginova também administra a parceria nesse dinheiro, ela administra liberando para a FAPEC, porque a FAPEC precisa da liberação da Aginova para liberar o dinheiro, e de maneira resumida seria isso.¹²

A administração dos recursos, o planejamento e o desenvolvimento das ações denotam que as instituições públicas de ensino superior e os Institutos Federais possuem uma maior quantidade de atribuições e responsabilidades se comparado com a SEE. Isso se deve ao fato das orientações estabelecidas nas diretrizes serem

¹² Entrevista com o coordenador A.

amplas no que diz respeito aos NVFF, CEEFF e eventos de formação, além das metas quantitativas serem genéricas. Ou seja, fica a cargo do convênio a proposição de ações sobre as três dimensões do programa.

Em um momento póstumo ao planejamento e com o programa em funcionamento, a relação entre o coordenador do PAF com a SEE se dá na forma de prestação de contas com o envio de relatórios trimestrais com o detalhamento das ações desenvolvidas:

[...] Agora com a implementação do núcleo nos últimos quatro meses, nós ficamos em contato a cada 3 meses. Então esse contato é via o relatório, a gente envia o relatório e a SEE dá um feedback sobre a aprovação ou não deste relatório.¹³

3.4 Orçamento

De acordo com a Certificação Orçamentária, o valor total destinado para a implementação do PAF-UFMS foi de R\$ 278.917,55 (duzentos e setenta e oito mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta e cinco centavos) transferido para a FAPEC em duas parcelas (a primeira no valor de R\$ 174.058,37 e a segunda no valor de R\$ 104.859,18) no ano de 2020 (UFMS, 2020c). Ao analisar o Plano de Trabalho (UFMS, 2022d), com a distribuição orçamentária específica do núcleo, observou-se que a aplicação total desse recurso se dividiu em sete categorias distintas de acordo com o Quadro 8 e o Gráfico 3, bem como a distribuição detalhada do orçamento do PAF-UFMS explicitada no Quadro 9.

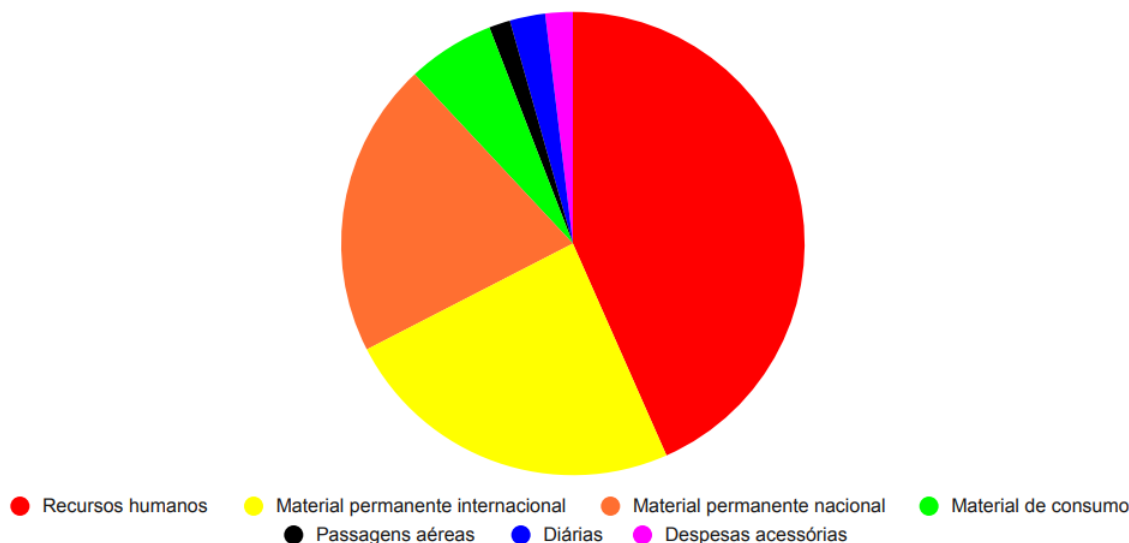
Quadro 8. Direcionamento do orçamento do PAF-UFMS.

CATEGORIA	VALOR DESTINADO
Recursos humanos	R\$ 101.850,00
Material permanente internacional	R\$ 56.500,00
Material permanente nacional	R\$ 48.359,18
Material de consumo	R\$ 14.297,12
Passagens aéreas	R\$ 3.466,39
Diárias	R\$ 5.817,40
Despesas acessórias e outras despesas decorrentes de aquisição de materiais permanentes	R\$ 4.500,00

Fonte: Elaboração própria com base em (UFMS, 2022d).

¹³ Entrevista com o coordenador C.

Gráfico 3. Distribuição do orçamento do PAF-UFMS.



Fonte: Elaboração própria com base em (UFMS, 2022d).

Quadro 9. Descrição detalhada do orçamento destinado ao núcleo PAF-UFMS.

Recursos humanos			
Especificação	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Coordenador	(1) 21 meses	R\$ 2.300,00	R\$ 48.300,00
Professor de Educação Física	(1) 21 meses	R\$ 1.350,00	R\$ 28.350,00
Monitores	(2) 21 meses	R\$ 600,00	R\$ 25.200,00
Material permanente internacional			
Especificação	Quantidade	Valor unitário	Valor total
GPSs para monitoramento da carga de treino e avaliação tática (10 Hz), sensor de movimento de 200 Hz	1	R\$ 56.500,00	R\$ 56.500,00
Material permanente nacional			
Especificação	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Fotocélulas (Elite Speed)	1	R\$ 20.200,00	R\$ 20.200,00
Plataforma de Força	1	R\$ 28.159,18	R\$ 28.159,18
Material de consumo			
Especificação	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Coletes de treinamento	100	R\$ 7,79	R\$ 779,00
Cones chineses – Conjunto com 20 unidades	05	R\$ 79,90	R\$ 399,50

Cones de treinamento – 10 unidades	10	R\$ 36,36	R\$ 363,60
Cronômetro	10	R\$ 27,26	R\$ 272,60
Galão Térmico de água	03	R\$ 224,91	R\$ 674,73
Copos não descartáveis – kit com 30 unidades	01	R\$ 99,99	R\$ 99,99
Bolas de Futsal Sub-11	30	R\$ 69,82	R\$ 2.094,60
Bolas de Futsal Sub-13	30	R\$ 69,82	R\$ 2.094,60
Bolas de Futsal Adulto	30	R\$ 62,99	R\$ 1.889,70
Bolas de Futebol – Profissional	50	R\$ 89,90	R\$ 4.495,00
Saco de bolas de futsal (14 bolas)	10	R\$ 49,90	R\$ 499,00
Bomba de ar para bola	04	R\$ 33,10	R\$ 132,40
Apitos	04	R\$ 36,60	R\$ 146,40
Prancheta tática futsal	02	R\$ 89,00	R\$ 178,00
Prancheta tática futebol	02	R\$ 89,00	R\$ 178,00
Passagens aéreas			
Especificação	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Passagens a professores para participação em congressos e cursos a serem organizados pelo Projeto e ministrado por professores convidados	Não informado	R\$ 3.466,39	R\$ 3.466,39
Diárias			
Especificação	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Diárias para os cursos	29	R\$ 200,60	R\$ 5.817,40
Despesas acessórias e outras despesas decorrentes de aquisição de materiais permanentes			
Especificação	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Despesas acessórias e outras despesas decorrentes de aquisição de materiais permanentes (Encargos tributários, frete, seguro, transporte e outras despesas)	Não informado	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00

Fonte: Elaboração própria com base em (UFMS, 2022d).

Ao longo de todo o processo de formulação do planejamento orçamentário, foi relatado por parte dos coordenadores pontos positivos e negativos. Dentre os

pontos positivos estão a flexibilidade para adquirir diferentes materiais, especialmente equipamentos permanentes para o desenvolvimento de pesquisas:

Algo que foi bem livre pra gente foi a parte financeira né, tinha as diferentes rubricas e dentro de cada rubrica estava bem livre de acordo com o que a gente precisava, o que a gente quisesse pra montar. Dentro disso a gente pensou quantidade de material, bolas, vários materiais, bolas, cones, garrafão d'água, coletes. [...] Dentro desses pontos tinha precisamente material de pesquisa. [...] Então o material permanente é algo possível de ser utilizado para pesquisa e foi algo que nos chamou atenção para esse edital devido às dificuldades dos nossos laboratórios e equipamento e é uma das poucas maneiras atuais que a gente viu de se equipar. Nós colocamos no Plano de Trabalho se não me engano, *gps*, fotocélula, e máquina filmadora e um tripé dessa máquina filmadora [...] Isso acaba gerando benefícios para a instituição, a questão da compra de material permanente talvez foi o que nos motivou a ter a possibilidade de ter equipamentos que na Educação Física, na ciência do exercício, ou do movimento, são materiais para laboratórios caros que requerem um alto poder de financiamento. Os cursos de Educação Física são, e digo abertamente para alunos e professores, que é um curso marginal na nossa política pública brasileira [...] Então são poucos os editais voltados para a gente e quando se tem algum edital com alguma verba boa com dinheiro é voltado para a saúde e como é um curso marginalizado fica difícil concorrer com outros cursos como na área da saúde, que já tem uma, já saem (sic) a frente. Então essa possibilidade do PAF com verba para poder estruturar os beneficiários daqui e as instituições físicas é excelente, uma oportunidade excelente tanto que foi o motivo de a gente tentar o segundo convênio¹⁴

Dificuldades foram constatadas principalmente no processo de aquisição de materiais devido às diferenças com relação ao câmbio e a desvalorização da moeda brasileira (Real). Foi considerando inclusive a opção de reduzir a quantidade de materiais e utilizar esses materiais de uso coletivo com outros pesquisadores e coordenadores de outros convênios:

[...] a parte ruim foi a econômica porque a gente tinha lá os valores descritos para uma quantidade x de material pode ter um pouquinho mais ou menos e dividiu já no Plano de Trabalho, certo valor para isso, certo valor para aquilo que a gente fez, fizemos orçamentos direto com algumas empresas ou indireto na internet mesmo procurando esses equipamentos [...] Só que daí a gente fez o orçamento lá, em 2019, reviu ele, em 2020, e de 2020 para cá teve muitas alterações e pensamos em comunicação com os próprios professores, para diminuir a quantidade e a gente faz tudo em parceria. Nós fomos vendo as possibilidades e dificuldades por conta disso, para as ações e o próprio equipamento de acessibilidade, o cuidado que tem que se ter e das dificuldades de aquisição e desvalorização da moeda [...] Então a dificuldade é essa transformação de valores econômicos, a perda de poder econômico da moeda com alguns equipamentos principalmente estrangeiros, que aí dificultou, porque tivemos que modificar o Plano de Trabalho aí tem toda a parte burocrática de fazer o pedido para o ministério [Ministério da Cidadania], se o ministério aceitar envia essa mudança para a UFMS e dentro da UFMS ser realizado uma mudança e com a fundação a FAPEC, então ocorre essa burocracia que leva tempo, [...] por causa disso, mudanças de materiais, que a gente teve que retirar

¹⁴ Entrevista com o coordenador B.

materiais, os valores e depois mudanças no próprio fornecedor pela quantidade de materiais.¹⁵

Devido às questões burocráticas, houve também a preocupação de não conseguir utilizar os recursos disponibilizados:

Como o ano ia passando e ia terminando, a gente ficou com medo de perder o dinheiro, ter que retornar e tal. E aí eu já fiz, imaginando que, em 2021, daria para começar. Eu acho que, se eu não me engano, foi no começo de 2021 que eu comprei os materiais de consumo, tudo que tem lá descrito, apito, enfim e aí começou a buscar também pela compra dos materiais permanentes. A gente tinha ali os materiais de consumo, que eram esses materiais para fazer as aulas. E os permanentes a gente tinha a fotocélula e os GPS. A gente comprou as fotocélulas primeiro, porque elas eram produção nacional. Então foi muito simples. E fomos comprar o GPS, mas tivemos que mudar o Plano de Trabalho. A gente mudou algumas vezes o Plano de Trabalho porque o GPS foi um problema, assim, para você comprar. Eu, enquanto estava aqui, não consegui comprar o GPS. A plataforma também veio depois, o que mudou. Mas eu não consegui fazer a compra internacional. E aí a gente foi, conversando, conversando e levou mais de um ano, eu saí do programa, da coordenação, para iniciar o projeto e compramos o material permanente que era a fotocélula¹⁶

No primeiro relatório parcial que envolveu o período de janeiro de 2021 a maio de 2022, foi relatado a aquisição em maior parte dos materiais de consumo como coletes, cones, bolas, saco para guardar bolas, cronômetros, bombas de ar, apitos, pranchetas táticas (Futebol e Futsal), galão térmico e copos de plástico. Dentre os materiais permanentes, o único equipamento adquirido foi a fotocélula para a avaliação física dos alunos do NVFF (UFMS, 2022a).

Com base no extrato do Projeto que detalha os gastos já realizados pelo núcleo no período de 31/12/2020 a 16/12/2022, foi possível compilar os gastos efetuados em recursos humanos, material de consumo, material permanente importado, material permanente nacional e custos operacionais. Essas informações estão detalhadas no Quadro 10.

Quadro 10. Detalhamento dos valores investidos do PAF-UFMS.

Recursos Humanos			
Especificação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Coordenador	4	R\$ 2.300,00	R\$ 9.200,00
Professor de	4	R\$ 1.350,00	R\$ 5.400,00

¹⁵ Entrevista com o coordenador B.

¹⁶ Entrevista com o coordenador A.

Educação Física			
Monitores	8	R\$ 600,00	R\$ 4.800,00
Valor Total: R\$ 19.400,00			
Material de Consumo			
Especificação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Materiais esportivos	Não informado	R\$ 13.430,23	R\$ 13.430,23
Valor Total: R\$ 13.430,23			
Material Permanente Importado			
Especificação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
GPS	Não informado	R\$ 55.499,99	R\$ 55.499,99
Plataforma de força	1	R\$ 28.100,00	R\$ 28.100,00
Valor Total: R\$ 83.599,99			
Material Permanente Nacional			
Especificação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Fotocélulas	Não informado	R\$ 20.200,00	R\$ 20.200,00
Valor Total: R\$ 20.200,00			
Custos Operacionais			
Especificação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Não especificado	21	R\$ 1.519,26	R\$ 31.904,46
Valor Total: R\$ 31.904,46			

Fonte: Elaboração própria com base em (UFMS, 2022k).

Com relação às outras categorias de gastos, as passagens aéreas e as diárias não foram utilizadas, isso pode ser explicado devido ao fato do curso de formação ter sido realizado de maneira remota e não presencial como tinha sido inicialmente planejado. As despesas acessórias, constam apenas no Planejamento Orçamentário, enquanto que no Extrato do projeto, está detalhada a categoria "Custos Operacionais", que não estava descrito inicialmente no Planejamento Orçamentário. Nessa nova categoria, foi identificada uma quantidade de 21 parcelas efetuadas que correspondem aos 21 meses de funcionamento previsto para o PAF-UFMS.

3.5 Estrutura institucional

As atividades do NVFF do convênio PAF-UFMS foram planejadas para serem desenvolvidas nas dependências do Curso de Educação Física, lotado na Faculdade de Educação da UFMS. O curso de Educação Física (FAED/UFMS) possui um campo oficial para a prática de futebol, um campo society e uma quadra aberta para a prática de futsal. O programa também pode utilizar salas de aula, duas quadras poliesportivas e uma caixa/quadra de areia (UFMS, 2022b).

Apesar da universidade ter estrutura física necessária para a implementação do NVFF, o espaço físico foi considerado um ponto fraco devido à qualidade do espaço e à quantidade limitada de quadras e campos esportivos:

Nós tínhamos o moreninho¹⁷, tínhamos as quadrinhas¹⁸ ali de baixo [...] Nós perdemos uma quadra [ginásio coberto foi transformado de academia escola] e outra quadra a gente tem que dividir com mais coisas, projetos e mais esportes [...] Isso nos torna bastante limitados em termos de espaço.[...] só temos o estádio e a quadrinha de baixo que tem várias restrições, principalmente em dias de chuva, pois é impossível ter aulas e dias de chuva, mesmo as quadras sendo cobertas, devido ao telhado e a tinta da quadra. então é impraticável devido ao risco a saúde¹⁹

Então, a infraestrutura [infraestrutura esportiva da UFMS] está meio precarizada, assim, aqui. Acho que precisa melhorar para atender projetos como esse, ia ter problema com o professor que ia dar aula, problema com a atleta que treina, porque tem o pessoal da atlética que quer treinar, tem o pessoal que quer dar aula. Então, eu vejo, assim, infraestrutura para futebol, é ruim. Porque ela de certa forma, não suportaria justamente uma quantidade grande de projetos de extensão que professores conduzem. Ela até atende disciplina, essas coisas, mas aí na hora que envolve disciplina, projetos, atlética, tudo para um ginásio, não atende. Você tem dificuldade de atender um projeto com 150 beneficiários, que é o que pede para atender 150 crianças no programa, é muita coisa você atender 150 crianças num ginásio só, se for só futebol, por exemplo, é muito pouco. Você atender 150 não consegue, não tem como dar conta. E aí, que eu falei, bate com aula, bate com treino, bate com outros projetos, aí fica mais difícil mesmo²⁰

Figura 15. Estádio Pedro Pedrossian (Morenã).

¹⁷ Principal ginásio esportivo da UFMS, oficialmente denominado “Ginásio Esportivo Eric Tinoco Marques”.

¹⁸ Conjunto de quadras poliesportivas da UFMS.

¹⁹ Entrevista com o coordenador B.

²⁰ Entrevista com o coordenador A.



Fonte: Elaboração própria com base em (UFMS, 2020a).

Figura 16. Ginásio Moreninho.



Fonte: Elaboração própria com base em (UFMS, 2020a).

Figura 17. Quadras abertas.



Fonte: Elaboração própria com base em (UFMS, 2020a).

Com relação ao campo de futebol, as maiores dificuldades mencionadas foram as demandas e a alta utilização deste espaço pela própria universidade, visto que o mesmo se constitui como o local capaz de acomodar o maior número de pessoas na universidade (45.000) e ideal para a realização de eventos e cerimônias. Foi relatado a preocupação com a possibilidade de perda de aula dos beneficiários e/ou a realização delas em locais improvisados:

Nós temos o morenã²¹, mas o morenã, nosso estádio é utilizado para vários eventos aqui da universidade, então a gente já sabe que vão ter momentos que não teremos o morenã, então a gente vai ter que ver de certa forma se vamos precisar fazer certas mudanças no Plano de Trabalho Dessa forma, precisávamos prover o futebol em outros lugares seja numa quadra de areia pequena, seja num gramado²².

Em relação às quadras poliesportivas, o desafio é a alta procura desses espaços pelos dois cursos de Educação Física da universidade para a realização de aulas práticas em disciplinas e um número elevado de projetos de ensino, pesquisa e extensão que desenvolvem suas ações nesses locais. Vale ressaltar que as quadras abertas são interdidas para eventos acadêmicos da instituição:

Enquanto que nas quadras o futsal teria as maiores dificuldades, vários outros projetos que tem aqui com fomento externo, temos os dois academia e futebol, temos projeto incluir pelo esporte, pst, pst universitário, que tudo demanda de horário por um único espaço que a gente tem, além das nossas aulas que a quadra provém [...] a disciplina de futebol né, a

²¹ Estádio Universitário Pedro Pedrossian.

²² Entrevista com o coordenador B.

disciplina de handebol e a disciplina de basquete. Por mais que a gente tenha elas num período só no ano, em certos períodos vão ter duas disciplinas, ocupando esses horários com aulas. Então isso aí cria um fator limitador das turmas²³.

O espaço físico da universidade também é um fator de preocupação no que diz respeito ao cumprimento do planejamento do núcleo. Foi relatado o receio de não atender as ações propostas:

Com toda a realidade, com todo o contexto que temos (dois projetos do mesmo ideal, de projeto do academia e futebol, temos outros dois três ou quatro que utilizam o mesmo espaço) além da prioridade do tripé da universidade do ensino. O ensino e a extensão, os dois estão competindo pelo mesmo espaço. Então essa dificuldade estrutural é bem grande e a gente chega a pensar "eu vou conseguir prover tudo isso com todas as coisas"? "Como que eu vou conseguir isso"? "Realmente tudo que estava no plano vai ser conseguido ou vou ter que mudar o plano devido à estrutura física de pouco espaço"? Além dos outros pontos que eu coloquei e que em alguns momentos a gente vai saber que infelizmente vão ter situações em que eu não vou conseguir prover, uma aula que eu não vou dar porque tem um evento na universidade que vai utilizar o campo vai ser um aula que eu vou perder porque vai vir uma época de chuva e de repente eu vou perder várias aulas devido à infraestrutura que não tem suporte para chuva [...] são as dificuldades que a gente tem da estrutura da universidade.²⁴

3.6 Agentes/recursos humanos

No PAF-UFMS são quatro profissionais que atuaram diretamente na implementação do programa (coordenador, professor de Educação Física e dois monitores acadêmicos de Educação Física), o que está alinhado com as diretrizes do PAF. No entanto, o Plano de Trabalho e o projeto não especificam a função dos monitores, os mesmos participam de todas as dimensões do programa (NVFF, CEEFF e evento de formação) e executam funções de ensino, pesquisa e extensão (UFMS, 2022b; UFMS, 2022d).

Essa composição dos profissionais se encontra diferente do que está previsto nas diretrizes, que especifica a função dos monitores apenas no aspecto quantitativo destinando um para o NVFF e o outro para o CEEFF. Ou seja, um ficaria responsável por colaborar com o professor nas aulas, enquanto que o outro ficaria a cargo do desenvolvimento de pesquisas e produtos acadêmicos. Se levarmos em conta o tripé universitário composto por ensino, pesquisa e extensão, podemos constatar que um agente se envolve com ações de extensão e outro de

²³ Entrevista com o coordenador B.

²⁴ Entrevista com o coordenador B.

pesquisa. O PAF UFMS optou por dois bolsistas de extensão no Plano de Trabalho (BRASIL, 2020a).

O processo de escolha dos agentes do PAF-UFMS ocorreu em diferentes momentos. Inicialmente houve a seleção de dois bolsistas para atuarem no programa, ainda em 2020, no entanto, devido à paralisação do programa, os mesmos não puderam participar das atividades e com a retomada do PAF, em 2022, um dos bolsistas já havia se formado e não tinha mais vínculo com a universidade. Dessa forma, foi chamado o terceiro colocado do processo seletivo. No total, haviam dois aprovados e dois em cadastro reserva. A quarta colocada também já tinha se formado (UFMS, 2022a). O processo de seleção dos monitores aconteceu por meio do edital de N° 302/2020 - PROECE/UFMS publicado em 22 de dezembro de 2020. O certame estabeleceu a seleção de dois bolsistas de extensão (discente de graduação dos cursos de Educação Física Bacharelado ou Licenciatura da UFMS) para atuação no programa. O tempo de vigência das bolsas é de 21 meses, iniciado em abril de 2021 (efetivado apenas em agosto de 2022). O valor mensal das bolsas está estipulado em R\$ 600,00 (seiscentos reais). A elaboração do presente edital tem como referência as diretrizes do PAF, que está alinhada no que diz respeito ao tempo de vigência da bolsa. Por um lado, os 21 meses garantiram a participação dos bolsistas em quase todo o tempo de vigência do convênio, mas por outro, os impede de participar do processo de estruturação que ocorre nos primeiros três meses. Com relação ao valor da bolsa, trata-se de uma quantia estipulada anteriormente pelo Plano de Trabalho e superior ao previsto nas diretrizes do PAF de 2020, que foi reduzido para R\$ 400,00 (quatrocentos reais) (BRASIL 2020a; UFMS, 2020d; UFMS, 2022d).

Dentre os requisitos para os participantes estão: 1) Ser acadêmico regularmente matriculado nos cursos de Educação Física no Campus de Campo Grande pela UFMS; 2) Possuir disponibilidade para execução das atividades em 20 horas semanais. Constituem obrigações do bolsista aprovados: a) participar das reuniões de extensão promovidas pela coordenação; b) atender à sistemática de acompanhamento e avaliação estabelecida pelo orientador da Ação de Extensão; c) elaborar, em conjunto com o orientador, Relatório Final, que expressa as atividades desenvolvidas; d) encaminhar no final da vigência da Bolsa Relatório final de todas as etapas realizadas à CEX/PROECE (UFMS, 2020d). O edital foi finalizado no dia

02 de março de 2021 com a homologação do resultado final, mas a chamada para atuação só ocorreu em agosto de 2022.

Houve a necessidade de substituição dos dois monitores durante o tempo de vigência do convênio por meio de um novo edital. Esse processo não ocorreu de maneira interna no programa, a seleção dos novos monitores ocorreu por meio do Edital N.º 1/2022 - PROECE/UFMS. Trata-se de um edital voltado para a seleção de bolsistas para vários projetos de extensão da UFMS de ações com fomento previamente aprovado (caso do PAF). A avaliação ocorreu por meio da análise do Plano de Trabalho desenvolvido pelo bolsista (UFMS, 2022h). O resultado se deu no dia 07/10/2022, com a aprovação de um bolsista para atuação imediata no programa e de um suplente, que foi convocado em dezembro de 2022 para iniciar como monitor em janeiro de 2023 (UFMS, 2022i).

O processo de seleção do professor de Educação Física ocorreu, em 2022, por meio do edital N° 168/2022- PROECE/UFMS-FAPEC. A carga horária prevista de trabalho é de 20 horas semanalmente, distribuídas da seguinte forma: 1) 18 horas para o desenvolvimento das aulas; 2) 2 horas para o planejamento. As atribuições exigidas para a função são: a) participação nas reuniões de bolsistas de extensão promovidas pela coordenação do Projeto; b) se submeter à sistemática de acompanhamento e avaliação estabelecida pelo coordenador; c) elaborar, em conjunto com o coordenador, os relatórios mensais e semestrais. O valor de cada bolsa é de R\$ 1.350,00 (dois mil e duzentos reais) mensal, com vigência de 21 meses. Os requisitos para atuação são: ser graduado em Educação Física ou Esportes; experiência no desenvolvimento de projetos esportivos e conhecimentos técnicos sobre processo ensino-aprendizagem de esportes e futebol; disponibilidade de 20 horas semanais com as atividades do programa; apresentação mensalmente do planejamento das atividades que serão desenvolvidas no mês subsequente; apresentação semestral dos relatórios parciais, com dados relativos às avaliações junto aos participantes e registro em fotos das atividades desenvolvidas; elaboração em conjunto com o coordenador, o relatório final (UFMS, 2022e). O resultado final da seleção ocorreu no dia 07 de julho de 2022 e a chamada ocorreu em agosto de 2022 (UFMS, 2022g). Vale ressaltar que entre o Plano de Trabalho de 2019 e o Plano de Trabalho de 2022 ocorreu a troca de função em atendimento às diretrizes de 2020. Era previsto um vice-coordenador e foi substituído por um professor de Educação Física. Assim como ocorreu com o pagamento dos monitores, existe uma

diferença em relação às diretrizes, que tem a previsão de R\$ 1.500,00, mas na época de aprovação do convênio foi previsto de R\$ 1.350,00.

O processo de seleção dos agentes foi similar, o tempo de vigência da bolsa foi o mesmo e existe semelhança nas atribuições e carga horária de trabalho. No entanto, devido à suspensão das atividades do núcleo em decorrência da pandemia da Covid-19, a seleção do professor e monitores ocorreu em períodos distantes um do outro, além do fato dos selecionados não terem participado do primeiro ano do convênio (2020), por mais que não fosse possível implementar o NVFF e o CEEFF, ocorreu o evento de formação (I Seminário de Futebol/Futsal e Performance - UFMS) que é parte importante do PAF e se constitui um dos três eixos de atuação do programa. Outro ponto importante a ser destacado é o fato dos dois editais de seleção concederem ênfase nas atribuições e tarefas relativas ao NVFF e não ao CEEFF. Dessa forma, é possível perceber que por mais que o PAF atue com base em três dimensões (NVFF, CEEFF e o evento de formação), no momento de execução e materialização da proposta, as exigências para implementação do NVFF se sobrepõem em relação às outras duas. Ou seja, por mais que se idealize uma proposta de atuação em três eixos, isso não significa necessariamente que todos os profissionais envolvidos terão o mesmo protagonismo ou que o tempo e os recursos exigidos para a sua implementação sejam os mesmos.

3.7 Processo de implantação, desafios e as ações executadas

Ao analisarmos as características da proposta de implementação do PAF na UFMS, observamos que as mesmas estão alinhadas com as diretrizes estabelecidas. No entanto, devido às características do Plano de Trabalho do PAF, algumas especificidades em relação ao núcleo da UFMS foram estabelecidas como as modalidades esportivas ofertadas, a composição das turmas do NVFF, os objetivos traçados para o CEEFF e o evento de formação (UFMS, 2020b).

É importante frisar que esse planejamento foi pensado, em 2019, para ser desenvolvido no ano de 2020 como mencionado pelos coordenadores:

Dentro desses pontos, esse foi o planejado que começou no final de 2019 início de 2020, quando foi aprovado tudo e ia começar o processo final e a gente poder implementar, veio a pandemia. Veio também todas as consequências econômicas da pandemia, além das físicas, então paramos e não tinha como a gente continuar. Aí a estratégia foi realizar dentro do Plano de Trabalho pelo menos um evento de formação.²⁵

²⁵ Entrevista com o coordenador B.

Eu peguei o programa, em 2019, meu planejamento ia começar em março [2020] e aí a gente estava encaminhado o projeto de novo, a gente teve um problema de prazo, não me lembro exatamente as datas corretas, mas eu lembro que a gente não conseguia começar o planejamento, em março, a gente tinha que começar a execução acho que em maio ou junho, se eu não me engano, tinha essa burocracia toda para aprovar o projeto. E a gente teria de março, abril e maio para planejar, fazer o cartaz de divulgação, essas coisas, e em junho começar as aulas. Então, quando a gente ia começar, a gente já estava planejando, já ia fazer busca de bolsista, também as compras dos materiais, a gente ia fazer tudo, quando veio a pandemia. A gente pensou no início que ia ser 6 meses, nem 6 meses, foi indo, foi indo, foi indo, daí eu falei, bom, então vamos fazer pelo menos o seminário. Eu e o coordenador B junto com a universidade, também tínhamos uma verba para evento digital, aí a gente organizou o seminário de futebol e de futsal. Nós realizamos o seminário online, porque a pandemia permitiu isso. Porque na verdade os seminários seriam presenciais, e a gente acabou fazendo ele online. Então assim, enquanto eu estive, a única parte do projeto que a gente executou foi basicamente isso.²⁶

No entanto, como destacado, a crise sanitária em decorrência da pandemia da Covid-19 impediu o processo de execução do NVFF. Diante desse contexto, o programa ficou suspenso por dois anos, o que acarretou em uma reorganização do projeto. Dessa forma, a pandemia da Covid-19 impediu a realização de duas das três dimensões do PAF, o NVFF e do CEEFF, o que suspendeu o projeto quase por completo. Contudo, segundo o Relatório Parcial que descreve as atividades executadas e a fala dos coordenadores, houve a realização de maneira remota do curso de formação para os alunos, treinadores e profissionais envolvidos com a área de estudos do Futebol e Futsal no formato de seminário (UFMS, 2022a).

Com a realização do evento de formação e a suspensão das outras atividades, o projeto precisou passar por algumas alterações e reformulações, em 2022, com troca de dois coordenadores no período. Ao compararmos os planos de trabalho, houve alterações dos agentes/recursos humanos do programa. Anteriormente a estrutura era composta por um coordenador, um vice-coordenador e dois monitores (alunos de graduação). A nova estrutura do programa está composta por um novo coordenador, um professor e dois monitores, em atendimento às novas diretrizes do PAF. Outra alteração identificada está relacionada ao desenvolvimento das pesquisas, com o novo coordenador, o eixo temático das pesquisas foi ampliado e passou a contar com outros grupos de pesquisas envolvidos, bem como as metas quantitativas anteriormente previstas não estão mais presentes. Foi constatada

²⁶ Entrevista com o coordenador A.

também alterações no que diz respeito à oferta de prática do futebol e futsal por meio do NVFF. A estruturação das turmas (faixa etária, modalidades e sexo) se mantiveram como estava anteriormente previsto, no entanto, houve diminuição do número de turmas (UFMS, 2020a; UFMS, 2022b). Essas alterações foram explicadas pelo Coordenador C responsável por executá-las:

[...] À minha entrada, ela coincide com o fim do término do convênio e a necessidade de pedir uma prorrogação de prazo. Eu entrei nos últimos meses e identifiquei com relação ao planejamento que eles fizeram e cumpriram uma das três metas que eles colocaram, que seria o curso de formação [...] Eu tive que refazer um novo planejamento e adaptar algumas questões, por exemplo, entre o que foi previsto e o que foi implementado do primeiro plano de trabalho do primeiro coordenador, que previa seis turmas. Esse é um primeiro elemento, no entanto, as diretrizes que foram estabelecidas após a contemplação desse primeiro convênio ela deixava em aberto e aí tinha uma previsão de seis turmas e por conta do atendimento às diretrizes e pela ausência dos espaços e equipamentos esportivos da instituição a gente decidiu contemplar o mínimo com quatro turmas e teve a exclusão de duas turmas [...] No entanto, a maioria dos itens previstos como o curso, o seminário e a compra dos materiais nós não tivemos alterações.

Além desses elementos que foram mencionados, o atual coordenador do PAF-UFMS, também destaca as mudanças no processo de avaliação do convênio, além das expectativas e dos impactos sociais esperados:

[...] A gente vai aplicar questionários de avaliação no início do próximo semestre para avaliar principalmente esse primeiro semestre de implementação, que foram poucos meses para tentar melhorar no segundo semestre.[...] Vai ser completa para o professor, os monitores e principalmente para os beneficiários. Em relação aos professores e monitores eles vão avaliar os aspectos mais relacionados ao programa e os beneficiários, analisar a qualidade da metodologia utilizada, os horários entre as aulas, a estrutura e outros aspectos importantes da avaliação da política pública.[...] A intenção é o crescimento e o desenvolvimento do futebol e futsal no estado de Mato Grosso do Sul. Além disso, buscar garantir o acesso ao direito ao esporte para crianças e adolescentes. Todas essas ações de formação, elas buscam um ensino da modalidade futebol e futsal que se preocupa também com os aspectos da formação cidadã, esportiva e social do sujeito que está presente ali. A gente tenta passar uma ideia de que o programa não é uma dádiva, mas sim um direito e vem recursos. Então quando eu converso com os pais, eu sempre passo que trata-se de um programa do Governo Federal que tem recurso para esses professores e monitores estarem ali para garantir o direito ao esporte de crianças e adolescentes aqui na comunidade.²⁷

Houve a alteração do cronograma do convênio e o novo prazo prevê a execução das atividades até o ano de 2024. As principais justificativas apresentadas para a prorrogação do prazo foram às ações já ocorridas durante a pandemia como a compra de material de consumo e tratativas para compras de materiais

²⁷ Entrevista com o coordenador C.

permanentes, a realização do I Seminário de Futebol/Futsal e Performance - UFMS, seleção dos monitores que atuariam no projeto diretamente nas aulas de extensão para quando iniciasse o atendimento a crianças e adolescentes e a substituição do coordenador proponente inicial do convênio (UFMS, 2022c).

A perspectiva para o seguimento do projeto com a flexibilização das medidas sanitárias prevê a instalação do CVFF, para atender 150 crianças e adolescentes, orientação do professor e monitores no processo de ensino e pesquisa do Futebol e Futsal e avaliação periódica do convênio como um todo, o que envolve professor, monitores e os beneficiários (UFMS, 2022a; UFMS 2022b). A seguir será detalhado as principais ações executadas nas três dimensões do programa.

3.7.1 Cursos e eventos de formação

O curso de formação foi a primeira grande iniciativa do núcleo, foi realizado em forma de Seminário intitulado "I Seminário de Futebol/Futsal e Performance - UFMS" e ocorreu nos dias 04, 05 e 06 de novembro de 2020 (UFMS, 2022a). A possibilidade de realizar o seminário de maneira remota foi vista como uma oportunidade de oferecer formação para alunos e profissionais da Educação Física. Foi destacado também o papel institucional e o suporte importante desempenhado pela UFMS para a realização do evento:

Então, o start inicial foi o edital interno da UFMS com possibilidade de estímulo e fomento a realização do Seminário. [...] Surgiu a possibilidade de um edital interno da UFMS para congressos online, o coordenador A que ainda estava como professor nosso, e como coordenador, ele me ligou e a gente se comunicou falando: "pô, vamos tentar? Vamos! Vamos ver o que precisa e tal". [...] E fomos vendo as possibilidades entre professores amigos e dentro dessas possibilidades com esse start inicial do edital interno da UFMS que nos deu bolsista, tivemos três bolsistas via edital da UFMS, foram dois ou três meses que nos ajudaram com divulgação. Nós fizemos o instagram, processo de coletar dados para fazer inscrição análise de quem acompanhou os eventos e os dias que foram três de evento e para o certificado final que foi via o contexto da UFMS que nos ajudou nesse ponto aí.²⁸

O evento teve uma carga horária total de 10 horas composta por cinco palestras e duas mesas redondas com a participação de oito palestrantes de diversas regiões do país. O evento contou com a participação de 150 pessoas cadastradas e certificadas, além de mais 2000 visualizações somados os três dias do evento com participação de professores de outras instituições parceiras (UFMS,

²⁸ Entrevista com o coordenador B.

2022c). O processo de escolha dos temas e dos palestrantes refletiu o objetivo de oferecer uma formação ampla sobre a temática do futebol, o que pode fortalecer o intercâmbio entre professores e pesquisadores da área:

Nossas metas no plano, uma delas prover uma forma de educação mais ampliada para pessoas fora da universidade daria para fazer neste ponto trazer pessoas de diferentes locais né com diferentes visões, tudo e criar mais comunicações, também foi excelente conhecer pessoas mesmo online, me permitiu conhecer bastante pessoas [...] Dentro de temas e temáticas dos professores que participaram, com a gente, ressaltamos os pontos diferentes e conexões diferentes para trazer o máximo possível de variação de temas. Então a gente não quis focar num tema só, por exemplo, eu e o coordenador A somos de uma linha mais voltada para o desempenho e quantitativa, mas demos uma abrangência maior já que estava online para mais pessoas verem. Então a gente foi conversar com esses professores de norte a sul, literalmente, de outros estados, situações e contextos. Tivemos o futebol feminino também, trouxemos pessoas que dentro do futebol tem grande nome em suas regiões e que nos dessem diferentes perspectivas na maior amplitude que a gente queria para o futebol e pensamos para o núcleo expandir isso aí. Não queiramos ficar só no treinamento ou só na fisiologia. Então foi bem nessa ideia e com isso a gente teve um número alto de visualizações é algo que está até hoje aberto no youtube e muitos podem ver. Nós concedemos certificados para pessoas que viram os três dias e responderam tudo e fizeram o preenchimento correto, a gente atingiu 150 pessoas que era a nossa ideia no plano prévio antes da pandemia e tudo mais. Esse era o plano de atingir com alguns eventos presenciais. Tivemos senão me engano, com visualizações de fora do país, a gente teve pessoas próximas daqui como o Paraguai e outras que vão criando contatos com professores que conhecem e permitiram um alcance bem maior e gostamos do que foi alcançado.²⁹

As palestras que compuseram a formação, bem como as respectivas temáticas podem ser observadas no Quadro 11.

Quadro 11. Palestras ministradas no I Seminário de Futebol/Futsal e Performance – UFMS.

PALESTRA	TEMÁTICA
Formação de treinadores e treinadoras no futebol feminino	Futebol feminino
Futebol feminino e as possibilidades e dificuldades da mulher na comissão técnica de futebol	Futebol feminino
Treino com jogos no futebol e no futsal	Treinamento esportivo
Sistematização de conteúdos no processo formativo de jogadores (as) de futebol	Treinamento esportivo
Desenvolvimento dos aspectos físicos do futebol	Treinamento esportivo

²⁹ Entrevista com o coordenador B.

Desenvolvimento dos aspectos técnicos e táticos do futebol	Treinamento esportivo
--	-----------------------

Fonte: Elaboração própria com base na divulgação realizada pelos organizadores do evento (UFMS, 2022c). <https://www.youtube.com/@iseminariodefutebolfutsale2047>

Apesar da meta com relação ao curso de formação já ter sido cumprida pelo convênio, não está descartada a possibilidade de novos cursos, visto que ainda existe orçamento para a realização de novos eventos, o que pode ser realizado de maneira presencial:

Então, existe na previsão orçamentária ainda diárias e passagens para realização de cursos mais específicos que envolveria a contratação de um professor para trazer aqui para oficinas. Ainda não foi decidido sobre esse curso mas existe uma perspectiva futura de trazer professores de outros estados e locais para ministrar cursos para os monitores, professores e também de uma forma geral abrir para os acadêmicos dos cursos de Educação Física. Provavelmente acontecerá no primeiro semestre de 2023 esses cursos que a gente pretende realizar.³⁰

3.7.2 Núcleo de Vivência Futebol e Futsal (NVFF)

O NVFF como mostrado no planejamento, foi pensado para funcionar com seis turmas em diferentes dias e horários, ao atender crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos. A divisão por faixa etária foi elaborada a partir da referência do desenvolvimento físico dos beneficiários:

A gente pensou devido meio que uma característica do que não se tem muito aqui na universidade, então aqui nós professores temos uma equipe de competição como a de futsal aqui. Então a gente estava pensando em um grupo fora disso e propôs para desenvolver o futebol e dar oportunidade para crianças e adolescentes participarem.[...] Pensamos em dividir por idades numa maneira clássica, de certas idades, a gente colocar misto onde a influência física ainda não seja tão grande para eles terem uma mistura sem divisão por sexo, aí ao iniciar a puberdade, a gente começa a fazer a divisão para que todos possam aproveitar e de certa maneira pensamos assim a divisão inicialmente e dividindo de uma maneira igualitária de horários, campo e quadra, futebol e futsal, pensando também no fator clima em relação ao sol e colocar num horário mais tranquilo pela manhã e ao final da manhã e início da tarde vamos para um lugar coberto para sofrer menos.³¹

A infraestrutura da universidade também foi um fator determinante com relação a definição das modalidades (futebol e futsal), e a quantidade de turmas possíveis de serem implementadas:

Bom, primeiro eu pensei em executar futebol masculino e feminino. E a ideia era tentar pegar um contraturno de aula, no entanto, a gente tem problema de turmas em horários mais para o final da tarde, o planejamento

³⁰ Entrevista com o coordenador C.

³¹ Entrevista com o coordenador B.

inicial, tínhamos projetado algumas turmas de manhã e de tarde, pensando que alunos que estudassem a tarde poderiam ir de manhã, e aqueles que estudassem de manhã poderiam ir à tarde. Mas a gente já fez um pouco mais para o final da tarde pensando no calor.[...] E aí, teria que analisar onde que seriam essas aulas. E aí, a gente começou a ver as possibilidades. Por exemplo, a gente sabe que o Morenã é muito demandado [...] a gente pensou assim, vamos fazer aula de manhã, a gente faz no Morenã. Porque de manhã geralmente tem aula do curso aqui e nós também tentamos pegar os horários do final da tarde, às cinco, seis horas da tarde para fazer as aulas no Moreninho [...] e turmas de futsal também.³²

O relatório parcial mostrou que esse planejamento não pode ser mantido e que alterações tiveram que ser realizadas para o funcionamento do programa. O Quadro 12 expõe a composição das turmas com o NVFF em funcionamento. As aulas contam principalmente com a presença do professor de Educação Física, o auxílio dos monitores e a supervisão do coordenador:

Funciona da seguinte forma: eu faço a coordenação do grupo, um professor foi contratado e tem dois monitores que também foram contratados. Então as atividades são guiadas principalmente pelo professor, com acompanhamento dos monitores esportivos e eu fico mais com a coordenação do projeto, o acompanhamento. Então eu faço as visitas com frequência nessas atividades, eu faço também os relatórios e a divulgação dessas atividades no decorrer da semana.³³

Quadro 12. Composição das turmas do NVFF do PAF-UFMS com base no relatório parcial.

TURMA	MODALIDADE	FAIXA ETÁRIA	COMPOSIÇÃO
T1	Futsal	7-09	Mista
T2	Futsal	10-13	Mista
T3	Futebol	14-17	Mista
T4	Futebol	14-17	Mista

Fonte: Elaboração própria com base em (UFMS, 2022f).

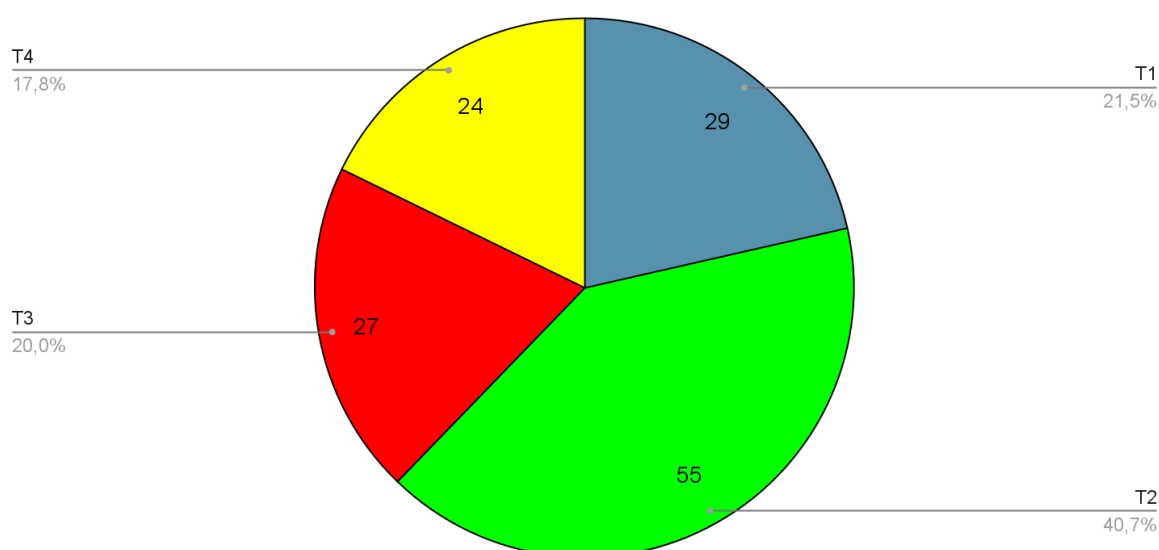
Ao analisarmos a composição atual das turmas, percebemos que houve a extinção de duas delas (futsal), no entanto, não houve alteração da faixa etária de beneficiários, visto que as turmas excluídas são idênticas às duas primeiras descritas no Quadro 12. A alta demanda especialmente pelas quadras poliesportivas que atendem prioritariamente às disciplinas dos cursos de Educação Física, os projetos de extensão e as associações atléticas de diversos cursos pode ter sido um fator determinante para a redução dessas turmas.

³² Entrevista com o coordenador A.

³³ Entrevista com o coordenador C.

As aulas começaram a ser ministradas no mês de agosto de 2022 com previsão de atendimento até abril de 2024. A distribuição das turmas deve ser realizada de modo a atender até 150 beneficiários. Dessa forma, cada uma das quatro turmas pode ter um máximo de 37 alunos sem levar em consideração algumas questões como remanejamento de turma, as especificidades de cada modalidade (futebol/futsal) e espaço físico (campo/quadra). Passados quatro meses de funcionamento do NVFF, a quantidade de beneficiários inscritos por turma pode ser visualizada no Gráfico 4.

Gráfico 4. Distribuição das turmas do NVFF.



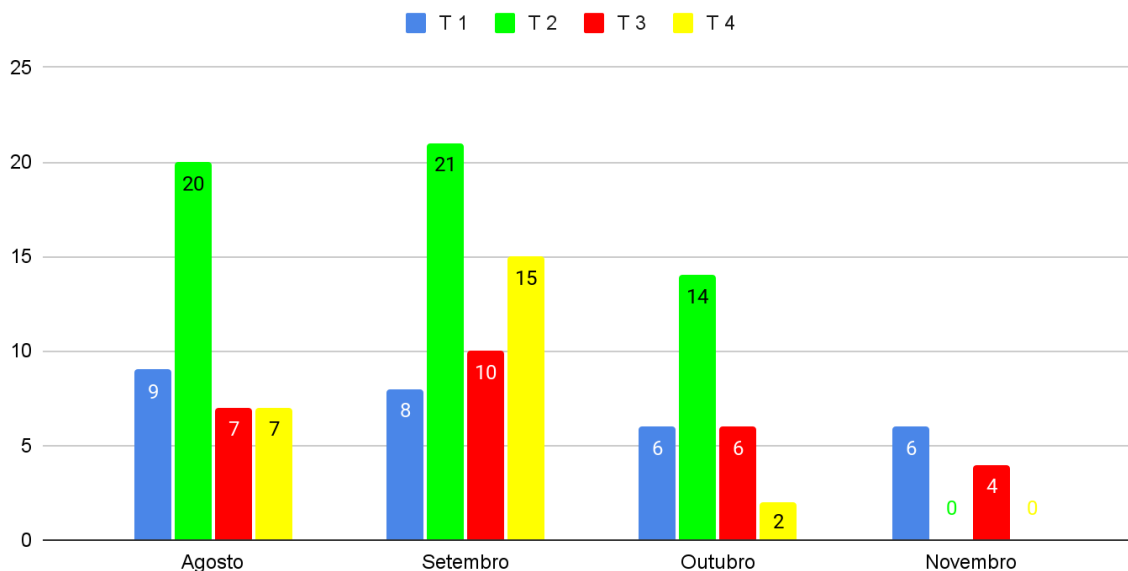
Fonte: Elaboração própria com base em (UFMS, 2022j).

Nos primeiros quatro meses de atendimento, o NVFF realizou um total de 135 inscrições, o que atingiu praticamente a meta de beneficiários. Dessa forma, falta a participação de mais 15 beneficiários até o final de vigência do convênio. É possível observar uma distribuição relativamente equitativa entre as turmas, exceção feita a T2, que possui o maior número de beneficiários matriculados, cerca de 40,7% do total de inscritos. A segunda turma com maior número de inscritos é a T1, com 21,5% do total, seguida pela T3 com 20% e T4 com 17,8%. Com essa quantidade de matrículas realizadas e tendo como referência o valor das bolsas dos monitores, professor e do coordenador, o custo por beneficiário fica em torno de R\$ 35,92.

O número de matrículas efetuadas a cada mês e o crescimento das turmas aponta que houve um esforço de divulgação por parte da equipe do PAF-UFMS e

como resposta, foi constatado uma procura intensa por parte dos beneficiários nos primeiros três meses de funcionamento do NVFF como é possível observar no Gráfico 5.

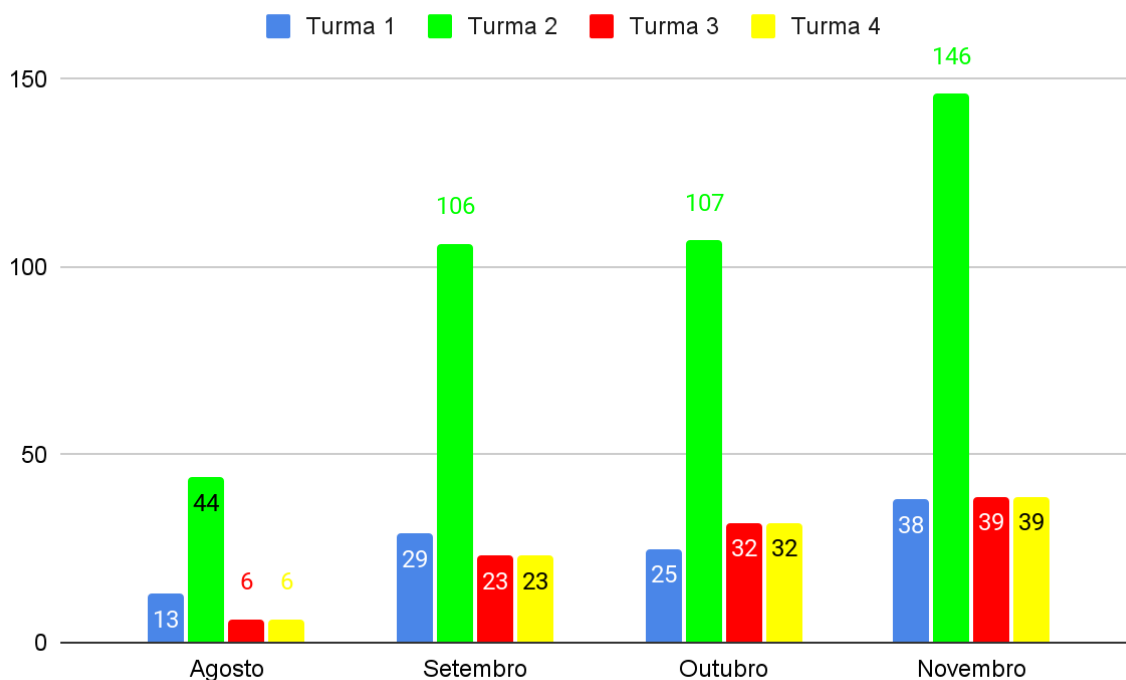
Gráfico 5. Quantidade de inscrições realizadas por turma nos primeiros quatro meses de funcionamento.



Fonte: Elaboração própria com base em (UFMS, 2022j).

Com o programa funcionando a quatro meses, é possível também quantificar o número de atendimentos que já foram realizados nesse período. Seguindo a tendência de ser a turma com o maior número de inscrições realizadas e com o maior número de beneficiários, a Turma 2 teve uma quantidade elevada de atendimentos realizados. As outras turmas, apresentaram números mais modestos e muito similares entre si durante os quatro meses, como mostra o Gráfico 6.

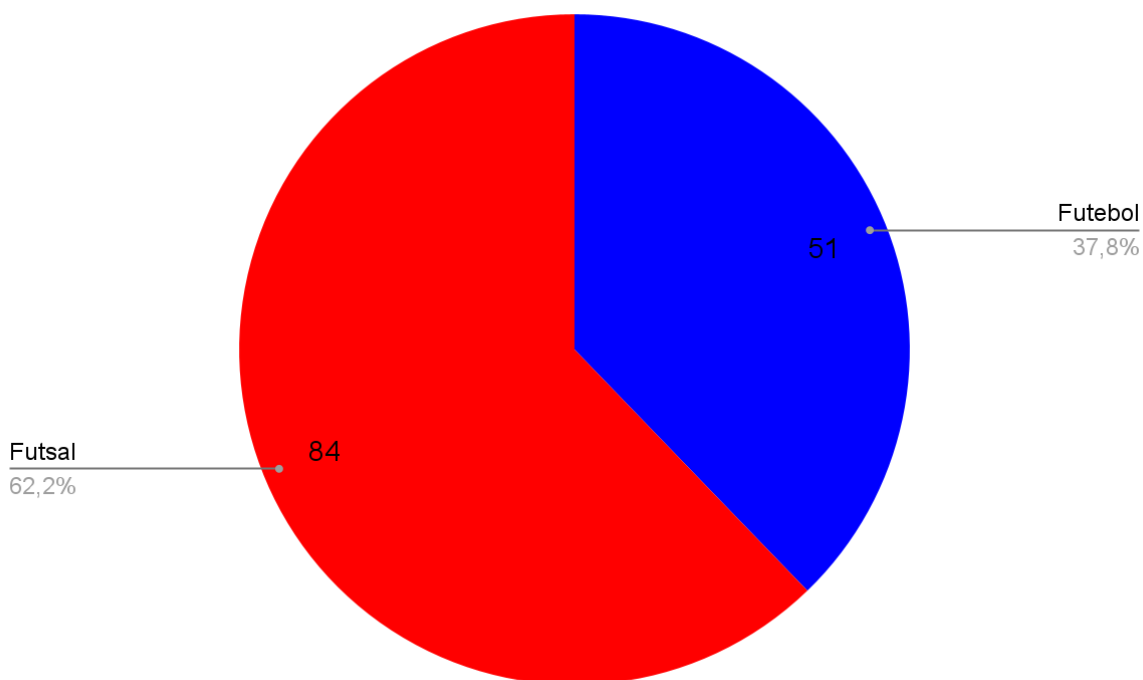
Gráfico 6. Quantidade de atendimentos realizados por turma.



Fonte: Elaboração própria com base em (UFMS, 2022j).

Ao nos atentarmos às modalidades esportivas escolhidas pelos beneficiários, foi constatado uma maior procura pelo futsal com um número de 84 beneficiários, cerca de 62,2% do total, em comparação com o futebol, que com duas turmas alcançou 51 alunos, 37,8% do total de acordo com o Gráfico 7.

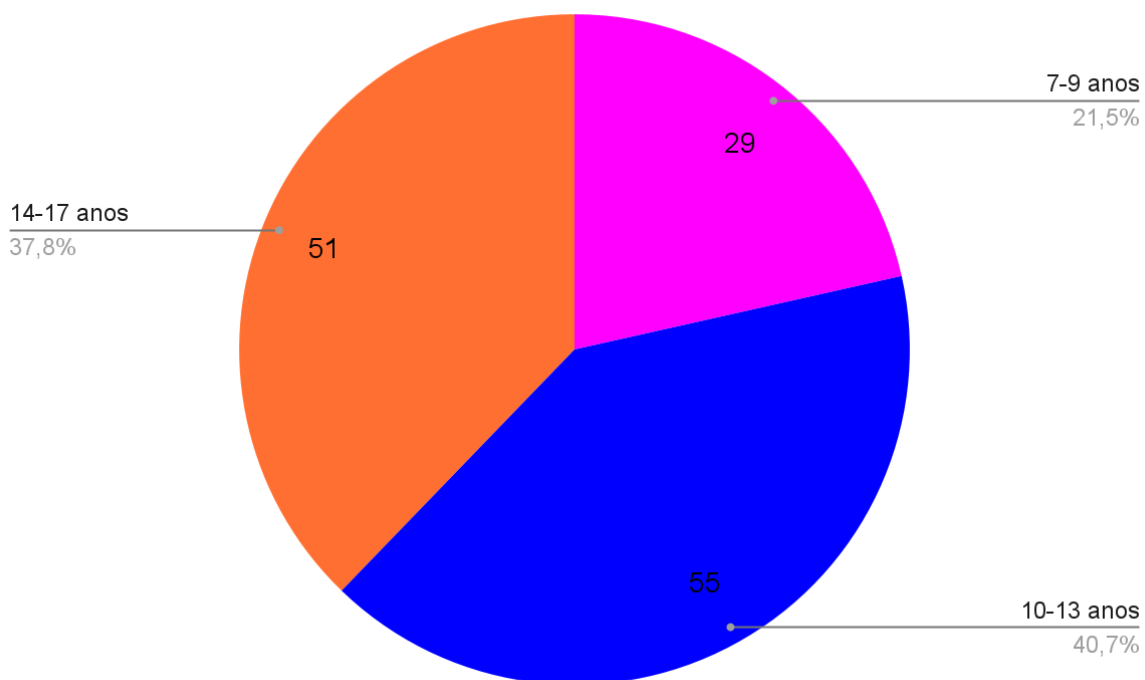
Gráfico 7. Quantidade de beneficiários por modalidade.



Fonte: Elaboração própria com base em (UFMS, 2022j).

Ao analisar o perfil dos beneficiários, especificamente em relação a distribuição dos alunos por faixa etária, foi constatado que a maior parte dos inscritos têm idade entre 10-13 anos (40,7%), seguido dos alunos entre 14 e 17 anos (37,8%) e por último, os alunos mais novos que possuem 7-9 anos (21,5%).

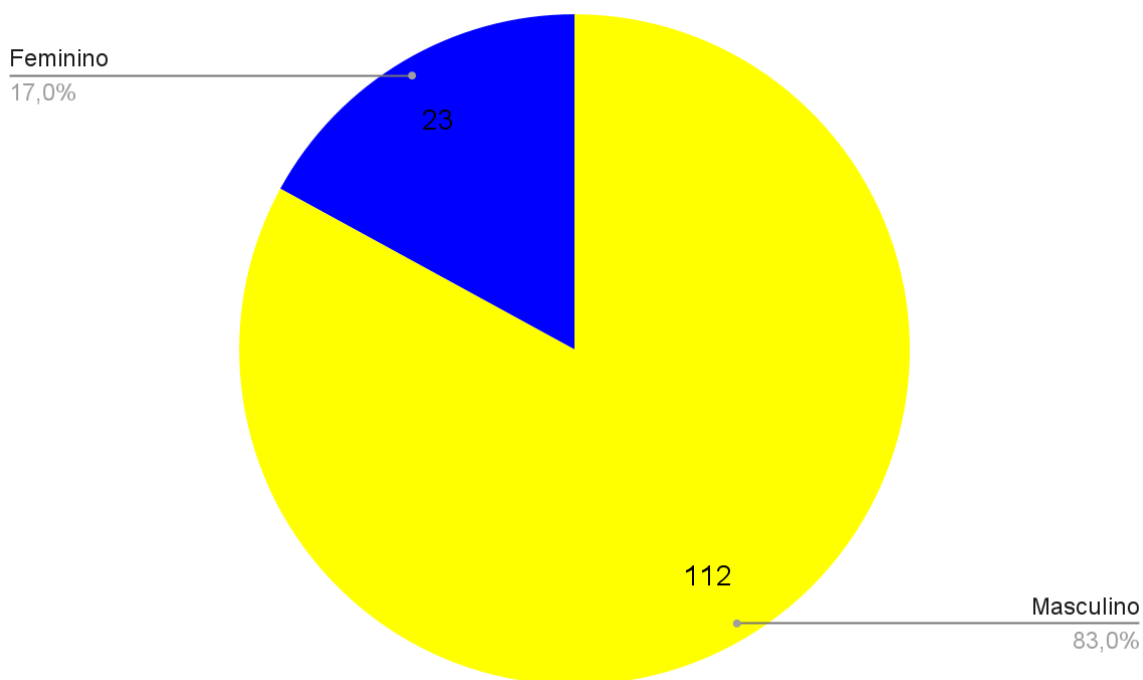
Gráfico 8. Distribuição dos beneficiários de acordo com a faixa etária.



Fonte: Elaboração própria com base em (UFMS, 2022j).

Apesar das quatro turmas instituídas serem mistas, houve um número maior de meninos inscritos (112), que representam 83% do total do programa, comparado com as meninas que concentram um equivalente de 17% do total de inscritos, 23 beneficiárias identificadas.

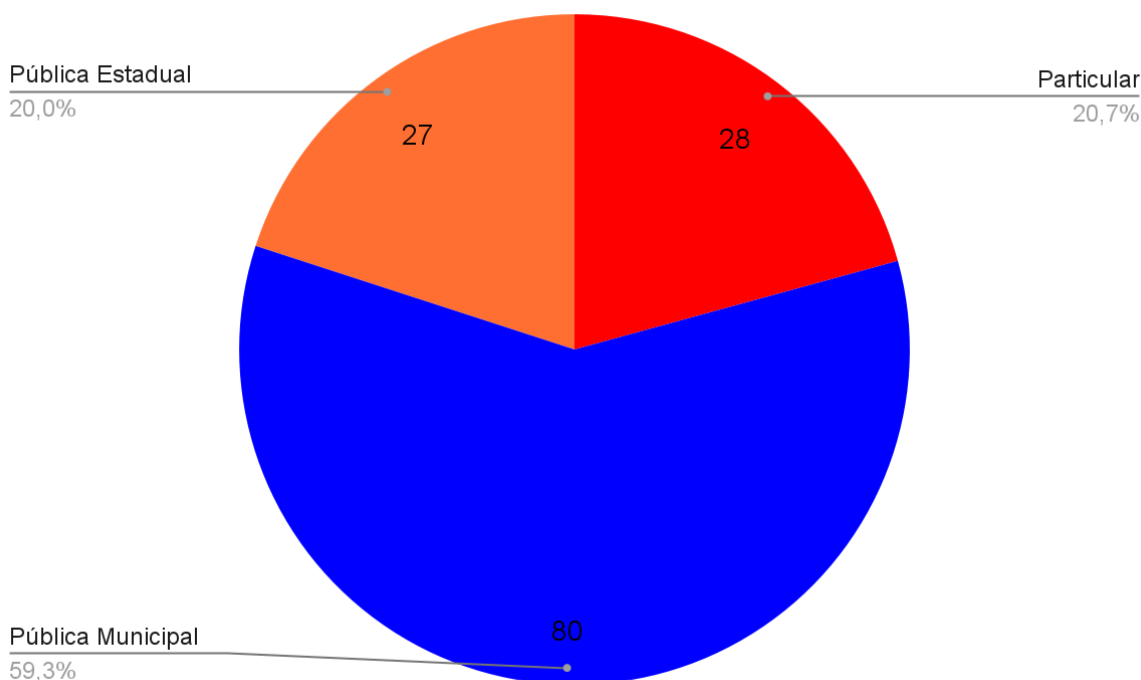
Gráfico 9. Relação entre beneficiários do sexo masculino e feminino.



Fonte: Elaboração própria com base em (UFMS, 2022j).

A última análise realizada com relação ao perfil dos beneficiários diz respeito à instituição escolar na qual estão vinculados. Trata-se de um dado relevante, pois consta nas diretrizes do PAF a orientação para o atendimento prioritário a alunos de escolas públicas (BRASIL, 2020a), bem como o núcleo instituído na UFMS trata como objetivo o atendimento feito preferencialmente a alunos oriundos da Rede Pública de Educação (UFMS, 2020b; UFMS, 2022b). A porcentagem e o número de beneficiários oriundos da Rede Pública ou Privada de Educação podem ser observados no Gráfico 10.

Gráfico 10. Relação dos beneficiários pertencentes à Rede Pública e Privada de Educação.



Fonte: Elaboração própria com base em (UFMS, 2022j).

Com base nas informações acima, o maior número de beneficiários se concentra na Rede Municipal de Educação (59,3%), seguido da Rede Privada (20,7%) e por último a Rede Estadual (20%). Ao somarmos os alunos que integram as escolas públicas municipais e estaduais, o percentual chega a 79,3%, com um total de 107 inscritos, o que representa um número expressivo e aponta que as orientações presentes nas diretrizes do programa, bem como os objetivos estabelecidos pelo núcleo da UFMS com relação ao NVFF foram ambos cumpridos até o momento.

3.7.3 Centro de Excelência em Estudos do Futebol e Futsal (CEEFF)

O CEEFF se apresenta como uma dimensão indissociável para o funcionamento do PAF e pode ser compreendido como a dimensão vinculada à pesquisa e desenvolvimento científico. As normas estabelecem que:

Os centros não realizam distinção de área de conhecimento e abarca as investigações que possuem desde as ciências humanas e sociais àquelas disciplinas vinculadas às exatas. Isso desde que tenham o futebol e suas modalidades como objeto de estudo. Os centros operam por meio da interlocução com grupos de pesquisa vinculados às Instituições de ensino (BRASIL, 2020a, P.6).

Dessa forma, o CEEFF foi instituído a partir da referência dos grupos de estudos e pesquisas dos professores envolvidos com a coordenação do PAF. Dois grupos da UFMS compuseram o CEEFF e desenvolveram pesquisas em diferentes áreas da Educação Física, mas tendo como objeto de investigação o futebol e o futsal. O primeiro é o Grupo de Pesquisa em Desempenho Esportivo e Físico (GPDEF) e está vinculado ao primeiro e ao segundo coordenador do PAF. O segundo é o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte, Lazer, Educação e Saúde (GPPELES) vinculado ao terceiro coordenador (UFMS 2022c).

Ao tratar do desenvolvimento das pesquisas, ressalta-se a influência que a área de investigação e estudos do coordenador possui no tipo de pesquisa e estudos a serem desenvolvidos no programa. Outra questão abordada diz respeito à integração que existe entre o CEEFF com os grupos de estudo e pesquisa dos respectivos coordenadores, bem como o envolvimento de seus alunos de graduação e pós-graduação no desenvolvimento das pesquisas:

Eu e o coordenador A somos da linha mais quantitativa (ações físicas, biomecânica, desempenho) era algo que imaginávamos, realizar esses pontos e ver as evoluções possíveis dentro disso. A gente foi criando ideias para isso. O que seria possível junto com os equipamentos que iríamos adquirir e conversando com outras instituições. No momento atual eu tenho um aluno de pós-graduação que está num processo, assim como o coordenador A tem duas alunas de pós-graduação, que estão no processo de envio ao comitê de ética para realizar a pesquisa sobre jogos reduzidos e a gente utilizaria os alunos do PAF para ver aspectos do jogo, aspectos físicos, diferenciação de idade, diferenciação de maturação e o que isso causaria dentro dos achados das variáveis. Neste momento, está neste processo na finalização para enviar ao comitê de ética.³⁴

Eu fiz um grupo mais para os meus alunos de mestrado e iniciação científica, eu tinha alunos interessados em trabalhar com futebol, que queriam entrar no projeto. E aí eu vinculei, duas dissertações que estão vinculadas com a temática do futebol, não diria necessariamente com o programa, por mas que vai ser vinculado com futebol, que é vinculado também com o programa. Então a ideia é vincular duas dissertações, e uma terceira, eu tenho um terceiro aluno também, aí nós teremos 3 dissertações vinculadas ao programa. Eu também ia vincular mais os alunos de iniciação científica para ter os bolsistas e a ideia é que os meus alunos bolsistas talvez fizessem a iniciação científica e trabalhassem também com isso. Então a ideia foi vincular o meu grupo de pesquisa, com as minhas linhas que eu trabalho, e trazer os meus alunos de mestrado para trabalhar dentro do programa também.³⁵

Foi mencionado que em relação a organização e rotina do CEEFF, é destacado o intuito de fazer da pesquisa algo totalmente integrado com as outras dimensões do PAF e de tornar às diferentes fases de desenvolvimento de um

³⁴ Entrevista com o coordenador B.

³⁵ Entrevista com o coordenador A.

estudo algo não esporádico, mas sim, constante na rotina dos monitores e do professor do programa, bem como a ideia de trazer alunos da graduação interessados em se envolver em discussões acadêmicas:

A ideia é trazer os alunos da graduação, os monitores do projeto, para que eles entendam que não é apenas um dia de pesquisa, mas sim mais um dia do PAF onde a gente vai estar fomentando certos dados, em certos dias estaremos coletando, mas nada que interfira ou vá mudar o processo usual do treinamento. Então não é algo como: "hoje é o dia de pesquisa", mas sim é um processo normal e assim fazer, isso tudo vendo com professor e coordenando tudo com os diretores do programa. Mas sim, isso é algo que a gente quer dos alunos da graduação, é algo que a gente fala na graduação. Para isso nós temos um grupo de estudo (online) em que nos reunimos quinzenalmente. [...] A gente teria o interesse mais da graduação pelo quantitativo maior e mais disponibilidade de tempo, poderiam ajudar na coleta de dados de uma maneira mais incisiva e ser uma maneira de espelhar e mostrar para eles o que acontece na pós-graduação.³⁶

Esse projeto, a ideia seria ter a vinculação com os alunos, você tem um grupo que vai fazer coleta, então existe alguma divulgação de participação para quem quiser participar das coletas, depois faz a coleta, as crianças estão aqui, tem as atividades, a gente vai ter os cursos de formação que são interessantes também para divulgar para os alunos da instituição.³⁷

Como destacado no planejamento inicial, houve algumas metas relativas aos produtos científicos advindos das pesquisas (resumos, artigos, capítulos de livros). Apesar dessas metas terem sido supridas de acordo com o segundo Plano de Trabalho e das dificuldades encontradas, como a aquisição de materiais fundamentais para os estudos e a paralisação do programa, algumas investigações já foram publicadas em formatos e temáticas distintas, como pode ser observado no Quadro 13.

Quadro 13. Descrição dos produtos desenvolvidos pelo CEEFF.

TÍTULO	PRODUTO	PERIÓDICO/LIVRO/EVENTO	ANO
Programa Academia e Futebol: uma Primeira Análise de um Programa Esportivo em Instituições Públicas de Ensino	Artigo	Retos: nuevas tendencias en educación física, deporte y recreación	2022
Avaliação e monitoramento da carga de treino no futebol e futsal	Capítulo de livro	Treinamento e Avaliação Física no Futebol e no Futsal	2022
Política Pública de Esporte Educacional: análise do processo de implementação do Programa Academia e Futebol na UFMS	Resumo	XVI Reunião da Anped Centro-Oeste	2022

³⁶ Entrevista com o coordenador B.

³⁷ Entrevista com o coordenador A.

Gestão da Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor: uma análise das políticas públicas de futebol	Resumo	XIII Congresso Brasileiro de Gestão do Esporte	2022
---	--------	--	------

Fonte: elaboração própria.

É importante destacar que a alteração dos coordenadores durante o convênio do PAF-UFMS, proporcionou a ampliação da quantidade de pesquisas e de temáticas investigadas. Isso se explica, devido ao fato da substituição dos coordenadores, não significar necessariamente a interrupção dos estudos que vinham sendo realizados e com um novo coordenador, com novos alunos sob sua orientação, percebe-se, mesmo que de maneira indireta a ampliação do CEEFF como relatado pelo Coordenador C:

Sobre o centro de excelência ele está funcionando a partir de dois grupos atualmente [...] O primeiro coordenador ele está com dois acadêmicos de mestrado realizando pesquisas em futebol com os equipamentos que foram comprados tendo recurso do programa. Então a ideia é que essas dissertações sejam publicadas como produtos e artigos científicos. O segundo coordenador migrou as suas pesquisas exatamente para o núcleo que foi aprovado no segundo convênio do PAF e eu acabei entrando com uma outra perspectiva de pesquisa relacionada a questão da política pública relacionado ao PAF e que nós já tivemos uma publicação desse grupo no formato de artigo e 2 em formato de resumo expandido.

O último ponto a ser destacado por um dos coordenadores do PAF, foi a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Diferentemente de outras políticas públicas de esporte e da Educação Física, implementadas em universidades e que em suas diretrizes acabam enfatizando um dos três pontos do tripé universitário, como a pesquisa no caso da Rede Cedes ou da extensão como ocorre no PST Universitário, o PAF permite uma maior aproximação entre esses três elementos fundamentais para a formação no ensino superior:

A ideia do idealizador do programa foi boa no sentido de você conseguir vincular, o que é uma coisa que eu gosto, extensão e pesquisa, que muita gente não faz, é muito difícil na universidade, ou o cara faz extensão ou o cara é da pesquisa. A extensão você consegue aproximar a sociedade, impactar aqui dentro, e a pesquisa você joga para fora. Então, eu já estou impactando dentro da minha região, do meu local, e a ideia da minha pesquisa é mostrar os resultados pensando na formação de atletas.[...] Ou seja, dá para impactar, principalmente com as pesquisas. Com o projeto de extensão a ideia é mais local. A pesquisa vem para tentar trazer esses resultados, é isso que estamos fazendo aqui. Você vai publicar, alguém vai ler e vai saber o que aconteceu aqui e isso impacta o projeto.³⁸

³⁸ Entrevista com o coordenador A.

A investigação realizada do convênio do PAF-UFMS neste capítulo, abarcou um recorte temporal de dois anos (2020-2022) e contemplou as fases de planejamento e implantação parcial do programa. A análise completa com a coleta de dados até o final do convênio não foi possível de ser realizada em decorrência da suspensão da maior parte das atividades nos anos de 2020 e 2021. No entanto, as ações possíveis de serem investigadas constataram que o planejamento se deu no final de 2019 e início de 2020. No mesmo ano, foram realizadas as compras de material e o curso de formação. As primeiras pesquisas foram publicadas no ano de 2022, no mesmo período em que o NVFF começou a operar. De acordo com a solicitação de prorrogação do prazo de funcionamento do PAF-UFMS feita pelo coordenador, as atividades vão continuar a ser desenvolvidas até o mês de abril de 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As primeiras tentativas de organizar um sistema capaz de regulamentar o esporte e que pudesse servir de referência para o desenvolvimento de políticas públicas se deu a partir da década de 1930. As principais legislações que guiaram o sistema esportivo e que definiram suas manifestações foram: DL 3.199/41; Lei Nº 6.251/75; CF 88; Lei Zico; Lei Pelé e a Lei Nº 13.155/2015. Como a maior parte dessa legislação foi implementada entre as décadas de 1980 e 1990, houve um maior número de políticas esportivas que contemplassem as diferentes manifestações a partir do Governo FHC, com iniciativas que aproximaram o esporte com o ambiente escolar, tais como o Programa Esporte Solidário e o Projeto Esporte na Escola. O período de maior investimento ocorreu durante os Governos Lula e Dilma com destaque para o PST, PELC, Rede Cedes e Programa Bolsa-Atleta.

Com relação a estrutura administrativa em âmbito federal, até chegarmos ao momento atual que contou com o fim do ME e a sua inserção como SEE vinculada ao Ministério da Cidadania, o esporte já integrou diversos ministérios como o da Educação, Saúde, Turismo (de forma compartilhada) até o momento de maior protagonismo com um ministério próprio criado em 2003. As perspectivas para os próximos anos estão condicionadas a dois fatores: 1) resultado das eleições presidenciais que concederam a Luiz Inácio Lula da Silva o seu terceiro mandato, com o desejo de retomar os investimentos sociais nos mais diversos setores da sociedade, dentre eles o esportivo e havendo a possibilidade de recriar o ME; 2) a escassez orçamentária que irá impor uma série de desafios para o investimento no setor público.

Apesar do PAF ter sido criado em 2019, em um cenário de desinvestimentos do governo em políticas públicas de esporte e educação, o fato de sua criação não indicou necessariamente a ampliação das políticas esportivas como um todo, mas sim, de desenvolvimento de uma política em detrimento de outras já existentes. No entanto, é nesse novo contexto a se iniciar em 2023, que está condicionada a permanência a médio e longo prazo do PAF. Os convênios que estão em funcionamento possuem recursos garantidos até o término de vigência dos núcleos, de dois anos, no entanto, após o seu encerramento, o cenário é incerto quanto a possibilidade de renovação ou de um novo edital para nova adesão e ampliação do

programa em todo o país. Apesar das incertezas quanto a sua continuidade, o PAF se constitui como uma iniciativa importante e que inova ao estreitar relação com a comunidade acadêmica e estimular a oferta da prática esportiva com o desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão.

Dentre as características do PAF, constatou-se que o programa corresponde a uma política pública de acesso ao esporte, relacionada às políticas educacionais, ao prever a formação de professores para atuarem com futebol, com articulações entre o Governo Federal e as Universidades Públicas Federais, Estaduais, Municipais e Institutos Federais. O público-alvo nos NVFF se encontra situado na escola, mas o local de atividade será nas Universidades e Institutos Federais. Para além dos NVFF, o PAF busca constituir os CEEFF e promover cursos e eventos científicos para os profissionais interessados no futebol. O programa em análise embora apresente a perspectiva de promover o direito de acesso ao esporte, limita-se a materialização de apenas uma modalidade esportiva, o futebol e/ou modalidades próximas. Além disso, a abrangência proposta pela PAF é limitada, visto que o funcionamento dos 60 convênios em vigência teria o acesso de 9.000 beneficiários aos NVFF. Ou seja, o programa não possui um desenho universal e não está disponível a toda a população. No contexto do convênio da UFMS, o atendimento será focado nas escolas próximas da instituição e não na cidade de Campo Grande de forma geral.

Além disso, os critérios de acesso e permanência aos NVFF são beneficiários com faixa etária entre 6 e 25 anos, que moram nas proximidades dos locais de convênio. Os mecanismos de articulações políticas apresentam indícios mínimos de intersectorialidade. Apesar da previsão de articulações verticais e horizontais com instituições federais, estaduais e municipais no repasse de recursos financeiros, não existe um detalhamento da função do conveniente. Ou seja, O PAF se caracteriza como uma das principais ações políticas da SNFDT, mas o desenho do programa encontra-se em processo de estruturação. A perspectiva é a oferta de atividades como direito, mas as diretrizes não apresentam uma previsão de continuidade do programa, uma vez que os convênios são de dois anos.

Os resultados da investigação, em relação ao processo de implementação do núcleo do PAF em convênio com a UFMS, mostraram que o programa apresentou um projeto e uma proposta de trabalho alinhada com as diretrizes. Inicialmente, o planejamento contemplava um NVFF com seis turmas de futebol e futsal, cursos de

formação presenciais com diversas temáticas e um CEEFF com pesquisas mais direcionadas ao desempenho esportivo e aspectos fisiológicos. Foi destacado como ponto positivo no decorrer da fase de planejamento o orçamento destinado para o programa, as principais dificuldades relatadas foram questões burocráticas para aquisição de materiais junto com a infraestrutura da universidade e dentre os principais desafios mencionados estão as reformulações que precisaram ser feitas.

O planejamento precisou passar por uma série de reformulações em decorrência da pandemia da Covid-19 e a paralisação por quase dois anos. Durante esse período, houve a troca duas vezes do coordenador do programa, a contratação de novos monitores, dificuldades para a aquisição de materiais, especialmente aqueles adquiridos no exterior e a solicitação do pedido de ampliação de vigência do convênio.

Estes fatores também geraram alterações nas três dimensões do PAF, o NVFF teve a quantidade de turmas reduzidas de seis para quatro, sendo que essa redução ocorreu especificamente nas turmas de futsal. Os cursos de formação, anteriormente previstos para ocorrerem diversas vezes e de maneira presencial ao longo do tempo de vigência do convênio, foi ofertado uma única vez de maneira remota e não há previsão de que ocorra novamente. O CEEFF teve a ampliação do eixo temático das pesquisas, devido à alternância dos coordenadores que não levou a interrupção de pesquisas em andamento e acrescentou novas possibilidades de investigação.

Dentre as ações identificadas e que já ocorreram estão o I Seminário de Futebol/Futsal e *Performance* – UFMS, realizado de maneira remota, alguns estudos já foram publicados e o funcionamento de quatro turmas de futebol e futsal. Como o convênio ainda está em funcionamento, a previsão é que as pesquisas e a oferta de prática esportiva deem continuidade até o término do programa.

Em síntese, apesar dos vários desafios mencionados e das alterações realizadas que se configuraram como aspectos dificultadores do processo de implantação, além do fato do convênio ainda estar em funcionamento com previsão de término só em 2024, o PAF-UFMS se mostra uma política significativa e com resultados que já podem ser observados em dois eixos. O primeiro diz respeito ao acesso à prática esportiva de escolares da rede pública de ensino. E o segundo é o impacto que gera na universidade, mais especificamente nos cursos de Educação Física devido à oferta de cursos de formação para os monitores, a comunidade

acadêmica e demais interessados, o desenvolvimento de pesquisas e a oferta de bolsas para alunos de graduação.

Dentre as limitações da presente investigação, estão o recorte temporal (2019-2022) e a escassa produção científica a respeito do PAF e da SNFDT que dificultaram o acesso a uma maior quantidade de dados, informações e produção científica sobre o objeto de pesquisa, mas vale destacar que esse aspecto pode ser justificado em decorrência do programa se tratar de uma das políticas públicas mais recentes implementadas pelo Governo Federal. A suspensão das atividades do convênio PAF-UFMS por um período de dois anos em decorrência da pandemia da Covid-19, dificultou a coleta de dados e a análise das ações desenvolvidas. Em decorrência dessa suspensão, este trabalho investigou parcialmente o convênio (em andamento no presente momento), visto que o seu funcionamento está previsto para acontecer até 2024.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, W. S P. As reformas intermináveis do neoliberalismo na América Latina: uma análise das políticas sociais para a aposentadoria da população idosa no Brasil e na Colômbia (2018-2021). In: ZIMMERMANN, C. R. CRUZ, D. U. **Políticas sociais no Governo Bolsonaro: Entre descasos, retrocessos e desmontes**. Salvador: Pinaúna, 2022, p.109-130.

ANDRÉ, L. C.; MATIAS, W. B.; ATHAYDE, P. F. A.; SILVA, D. S. Revisão Sistemática sobre a Produção Científica do Programa Esporte e Lazer da Cidade. **LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer**, v. 25, n.1, p. 277–314, 2022. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2022.39106>.

ARANTES, A. A. C.; ALMADA, V. E. Programa Bolsa Atleta: antes, durante e depois dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. **Olimpianos-Journal of Olympic Studies**, v. 5, p. 167-184, 2021. DOI: <https://doi.org/10.30937/2526-6314.v5.id130>.

ATHAYDE, P. F. A.; ARAUJO, S. M.; PEREIRA FILHO, E. Década perdida do esporte: 10 anos para levar o Brasil ao “não mais”!. **Corpoconsciência**, v.25, n.3 p. 110-130, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51283/rc.v25i3.12990>.

ATHAYDE, P. F. A. A disputa pelo fundo público no âmbito do financiamento esportivo brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, n.2, p.5636-5651, 2014.

ATHAYDE, P. F. A. et al. Análise de políticas esportivas: compartilhando uma proposta teórico-metodológica. **Motrivivência**, v. 32, n. 61, p. 01-23, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020e61599>.

ATHAYDE, P. F. A et al. O esporte como direito de cidadania. **Pensar a Prática**, v. 19, n. 2, p.490-5001, 2016a. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v19i2.34049>.

ATHAYDE, P. F. A et al. Panorama sobre a constitucionalização do direito ao esporte no Brasil. **Motrivivência**, v. 28, n. 49, p. 38-53, 2016b. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2016v28n49p38>.

ATHAYDE, P. A.; PASSOS, F. B. Esporte e políticas sociais no Brasil: uma discussão sobre cidadania e emancipação humana. **Pensar a Prática**, v. 21, n. 3, p.701-712, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v21i3.44289>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez editora, 2016.

BEHRING, E. R. **Política Social no Capitalismo Tardio**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto editora, 1994.

BOITO JR, A.; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 47, p. 31-38, 2013.

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF:CFESS, ABEPSS, 2009, p.1-20.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/const/>. Acesso em: 26/05/2021.

BRASIL. Decreto Nº 7.529 de 21 de julho de 2011. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissões e das Funções Gratificadas do Ministério do Esporte. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7529.htm. Acesso em: 30/05/2022.

BRASIL. Decreto Nº 10.357, de 20 de maio de 2020. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. 2020c Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.357-de-20-de-maio-de-2020-257819069> Acesso em: 30/05/2022.

BRASIL. **Diagnóstico Nacional do Esporte - caderno 1**. Ministério do Esporte. Brasília, DF, 2015b. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/diagnostico>>. Acesso em: 16 de maio de 2022.

BRASIL. **Diretrizes do Programa Seleções do Futuro**. Brasília, DF. Ministério do Esporte, 2017.

BRASIL. **Diretrizes do Programa Segundo Tempo Universitário**. Brasília, DF. Ministério do Esporte, 2018.

BRASIL. **Diretrizes do Programa Academia e Futebol**. Brasília, DF: Secretaria Especial do Esporte, 2019b.

BRASIL. **Diretrizes do Programa Academia e Futebol**. Brasília, DF: Secretaria Especial do Esporte, 2020a.

BRASIL. **Diretrizes do Programa Academia e Futebol**. Brasília, DF: Secretaria Especial do Esporte, 2022e.

BRASIL. **Diretrizes do Programa Academia e Futebol**. Brasília, DF: Secretaria Especial do Esporte, 2020f.

BRASIL. **Edital Nº 1, de 3 de agosto de 2020**. Seleção para apoio à estruturação e ao funcionamento do Programa Academia e Futebol. Brasília, DF: Secretaria Especial de Esporte. 2020d. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/edital-n-1-de-3-de-agosto-de-2020selecao-para-a-poio-a-estruturacao-e-ao-funcionamento-do-programa-academia-amp-futebol-centro-s-de-desenvolvimento-do-futebol-e-defesa-dos-direitos-do-torcedor-270507647>. Acesso em: 30/05/2022.

BRASIL. Extrato Termo de Execução Descentralizada Nº 6/2020 - SNFDT. **Diário Oficial da União** Nº 69, 9 de abril de 2020. Brasília, DF. 2020b.

BRASIL. Lei Nº 12.299, de 27 de Julho de 2010. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas; altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12299.htm. Acesso em: 30/05/2022.

BRASIL. Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015. Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva - LOTEX; altera as Leis nº 9.615, de 24 de março de 1998, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.671, de 15 de maio de 2003, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e os Decretos-Leis nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, e 204, de 27 de fevereiro de 1967; revoga a Medida Provisória Nº 669, de 26 de fevereiro de 2015; cria programa de iniciação esportiva escolar; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. 2015a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13155.htm. Acesso em: 30/05/2022.

BRASIL. Lei nº 14.205, de 17 de setembro de 2021. Altera a Lei Nº 9.615, de 24 de março de 1998, para modificar as regras relativas ao direito de arena sobre o espetáculo desportivo. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. 2021a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2021/lei-14205-17-setembro-2021-791745-publicacaooriginal-163439-pl.html>. Acesso em: 30/05/2022.

BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm. Acesso em 30/05/2022.

BRASIL. Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000. Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9981.htm. Acesso em: 30/05/2022.

BRASIL. **Organograma da Secretaria Especial de Esporte**. Brasília, DF: Secretaria Especial do Esporte, 2022d. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/aceso_informacao/Secretaria-do-Esporte-ORGANOGRAMA---resumo.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2022.

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, RJ. 2019c. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101651_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 30/05/2022.

BRASIL. **Quadro Orçamentário do Programa Academia e Futebol**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Esporte. 2020e.

BRASIL. **Relatório de gestão da SNFDT**. Brasília, DF: Secretaria Especial do Esporte, 2021b.

BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. 2008. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, 2008.

CANAN, F.; STAREPRAVO, F. A. O esporte na constituição brasileira-genealogia e teleologia do artigo 217. **Movimento**, v. 27, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.103537>.

CARNEIRO, R. A agenda econômica anacrônica do Governo Bolsonaro. **Brazilian Keynesian Review**, v. 5, n. 1, p. 154-173, 2019. DOI: <https://doi.org/10.33834/bkr.v5i1.200>.

CARNEIRO, F. H. S.; ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F. Era uma vez um ministério do esporte... Seu financiamento e gasto nos governos Lula, Dilma e Temer. **Motrivivência**, v. 31, n. 60, p.01-22, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2019e65541>.

CARNEIRO, F. H. S.; CASTELLANI FILHO, L. O desigual financiamento estadual e municipal das políticas públicas de esporte e lazer pelas diferentes regiões brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 8, n. 3, p. 1-17, 2021.

CARNEIRO et al. O financiamento federal do esporte de alto rendimento no Ciclo Olímpico e Paralímpico Rio 2016. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 43, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.43.e031919>

CARVALHO, C M. **Esporte como política pública: Um estudo sobre o processo de formulação da política de esporte no Brasil**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, 2013.

CASTRO, S. B. E.; MEZZADRI, F. M. Panorama das principais fontes de financiamento público para o esporte brasileiro. **The Journal Of The Latin**

American Socio-cultural Studies of Sport (ALESDE), v. 10, n. 1, p. 33-52, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/jlasss.v10i1.59965>.

CAVALCANTE, S. M.; CHAGURI, M. M.; NETTO, M. N. O conservadorismo-liberal no Brasil de Bolsonaro: a força da articulação no contexto de pandemia. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, v. 10, n. 1, p. 285-307, 2021.

COSTA, N. R. A proteção social no Brasil: universalismo e focalização nos governos FHC e Lula. **Ciência & saúde coletiva**, v. 14, p. 693-706, 2009.

CRUZ, D. U. Políticas sociais e agenda conservadora do Governo Bolsonaro: desdemocratização e degradação política. In: ZIMMERMANN, C. R. CRUZ, D. U. **Políticas sociais no Governo Bolsonaro: Entre descasos, retrocessos e desmontes**. Salvador: Pinaúna, 2022, p.53-72.

D'AURIA, B. B.; CARNEIRO, F. H. S.; SILVA, D. S. Programa de Academia y Fútbol: un Primer Análisis de un Programa Deportivo en Instituciones de Educación Pública. **Retos**, v. 46, p. 190–198, 2022. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v46.93604>

D'AURIA, B. B; SILVA, L. B; SILVA, D. S. Programa de Educação Tutorial em Educação Física: experiências inclusivas. In: SALERNO, M.B. VENDITTI JR, R. **Educação Física Inclusiva e Interdisciplinaridade: diferenças e alteridades na atuação profissional**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2023, p. 81-92.

DRAIBE, S. M. As políticas sociais e o neoliberalismo: dossiê liberalismo/neoliberalismo. **Revista USP**, São Paulo, n. 17, p. 86-101, 1993.

ESCRIVANO, E. S. et al. Fomento de atividades culturais em uma universidade pública. **Práticas em Gestão Pública Universitária**, v. 4, n. 1, p. 178-193, 2020.

GARCIA, E. R. R. Caráter excludente da militarização da educação no Brasil. In: ZIMMERMANN, C. R. CRUZ, D. U. **Políticas sociais no Governo Bolsonaro: Entre descasos, retrocessos e desmontes**. Salvador: Pinaúna, 2022, p.191-206.

GENTIL, D. L. Ajuste fiscal, privatização e desmantelamento da proteção social no Brasil: a opção conservadora do governo Dilma Rousseff (2011-2015). **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v.46, p.10-31, 2017.

GODOY, A. S. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 3, n. 2, p. 81-89. 2005.

GONÇALVES, V. L.; SILVA, D. S. S.; MARINS, J. C. B. M. Avaliação do Programa Segundo Tempo Universitário na Universidade Federal de Viçosa. **Revista Brasileira de Ciências e Movimento**, v. 27, n. 1, 2019. <https://doi.org/10.31501/rbcm.v27i1.9689>

GUIMARÃES, A. A. **Políticas públicas no âmbito do Ministério do Esporte e os planos plurianuais dos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff: Com o orçamento quem ganha o quê, quando e como?**. 2017. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade

Estadual de Ponta Grossa. 2017.

IPEA-INSTITUTO ECONÔMICO DE PESQUISA APLICADA. **O novo regime fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil**. Brasília: IPEA, 2016.

KERSTENETZKY, C. L. Políticas Sociais: focalização ou universalização?. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 26, p. 564-574, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572006000400006>

KRAVCHYCHYN, C.; OLIVEIRA, A. A. B. Esporte Educacional no Programa Segundo Tempo: uma construção coletiva. **Journal of Physical Education**, v. 27, n. 01, p. 02 - 18, 2016. DOI: <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v27i1.2719>

KREIN, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo social**, v. 30, p. 77-104, 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138082>.

LEWIS, C. S. **Um experimento em crítica literária**. Thomas Nelson Brasil, 2019.

LINHALES, M. A. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

MACHADO, G. V. et al. A análise da evolução das políticas públicas em esporte educacional no Brasil. **Revista Ciências Humanas**, v. 10, n. 1, p. 103-115, 2017. DOI: <https://doi.org/10.32813/rchv10n12017artigo20>.

MATIAS, W. B. A política esportiva do governo Lula: o Programa Segundo Tempo. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 16, n. 1, P.1-23, 2013. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2013.686>.

MATIAS, W.; MASCARENHAS, F. Caracterização histórica e a legislação sobre o futebol no Brasil. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 20, n. 4, p. 372-400, 2017. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2017.1738>.

MATIAS, W. B; MASCARENHAS, F. A constituição do programa de modernização da gestão e de responsabilidade fiscal do futebol brasileiro (PROFUT): atuação parlamentar e grupos de pressão. **Motrivivência**, v. 30, n. 56, p. 190-208, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2018v30n56p190>.

MATIAS, W. B. A “solução Temer” e a política esportiva. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 43, p.1-8, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.43.e004721>.

MELO, A. A. S.; SOUSA, F. B. A agenda do mercado e a educação no governo Temer. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 9, n. 1, p. 25-36, 2017. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v9i1.21619>.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

NETO, M. S. S; SANTOS, E. S; STAREPRAVO, F. A. Programa Segundo Tempo e o vazio assistencial na região Nordeste. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 21, n. 3, p. 759-771, 2015. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.50648>.

NEVES, L. H. D. V. das; SILVA, D. S.; SALERNO, M. B. Políticas Públicas para o Paradesporto: Programa Bolsa-Atleta Paralímpico no Mato Grosso do Sul/Brasil. **Movimento**, v. 28, p. e28076, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.121047>

NOGUEIRA, Q. W. C. Esporte educacional: entre rendimento e participação. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 13, n. 1, p. 12-26, 2014.

PAVEGLIO, R.; SANTOS, M. POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL. **RCMOS-Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 3, n. 3, p.01-12, 2021.

REIS, H. H. B. O espetáculo futebolístico e o estatuto de defesa do torcedor. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 31, n.3, p. 111-130, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32892010000300008>.

REIS, H. H. B. O perfil do torcedor organizado e a política brasileira para o futebol espetáculo. **Tríade: Comunicação, Cultura e Mídia**, v. 4, n. 7, p.172-189, 2016.

REVERDITO, R. S. et al. O Programa Segundo Tempo (PST) em municípios brasileiros: indicadores de resultado no macrossistema. **Journal of Physical Education**, v. 27, n. 1, p.1-14, 2016. DOI: <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v27i1.2754>.

RIBEIRO, O. C. F.; AMARAL, S. C. F.; SILVA, D. S. Fragmentação e intersectorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 1, n. 1, p. 99-114, 2014.

RIBEIRO, S. P; COUTO, A. C. P. Capacitação à distância do programa segundo tempo e o lazer: esforços de produção e a busca comunicativa na formação de coordenadores de núcleo. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 22, n. 1, p. 303-330, 2019. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.12323>

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. **Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES**, 1997.

SERAPIONI, M. Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas. **Sociologia**, v. 31, p. 59-80, 2016.

SILVA, D. S.; BORGES, C. N. F.; AMARAL, S. C. F. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 29, n. 1, p. 65-79, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-55092015000100065>.

SILVA, D. S.; BORGES, C. N. F.; ROELDES, A. D. Políticas Públicas de esporte e lazer: o processo de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade de Vitória - ES. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, n. 3, p. 640-647, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-325520143630007>

SILVA, D. S.; BORGES, C. N. F. Intersetorialidade e descentralização na gestão pública de Esporte e Lazer no Estado do Espírito Santo. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, v. 19, p. 81-90, 2020.

SILVA, D. S.; SILVESTRE, B. M.; AMARAL, S. C. F. Assessing the Timemania Lottery as a sports public policy. **Journal of Physical Education**, v. 31, n. 1, p. e-3131, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v31i1.3131>.

SILVA, D. S.; SILVESTRE, B. M.; SILVA, J. V. P. Avaliação de políticas públicas de esporte: o caso do Plano Brasil Medalhas 2016. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 42, p. 1-8, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.42.2019.075>.

SILVA, D. S. et al. Copa Mundial de la FIFA y Juegos Olímpicos y Paralímpicos en Brasil: legados en la ciudad de Campinas-SP (FIFA World Cup and the Olympic and Paralympic Games in Brazil: Legacies in the municipality of Campinas-SP). **Retos**, v. 40, p. 86–94, 2021. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v1i40.82617>

SILVA, D. S. et al. Desenvolvimento Profissional Docente no Programa Segundo Tempo Universitário na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Movimento**, v. 27, p. e27032, 2021. DOI: 10.22456/1982-8918.111746. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.111746>

SILVA, D. S. et al. Política Pública de Esporte Educacional: Implementação do Programa Segundo Tempo Universitário na UFMS. **Retos**, n. 43, p. 797-807, 2022. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v43i0.90031>

SILVA, R. L.; RIBEIRO, P. R. O.; ANDRADE, M. O. O descaso com a política educacional no Governo Bolsonaro. In: ZIMMERMANN, C. R. CRUZ, D. U. **Políticas sociais no Governo Bolsonaro: Entre descasos, retrocessos e desmontes**. Salvador: Pinaúna, 2022, p.161-174.

SOUZA, A. B. S. B.; GUSUKUMA, K. S.; AZEVEDO, R. R.; KANASHIRO, D. S. K. Um estudo das inteligências múltiplas no Ensino Fundamental II. In: Patrícia Graciela da Rocha. (Org.). **Línguas, discursos e identidades: saberes e práticas**. 1ed.Porto Alegre: Editora Fi, 2019, v. 1, p. 72-88.

SOUZA JÚNIOR, M. B. M.; MELO, M. S. T.; SANTIAGO, M. E. A Análise de Conteúdo como Forma de Tratamento dos dados Numa Pesquisa Qualitativa em Educação Física Escolar. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 16, n. 3, p. 29-47, 2010. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.11546>.

SOUZA, G.; SOARES, M. G. M. Contrarreformas e Recuo Civilizatório: Um Breve

Balço Do Governo Temer. **SER Social**, v. 21, n. 44, p. 11–28, 2019. DOI: https://doi.org/10.26512/ser_social.v21i44.23478.

STAREPRAVO, F. A. et al. Esporte universitário brasileiro: uma leitura a partir de suas relações com o Estado. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 31, p. 131-148, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32892010000300009>.

TAFFAREL, C. Z; SANTOS JUNIOR, C. D. L. Política nacional do esporte: as consequências do desmonte do ministério do esporte. **Motrivivência**, v. 31, n. 60, p. 01-32, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2019e66105>.

TEIXEIRA, M. R. et al. Política social de esporte e lazer no governo Lula: o Programa Esporte e Lazer da Cidade. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 17, n. 3, p. 134-161, 2014. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2014.975>.

TEIXEIRA, M. R. et al. O programa bolsa atleta no contexto esportivo nacional. **Motrivivência**, v. 29, p. 92-109, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2017v29nespp92>.

TONIETTI, D. F.; ATHAYDE, P. F. A. Relações estatais e escolhas governamentais no esporte brasileiro: entre o direito e a (pequena) política. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 42, p.1-12, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2018.11.004>.

UFMS. **Certificação orçamentária**. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2020c.

UFMS. **Edital de Divulgação Nº 177/2022- PROECE/UFMS-FAPEC**. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022g.

UFMS. **Edital de Divulgação Nº 1/2022 - PROECE/UFMS**. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, 2022h.

UFMS. **Edital de Divulgação Nº 281/2022-PROECE/UFMS**. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, 2022i.

UFMS. **Edital de Divulgação Nº 302/2020 - PROECE/UFMS**. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2020d.

UFMS. **EDITAL DE DIVULGAÇÃO Nº 168/2022- PROECE/UFMS-FAPEC**. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022e.

UFMS. **Plano de Trabalho com a descrição das ações de extensão**. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2020b.

UFMS. **Plano de Trabalho com a descrição orçamentária**. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022d.

UFMS. **Plano de Trabalho Programa Academia e Futebol Sul Matogrossense**. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2020a.

UFMS. **Plano de Trabalho Programa Academia e Futebol Sul Matogrossense**. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022b.

UFMS. **Regimento Interno do Conselho de Extensão, Cultura e Esporte**. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2019.

UFMS. **Relatório parcial com as ações já executadas do Programa Academia e Futebol-UFMS**. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022a.

UFMS. **Relatório parcial com as ações já executadas**. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022f.

UFMS. **Relatório parcial com as ações já executadas do Programa Academia e Futebol-UFMS**. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, 2022j.

UFMS. **Solicitação de prorrogação do prazo de execução do programa**. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022c.

UNGHERI, B. O.; ISAYAMA, H. F. Esporte, lazer e descentralização: reflexões no campo das políticas públicas. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 22, n. 3, p. 537-578, 2019. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.15349>.

UNGHERI, B. O.; ISAYAMA, H. F. Equipamentos públicos de lazer e esporte: o cenário institucional de municípios que implementaram o Programa Esporte e Lazer da Cidade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 43, p.1-7, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.43.e011120>.

VERONEZ, L. F. C. **Quando o Estado joga a favor do privado**: As políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988. 2005. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - participantes com idade \geq 18 anos. Meu nome é Dirceu Santos Silva, sou pesquisador da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS.

O(a) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar voluntariamente desta pesquisa científica intitulada “Políticas Públicas do Ministério do Esporte e os convênios com as instituições públicas de Campo Grande-MS”.

O estudo tem por finalidade investigar o ciclo das políticas públicas de esporte e lazer no município de Campo Grande, a partir dos convênios com o Ministério do Esporte (atual Secretaria Especial do Esporte). Se for do seu interesse em participar, você responderá uma entrevista sobre o ciclo de políticas públicas, planejamento, implementação e avaliação, além do seu envolvimento com o convênio. Vai demorar aproximadamente 20 minutos para você responder as perguntas das entrevistas e encerrar sua participação na pesquisa caso você aceite. Como plano de recrutamento os critérios de inclusão estão relacionados ao seu envolvimento com a gestão do convênio ou como beneficiário do programa. O contato com os beneficiários e gestores será realizado por e-mail oferecido pela Secretaria Especial do Esporte. Os critérios de exclusão serão dos sujeitos que não responderem os critérios citados ou desistirem de participar da pesquisa.

Não haverá nenhum tipo de ressarcimento ou pagamento para você participar desta pesquisa, pois as informações serão obtidas sem a necessidade de você se deslocar para outra instituição/local. O próprio pesquisador, ou outra pessoa treinada pelo pesquisador, irá aplicar os questionários de entrevista realizada no local agendado por e-mail. Então, sua participação é voluntária e você tem toda a liberdade de desistir do estudo a qualquer momento. Sinta-se à vontade para solicitar quaisquer esclarecimentos sobre os objetivos e os questionários usados na pesquisa, seja antes, durante ou após a entrevista, bem como esclarecer qualquer outra dúvida. O(a) senhor(a) também poderá solicitar informações, posteriormente, pelos telefones 3345-7630 (secretaria de trabalho na UFMS) ou 3345-7187 (Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Av. Costa e Silva, s/nº - Bairro Universitário).

Como responsável por este estudo assumo o compromisso em manter sigilo e anonimato sobre experiências pessoais que possam ser informadas no decorrer da

coleta de informações e que não haverá qualquer prejuízo, caso você decida desistir da pesquisa a qualquer momento. Entre as possibilidades de riscos estão o possível cansaço para responder os questionários de entrevistas sobre o ciclo de políticas públicas dos convênios da Secretaria Especial do Esporte e algum eventual incômodo com alguma pergunta relacionada ao assunto pesquisado, porém serão feitos todos os esforços para que estes riscos sejam minimizados. Quanto aos benefícios, sua participação na pesquisa contribuirá com a avaliação e aperfeiçoamento das políticas públicas no município de Campo Grande. Além disso, sua participação colaborará diretamente para o progresso da ciência e com a geração de dados que podem subsidiar a criação de políticas públicas voltadas para o esporte e lazer.

Esclareço, ainda, que os resultados desta pesquisa poderão ser utilizados em publicações, em eventos e artigos científicos futuros, mas sempre preservando totalmente o anonimato dos participantes. Ou seja, suas respostas não serão reveladas a ninguém, apenas o pesquisador saberá o sujeito das suas respostas.

Todas as entrevistas usadas neste estudo ficarão armazenadas por cinco anos, sob a responsabilidade do pesquisador. Depois desse prazo, os dados serão descartados de forma segura, de modo que não ofereça risco de quebra de sigilo das informações contidas neles. Você está recebendo duas vias deste termo.

Se estiver esclarecido sobre a finalidade desse estudo e concordar em participar, por favor, assine as duas cópias. Eu ficarei com a primeira e você ficará com a segunda via.

Declaro que após ter sido convenientemente esclarecido(a) e informado(a) pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar do estudo.

Local e data: _____, _____ de
_____ de _____.

Assinatura do(a) participante _____

Assinatura do pesquisador _____

ANEXO B - Entrevista com os Coordenadores do PAF-UFMS

Objetivo: Analisar o Programa Academia e Futebol como uma política pública de esporte educacional da Secretaria Especial de Esporte em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Explicar a pesquisa e pedir que preencha o TCLE

- Salientar que os dados não vão ser divulgados com o nome.
- Se estiver com problema para preencher o TCLE, enviar por e-mail e pedir que responda o e-mail com a seguinte frase: - Recebi o TCLE e aceito participar do estudo.

PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO

1. Como ocorreu as fases do planejamento político na gestão do convênio com a Secretaria Especial do Esporte e quais foram as principais dificuldades encontradas durante o planejamento?
2. Como a instituição responsável pela gestão do programa esportivo se articulou com o Governo Federal? Como ocorreu a distribuição de responsabilidades no processo de descentralização política?
3. Como ocorreu o processo de implementação do programa esportivo e quais foram as principais dificuldades encontradas pela gestão? As atividades funcionaram desde o início? Ocorreu mudanças nas atividades?

NÚCLEO DE VIVÊNCIA DE FUTEBOL E FUTSAL (NVFF)

4. Como se organizam e ocorrem as atividades do NVFF?
5. Como você avalia a infraestrutura esportiva e os materiais para realização das atividades?

Centro de Excelência em Estudos do Futebol e Futsal

6. Como está estruturado o CEEFF? Quais as ações desenvolvidas?
7. Como se dá o desenvolvimento de estudos e pesquisas? Quais os participantes, temáticas das pesquisas?

Evento de formação e capacitação

8. Como ocorreu o processo de formação dos agentes que atuam/atuaram no programa?
9. Como se deu o curso/evento de formação para além dos agentes?

AVALIAÇÃO E IMPACTOS DO PAF

10. A avaliação do programa foi realizada? Se sim, de que forma foi realizada a avaliação do programa? Quais dimensões foram avaliadas?

11. Quais foram os principais pontos negativos e positivos do PAF na sua avaliação?

12. Com base nas dimensões do PAF, quais foram os impactos sociais esperados e quais foram os impactos sociais alcançados?

13. Qual a importância do programa para os cursos de Educação Física da UFMS?

14. Você acredita que o PAF pode gerar benefícios para modalidades como o futebol, futsal e *beach soccer*? Se sim, quais seriam esses benefícios?